

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

VITÓRIA RÉGIA MUSTAFÁ BORGES DA SILVA

**PROJETO ENSINO MÉDIO INTEGRAR: DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO E
DESCONTINUIDADE DO PROJETO**

JUIZ DE FORA

2018

VITÓRIA RÉGIA MUSTAFÁ BORGES DA SILVA

**PROJETO ENSINO MÉDIO INTEGRAR: DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO E
DESCONTINUIDADE DO PROJETO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a qualificação do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientadora: Profa. Dra. Rafaela Reis Azevedo de Oliveira

JUIZ DE FORA

2018

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Mustafá, Vitória Régia.

PROJETO ENSINO MÉDIO INTEGRAR: DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO E DESCONTINUIDADE DO PROJETO / Vitória Régia Mustafá. -- 2018.

127 f. : il.

Orientadora: Rafaela Reis Azevedo de Oliveira

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2018.

1. Políticas Públicas. 2. Ensino Médio. 3. Projeto Ensino Médio Integrar. 4. Implementação. I. Oliveira, Rafaela Reis Azevedo de, orient. II. Título.

VITÓRIA RÉGIA MUSTAFÁ BORGES DA SILVA

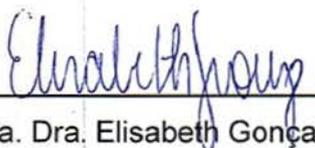
**PROJETO ENSINO MÉDIO INTEGRAR: DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO E
DESCONTINUIDADE DO PROJETO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 19/12/2018.



Profa. Dra. Rafaela Reis Azevedo de Oliveira (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora



Profa. Dra. Elisabeth Gonçalves de Souza
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ



Prof. Dr. Israel Souza
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ

“Tudo que fazemos pode sempre ser feito de forma diferente e muitas vezes melhor. A nossa experiência é uma experiência aberta. O passado é extremamente importante, mas como uma luz que ilumina o presente e nos ajuda a vê-lo melhor, e a evitar os erros e omissões da experiência anterior”.

Anísio Teixeira.

AGRADECIMENTOS

À Deus e a todos os anjos de luz, que me permitiram e me ampararam na tarefa de viver e concluir mais esta importante experiência profissional.

À Secretaria Estadual de Educação de Rondônia, por oportunizar e investir na capacitação de seus profissionais.

À minha orientadora, Profa. Dra. Rafaela Reis Azevedo de Oliveira, que de forma competente, respeitosa, gentil e generosa fez as orientações e contribuições necessárias durante todo o desenvolvimento desta pesquisa. Obrigada!

Ao meu marido Willian Borges, sempre presente e grande incentivador de minhas conquistas e a minha filha querida Ana Vitória, razão da minha crença e persistência na educação.

Aos meus irmãos queridos Eliana, Fátima, Izabel, Joary e Hélio (*in memorian*), meus amados pais Raimunda (*in memorian*) e Joary (*in memorian*) que desde criança me chamava de “professorinha”, indicando assim, o valor da educação em minha vida.

À Ma. Mônica Motta Salles Barreto Henriques, assistente de suporte acadêmico que de forma delicada e incentivadora me acompanhou durante a produção deste estudo.

Aos professores do mestrado da Universidade Federal de Juiz de Fora, que contribuíram para ampliar meus conhecimentos e reafirmar minha crença na educação por um mundo melhor.

As colegas da SEDUC/RO: Cláudia E. B. dos S. Almeida, Jovelina G. R. da Silva e Elcilene N. de A. Ribas que gentilmente participaram e colaboraram com a pesquisa. Profissionais que acreditam ser possível uma educação pública de qualidade.

Aos professores e alunos da Escola Cora Coralina de Cacoal/RO, que disponibilizaram um pouco de seu tempo e participaram contribuindo de forma significativa para esta pesquisa. Em especial a Sirlene Valim e Ademir da S. Mattos pela gentileza e apoio.

Aos colegas de caminhada do mestrado rondonienses e mineiros da turma/2016, com os quais convivi, agreguei valores e companheirismo a minha vida pessoal e profissional.

Aos familiares e amigos pelo incentivo, torcida e compreensão nos momentos de ausência em que estive dedicada aos estudos e produção deste trabalho.

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão estudado investigou o processo de implementação do Projeto Ensino Médio Integrar na Rede Estadual de Educação de Rondônia. Inicialmente implementado no ano de 2016 em seis unidades escolares como projeto piloto com previsão de ampliação posteriormente para outras escolas, porém dificuldades enfrentadas na implementação resultaram na desistência de cinco escolas e atualmente somente uma escola desenvolve o projeto. Portanto, dessa situação se origina a pergunta norteadora para esse estudo de caso: Quais as dificuldades e entraves do processo de implementação do Projeto Ensino Médio Integrar que ocasionou sua descontinuidade? O objetivo principal foi analisar a criação e implementação do Projeto Ensino Médio Integrar na Rede Estadual de Educação de Rondônia e propor um Plano de Ação Educacional. Dessa forma, objetivos específicos definidos para este estudo foram: i) descrever o processo de criação e implementação do Projeto Ensino Médio Integrar na Rede Estadual de Educação de Rondônia; ii) analisar as situações que dificultaram a implementação e o que ocasionou alteração na proposta inicial do projeto e iii) propor ações para os problemas que dificultaram a implementação do Projeto Ensino Médio Integrar desenvolvido na rede Estadual de Educação de Rondônia e propor um Plano de Ação Educacional. Assumimos como hipóteses que atrasos na normatização do projeto e no repasse de recursos materiais e financeiros em tempo hábil ao início do projeto nas escolas, a mudança de escolas que ofereciam o Projeto Ensino Médio Integrar para outro Programa de Educação Integral do Governo Federal, não permitiram que a implementação do Projeto fosse bem sucedida, gerando sua descontinuidade e colaborasse para diminuir os índices de reprovação e evasão escolar dos jovens no ensino médio regular. Para investigar essa situação utilizamos como metodologia a pesquisa qualitativa e como instrumentos entrevistas e questionários. O referencial teórico como suporte para as análises está embasado nas reflexões de Condé (2012), Mainardes (2006), Serafim e Dias (2012), Nogueira (2007), Almeida et al (1999), Vieira (2007), Jesus (2014) que analisam as políticas pública; e Krawczyk (2011), Moehleck (2012), Nascimento (2007) e Queiroz et al (2009) que abordam diferentes aspectos do ensino médio. Os resultados da pesquisa demonstram que as dificuldades encontradas na implementação que contribuíram para a descontinuidade do projeto apontam a necessidade de rever o planejamento, a formulação e a implementação de ações para o ensino médio. Nesse sentido, o Plano de Ação Educacional (PAE) vislumbra ações que possibilitem minimizar e alterar os impactos na implementação de projetos para o ensino médio por parte da Secretaria de Estado da Educação.

Palavras-Chave: Políticas Públicas. Ensino Médio. Projeto Ensino Médio Integrar. Implementação.

ABSTRACT

The present dissertation was developed under the Professional Master in Management and Evaluation of Education (PPGP) of the Center for Public Policies and Education Evaluation of the Federal University of Juiz de Fora (CAEd / UFJF). The studied management case investigated the process of implementation of the Integrated High School Project in the Rondônia State Education Toil. Initially implemented in 2016 in six school units as a pilot project that is expected to expand later to other schools, but difficulties faced in the implementation resulted in the withdrawal of five schools and currently only one school develops the project. Therefore, from this situation originates the guiding question for this case study: What are the difficulties and obstacles of the process of implementation of the Integrated High School Project that caused its discontinuity? The main objective was to analyze the creation and implementation of the High School Project Integrate into the State Educational Toil of Rondônia and propose an Educational Action Plan. Thus, specific objectives defined for this study were: i) to describe the process of creation and implementation of the High School Project Integrate in the State Educational Network of Rondônia; ii) analyze the situations that made implementation difficult and what caused an alteration in the initial proposal of the project; and iii) propose actions for the problems that made it difficult to implement the Integrated High School Project developed in the Rondônia State Education Toil and propose a Plan of Action Educational. We assumed as hypotheses that delays in the standardization of the project and the transfer of material and financial resources in a timely manner to the beginning of the project in the schools, the change of schools that offered the Integrated High School Project to another Program of Integral Education of the Federal Government, did not allow that the implementation of the Project was successful, generating its discontinuity and collaborating to reduce the failure rates and dropout rates of youngsters in regular high school. In order to investigate this situation we use as methodology the qualitative research and as instruments interviews and questionnaires. The theoretical framework as a support for the analyzes is based on the reflections of Condé (2012), Mainardes (2006), Serafim and Dias (2012), Nogueira (2007), Almeida et al. (1999), Vieira) that analyze public policies; and Krawczyk (2011), Moehleck (2012), Nascimento (2007) and Queiroz et al. (2009) that address different aspects of secondary education. The results of the research demonstrate that the difficulties encountered in the implementation that contributed to the discontinuity of the project indicate the need to review the planning, formulation and implementation of actions for secondary education. In this sense, the Educational Action Plan (PAE) envisages actions that make it possible to minimize and alter the impacts on the implementation of projects for secondary education by the State Secretariat of Education.

Keywords: Public Policies. High school. High School Project Integrate. Implementation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa de localização dos municípios que compõe o Estado de Rondônia	47
Figura 2	Contextos do processo de formulação de uma política.....	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Desempenho Ideb - Ensino Médio – RO.....	33
Gráfico 2	Tempo de estudo na EEEFM Cora Coralina.....	82
Gráfico 3	Sobre o Ensino Médio - Alunos.....	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Identificação dos Sujeitos da Pesquisa.....	20
Quadro 2	Distorção Idade-Ano Escolar no Ensino Médio Regular Urbano e Rural – Rede Estadual de Educação 2011 – 2015.....	32
Quadro 3	Organização de atividade e tempo/horas.....	39
Quadro 4	Quantitativo de municípios, escolas, turmas e Alunos informados no Termo de Adesão para matrícula no 1º ano – 2016.....	43
Quadro 5	Quantitativo de municípios, escolas, turmas e alunos matriculados no 1º ano de acordo com registro do diário de classe – 2016.....	43
Quadro 6	Desenvolvimento do projeto em 2017 e 2018.....	44
Quadro 7	Justificativa das escolas para desligamento do projeto.....	45
Quadro 8	Políticas Públicas – “Fases” e Questões Centrais.....	59
Quadro 9	Opinião dos sujeitos da pesquisa sobre a implementação de projetos.....	77
Quadro 10	Perfil profissional dos entrevistados.....	79
Quadro 11	Achados da pesquisa.....	90
Quadro 12	Ferramenta 5W2H.....	91
Quadro 13	Proposta de Avaliação do Projeto Ensino Médio Integrar.....	92
Quadro 14	Proposta para Instituir Comissão para estudar, avaliar e reelaborar o plano estratégico definindo os sentidos para o ensino médio.....	94
Quadro 15	Proposta de elaboração de documento orientador sobre a disponibilidade de recursos e necessidades antes da implementação de projetos.....	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Evolução de Matrícula no Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino de Rondônia – 2011 a 2015.....	30
Tabela 2	Taxa de Rendimento dos Alunos do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de Rondônia – 2011 a 2015.....	31
Tabela 3	Taxa de reprovação, abandono e aprovação por ano escolar Rede Estadual de Ensino de Rondônia e Brasil – 2015.....	34
Tabela 4	Distorção Idade-Ano Escolar no Ensino Médio por ano escolar Rede Estadual de Ensino de Rondônia 2015.....	35

LISTA DE ABREVIATURAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBE	Câmara de Educação Básica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRE	Coordenadoria Regional de Educação
DGE	Diretoria Geral de Educação
EMTI	Ensino médio em Tempo Integral
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação
FUNDEB	Fundo da Educação Básica
GEB	Gerência de Educação Básica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PAE	Plano de Ação Educacional
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PPGP	Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública
SEDUC/RO	Secretaria de Estado da Educação
SEM	Subgerência de Ensino Médio
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	14
1	TRAJETÓRIA DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL: PROPEDEUTICO OU PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO?.....	22
1.1	BREVE HISTÓRICO DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL.....	22
1.2	O ENSINO MÉDIO EM RONDÔNIA.....	30
1.3	A CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO ENSINO MÉDIO INTEGRAR.....	34
1.3.1	Da proposta inicial a realidade atual: descontinuidade do projeto.....	42
1.4	IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO ATUALMENTE: ESCOLA CORA CORALINA.....	46
2	ANALISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO ENSINO MÉDIO INTEGRAR: ENTRAVES E DESAFIOS.....	52
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS E CICLO DE POLÍTICAS.....	53
2.2	PROJETO ENSINO MÉDIO INTEGRAR A LUZ DO CICLO DE POLÍTICAS.....	61
2.2.1	Contexto da Produção do Projeto Ensino Médio Integrar.....	61
2.2.2	Contexto da Prática: os desafios e entraves na implementação do Projeto Ensino Médio Integrar.....	69
2.2.3	Breves reflexões sobre o ensino médio a partir da percepção dos atores da pesquisa.....	78
2.3	DESCONTINUIDADE DE POLÍTICA PÚBLICA: UMA REALIDADE CONSTANTE.....	84
3	PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: UMA PROPOSTA DE APRIMORA- MENTO NA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS, PROGRAMAS E AÇÕES EDUCACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO NA SEDUC/RO.....	88
3.1	AVALIAÇÃO DO PROJETO ENSINO MÉDIO INTEGRAR.....	91
3.2	INSTITUIR COMISSÃO PARA ESTUDAR, AVALIAR E REELABORAR O PLANO DE AÇÃO PARA A SUBGERÊNCIA DE ENSINO MÉDIO.....	93
3.3	DOCUMENTO ORIENTADOR SOBRE A DISPONIBILIDADE DE RECURSOS ANTES DA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS..	96

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS	100
APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	105
APÊNDICE B – Roteiro para entrevista semi estruturada com técnicas da Seduc/RO..	107
APÊNDICE C – Roteiro para entrevista semiestruturada com a gerente de educação básica da Seduc/RO.....	108
APÊNDICE D – Roteiro para entrevista semiestruturada com a coordenadora pedagógica do projeto na Escola Cora Coralina – Cacoal/RO.....	109
APÊNDICE E – Roteiro para entrevista semiestruturada com professores do projeto na Escola Cora Coralina – Cacoal/RO.....	111
APÊNDICE F - Entrevista semiestruturada com a coordenadora pedagógica do projeto na Escola Cora Coralina – Cacoal/RO.....	113
APÊNDICE G- Questionário aplicado aos alunos do projeto na Escola Cora Coralina – Cacoal/RO.....	115
ANEXO A.....	118
ANEXO B.....	121

INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo investigar o processo de criação e implementação do Projeto Ensino Médio Integrar, experiência recente no Estado de Rondônia. O Projeto Integrar é uma mostra da situação constante do processo de criação, implementação e descontinuidade de projetos, programas e ações para o Ensino Médio, revelando que a descontinuidade de programas/projetos e de equipes de gerenciamento prejudica a continuidade das ações e por consequência a aprendizagem dos alunos.

Com base nos dados divulgados pelo Censo/INEP, no ano de 2015, o Ensino Médio no Estado de Rondônia apresentava crescimento insatisfatório e aquém da meta estabelecida nacionalmente, conforme retratam as avaliações nacional, estadual e os elevados índices de reprovação e evasão escolar. Visando implementar políticas públicas que atendessem qualitativa e efetivamente esse público, a Secretaria Estadual de Educação de Rondônia, por intermédio da Gerência de Educação Básica/Subgerência de Ensino Médio, se propõe a criar e implementar a partir de 2015, o Projeto Ensino Médio Integrar em 6 instituições de ensino da rede estadual de Rondônia, que ofertem o Ensino Médio regular diurno, como meio de garantir ao estudante a permanência com sucesso em sua trajetória escolar.

O Projeto Ensino Médio Integrar foi inspirado no “Projeto Terceirão” desenvolvido há mais de 15 anos pela Escola Estadual de Ensino Médio João Bento da Costa no município de Porto Velho. O Projeto Terceirão foi idealizado por um grupo de professores da própria instituição com o objetivo de aprimorar o conhecimento dos alunos do terceiro ano do ensino médio e prepara-los para o ingresso no ensino superior e para as avaliações externas. O Projeto funciona com carga horária ampliada, horário diferenciado com aulas aos sábados, domingos e feriados, e metodologia que incluem simulados e aulões, dentre outras atividades planejadas pela equipe da escola. Atualmente, em Porto Velho, mais 06 escolas aderiram ao Projeto Terceirão e desenvolvem atividades voltadas para os alunos do terceiro ano do ensino médio, porém cada escola fez adequações e realiza o projeto de acordo com a realidade de sua comunidade escolar.

Para elaboração e implementação do Projeto Ensino Médio Integrar foi constituída uma equipe de 04 técnicas, da qual eu fiz parte, contribuindo na elaboração e estruturação do referido Projeto. Tenho formação em Pedagogia e pós-graduação em Gestão Escolar e em Gestão Comunitária, em minha trajetória profissional desempenhei as funções de professora, supervisora escolar e durante 17 anos de diretora de escola. Desde 2015, atuo como técnica

pedagógica na Subgerência de Ensino Médio-SEM/SEDUC, setor responsável pelo planejamento, elaboração, coordenação, implementação, monitoramento e avaliação de programas e projetos direcionados para o Ensino Médio. Dentre minhas atribuições na Subgerência de Ensino Médio, atualmente sou responsável pelo acompanhamento do Projeto Ensino Médio Integrar.

De acordo com o projeto no planejamento inicial estava previsto implementar o Projeto em 06 unidades escolares no ano de 2015 nas instituições que assinaram o Termo de Adesão após reunião com a comunidade escolar, sendo uma escola em cada município no interior do Estado. Mas situações não resolvidas a tempo, como a elaboração da Lei específica para orientações do projeto não concluída, falta de definição quadro de servidores para atuar no projeto e morosidade no tramite de processos, implicou no adiamento de formações e impossibilitou a aquisição de equipamentos e materiais de apoio à execução do projeto e outros fatores levaram a adiar sua implementação para o ano seguinte.

No ano de 2016, três das seis escolas que fizeram adesão executaram o Projeto: EEEFM Álvares de Azevedo – Vilhena, EEEFM Candido Portinari – Rolim de Moura, EEEFM Capitão Sílvio de Farias - Jaru. A EEEFM Cora Coralina - Cacoal não iniciou porque estava aguardando a entrega dos equipamentos, a EEEFM Simon Bolívar – Guajará Mirim não iniciou porque construiu 02 salas e as obras terminaram em julho/2017, e a EEEFM Tancredo de Almeida Neves - Cerejeiras iniciou, porém, não atingiu o número mínimo de alunos exigido pelo projeto transferiu para 2017. Para o ano de 2017 a SEDUC fez adesão ao Programa Novo Ensino Médio do Governo Federal e conforme orientação da Gerência de Educação Básica/Seduc ficou definido que somente a EEEFM Cora Coralina – Cacoal executaria o Projeto Ensino Médio Integrar com uma turma de 2º ano do ensino médio, sendo necessário alterar a proposta inicial que previa a implementação a partir do 1º ano do ensino médio expandindo gradativamente para as turmas de 2º e 3º ano nos anos subsequentes.

Dessa forma, foi definida a seguinte pergunta norteadora para esse estudo de caso: Quais as dificuldades e entraves do processo de implementação do Projeto Ensino Médio Integrar que ocasionou sua descontinuidade?

Posto isso, o objetivo geral é analisar as situações que dificultaram a implementação e o que ocasionou alteração na proposta inicial do projeto e propor um Plano de Ação Educacional, que vise sanar as dificuldades de implementação do Projeto Ensino Médio Integrar, desenvolvido na rede Estadual de Educação de Rondônia fortalecendo ações que

contribuam para elevar a qualidade do ensino médio e diminuir as taxas de evasão e abandono desta etapa de ensino. Como objetivos específicos definiu-se em descrever o processo de criação e implementação do Projeto Ensino Médio Integrar; Analisar as situações que dificultaram a implementação e o que ocasionou alterações na proposta inicial do projeto; e por fim, propor ações para os problemas que dificultam a implementação do Projeto Ensino Médio Integrar desenvolvido na rede Estadual de educação de Rondônia.

O caso de gestão proposto se justifica por identificar uma fragilidade na gestão de programas, projetos e ações desenvolvidos pela SEDUC que vão impactar no desempenho dos estudantes do ensino médio de Rondônia, uma vez que são apresentadas propostas educacionais e no decurso de implementação são interrompidas causando transtornos a comunidade escolar.

Isso é uma situação que sempre me incomodou e com mais intensidade desde que fui trabalhar como técnica na SEDUC, porque na prática as resoluções de demandas são sempre “pra ontem”, com urgência de serem planejadas e executadas imediatamente, e muitas vezes não se atinge os resultados esperados, porque não se considerou as fases e questões das políticas públicas.

Verifica-se, então, a necessidade de descobrir situações que são entraves para a implementação e continuidade do projeto bem como propor ações para sanar essa problemática. Colaborando assim para compreender e propor alternativas para evitar que outros projetos, programas e ações implementados pela SEDUC incorram na mesma situação, gerando descrédito em relação às propostas da SEDUC por parte das Coordenadorias Regionais de Ensino e escolas.

Para isso, a proposta de pesquisa segue um caminho metodológico científico objetivando refletir, indagar e responder ao questionamento da pesquisa que é estruturada a partir das especificidades de um Mestrado Profissional, unindo teoria e prática, vinculando o conhecimento a resolução de problemas reais detectados pelo aluno pesquisador, conforme aponta Almeida, do ponto de vista de políticas públicas, o mestrado profissional.

Tem como finalidade a formação de recursos humanos qualificados que irão contribuir para o desenvolvimento socioeconômico, científico-tecnológico e cultural do país. A estratégia é formar e capacitar profissionais qualificando-os para a prática profissional avançada e transformadora, que deverão atender às demandas sociais, organizacionais ou profissionais do mercado de trabalho. Esses profissionais terão importante papel na sociedade, pois serão capazes de entender e reconhecer suas demandas específicas em nível local, regional e nacional, funcionando como elementos capacitados para promover

e melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas, propondo soluções de problemas, geração e aplicação de processos de inovação (ALMEIDA, s/d, p.02).

Seguindo a proposta do mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP), a pesquisa está vinculada a um problema do ambiente de trabalho vivenciado pelo aluno pesquisador que busca a partir de sua ótica, entender e propor solução para o problema detectado.

Ainda, sobre os caminhos metodológicos, afirma Teixeira (2008), “metodologia significa, etimologicamente, o estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer pesquisa científica, os quais respondem o como fazê-la de forma eficiente”. Gil (2002) classifica as pesquisas conforme os procedimentos técnicos utilizados, podendo ser bibliográfica, documental, experimental, *ex-post facto*, estudo de caso, levantamento, estudo de campo, estudo de caso, pesquisa ação e pesquisa participante.

Na tentativa de entender como se deu o processo de implementação e descontinuidade do Projeto Ensino Médio Integrar, o presente estudo foi abordado como um estudo de caso de natureza qualitativa. Segundo Triviños (2015) o estudo de caso é um dos mais importantes entre os tipos de pesquisa qualitativa, pois possibilita ao investigador uma análise mais aprofundada do objeto pesquisado, desde que levados em consideração suas principais características: natureza, abrangência e complexidade.

Para Godoy (1995) a pesquisa qualitativa informa

Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo e a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vistas relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno (p. 21).

A opção pela abordagem a partir do estudo de caso se deu em função da possibilidade de analisar de maneira mais detalhada e com profundidade o objeto da pesquisa, como aponta Gil (2002):

O estudo de caso é uma modalidade da pesquisa amplamente utilizada nas ciências médicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado

conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados (p. 54).

A partir da opção pelo estudo de caso foram definidos os instrumentos para coleta de dados no intuito de obter informações necessárias para ajudar na elaboração do caso de gestão, nos quais se optou pela análise de documentos relativos ao programa como projeto, lei, portaria, relatórios, termos de adesão, solicitações de compras, planilhas, dentre outros documentos disponíveis na Secretaria de Educação, apresentados no primeiro capítulo.

Foram analisados também, os dados relativos ao acesso, permanência, evasão, reprovação e aprovação do ensino médio em Rondônia que justificaram a elaboração de projetos, ações e estratégias para melhorar a qualidade do ensino médio e resultaram na implementação do Projeto Ensino Médio Integrar em 2015, foco dessa pesquisa. Os dados utilizados na pesquisa foram obtidos junto a Gerência de Avaliação e Estatística/GCAE-SEDUC e no site da SEDUC.

Para consolidar essas informações foram realizadas entrevistas semiestruturadas (Apêndice B e C) com duas técnicas que são funcionárias da SEDUC envolvidas na elaboração e implementação do projeto e a Gerente de Educação Básica, setor que coordena a implementação de políticas para o Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Integral na SEDUC com o objetivo de captar informações e levantar evidências para compor o caso de gestão. As entrevistas com as técnicas e a gerente foram combinadas com antecedência e realizadas em maio de 2018, na Seduc, após o encerramento do expediente de trabalho, no horário de menor fluxo de servidores e para evitar interrupções.

Para Gil (2014, p. 109), a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas nas pesquisas sociais. Esta técnica de coleta de dados é bastante adequada para obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam e desejam nas pesquisas sociais, assim como suas razões para cada resposta.

Também foram analisados documentos referentes à escola foco da pesquisa, tais como projeto político pedagógico, relatórios, ata de reuniões, quadro de professores, relação de alunos matriculados; e outros disponibilizados pela escola. Realização de entrevistas com a coordenadora pedagógica da Coordenadoria Regional de Ensino/SEDUC, coordenadora do projeto na escola, 04 professores (Apêndices D, E e F) e aplicados questionários (Apêndice G) a 25 alunos da escola EEEFM Cora Coralina no município de Cacoal, cujo projeto está em desenvolvimento para o levantamento de informações que auxiliaram na descrição, explicações e compreensão do objeto de pesquisa.

As entrevistas com a coordenadora pedagógica do projeto e três professores da escola foram feitas no mês junho de 2018, em Porto Velho, aproveitando a vinda deles para participar de uma formação do Projeto Ensino Médio Integrar, realizada pela Subgerencia de Ensino Médio/SEDUC. Também foi realizada uma entrevista via aplicativo *whatsapp* com uma professora participante do Projeto que havia sido agendada anteriormente, durante a formação, porém não foi possível fazer quando a mesma esteve em Porto Velho participando da formação.

Estava previsto entrevista com a Coordenadora Regional responsável pela CRE do município de Cacoal, porém, ocorreram mudanças na gestão e a atual Coordenadora da CRE não estava trabalhando na época da implementação do projeto. Portanto, não poderia fornecer as informações relativas ao objeto de pesquisa, por esse motivo, foi decidido entrevistar a Coordenadora Pedagógica da CRE que conhecia o projeto, participou da sua implementação no município de Cacoal e se dispôs a colaborar com a pesquisa. A entrevista com a Coordenadora foi realizada no mês de setembro de 2018 com o intuito de investigar a implementação e fatores que levaram a descontinuidade do projeto na Coordenadoria Regional de Educação de Cacoal, cuja EEFM Cora Coralina é vinculada.

As entrevistas semiestruturadas foram agendadas pessoalmente e via telefone, gravadas, transcritas e realizadas a partir de um roteiro preestabelecido, com o objetivo de captar informações, analisar e responder a questão norteadora desse estudo de caso. Todos os sujeitos da pesquisa foram informados do objetivo da pesquisa, concordaram e assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, ficando uma cópia deste com o entrevistado e outra com a pesquisadora.

Vale salientar que, a escola objeto de estudo desta pesquisa, é a única onde o projeto está em funcionamento em 2018. Das seis escolas que fizeram adequações na estrutura física e aderiram ao projeto, somente a EEEFM Cora Coralina executou em 2017 e continua em 2018. Portanto, só há uma escola no estado desenvolvendo a proposta do projeto Ensino Médio Integrar, que será explicado no primeiro capítulo.

As informações resultantes da coleta de dados, obtidas através das técnicas de pesquisas definidas para este estudo de caso serão analisadas no segundo capítulo desta dissertação, e como forma de assegurar o sigilo dos sujeitos envolvidos na pesquisa, eles serão identificados conforme o Quadro 1:

Quadro 01 – Identificação dos Sujeitos da Pesquisa

SUJEITOS/CARGO	INSTITUIÇÃO	SIGLA
Gerente de Educação Básica	Secretaria de Educação do Estado	G1
Técnica da SEM	Secretaria de Educação do Estado	T1
Técnica da SEM	Secretaria de Educação do Estado	T2
Coordenadora do Projeto	Unidade Escolar	C1
Coordenadora Pedagógica	Coordenadoria Regional de Ensino/CRE	C2
Professor	Unidade Escolar	P1
Professor	Unidade Escolar	P2
Professor	Unidade Escolar	P3
Professor	Unidade Escolar	P4
25 Alunos	Unidade Escolar	A1 a A25

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

A pesquisa está estruturada em três capítulos que descrevem e analisam as dificuldades e entraves identificados, em relação à implementação do Projeto Ensino Médio Integrar nas escolas da rede estadual de ensino do estado de Rondônia.

No primeiro capítulo, apresentou-se uma abordagem sobre o breve histórico do Ensino Médio no Brasil, destacando sua estrutura e organização, fundamentais na compreensão das mudanças e desafios enfrentados por esta etapa de ensino que remetem a situação atual do ensino médio, breve relato do Ensino Médio em Rondônia, e fatores que contribuíram para a criação e implementação do Projeto Ensino Médio Integrar bem como sua descontinuidade, e a Implementação do Projeto atualmente desenvolvido na Escola Cora Coralina.

No segundo capítulo, apresentou-se o referencial teórico estruturado em três eixos de análise: Políticas Públicas e Ciclo de Políticas, O Projeto Ensino Médio Integrar a luz do Ciclo de Políticas e Descontinuidade de Política Pública: uma realidade constante. Para fundamentação dos eixos e subsidiar a análise dos dados da pesquisa buscamos estudos dos autores Condé (2012), que traz conceitos fundamentais para a análise de políticas públicas associando-os ao ciclo de políticas; Mainardes (2006), que apresenta as ideias centrais e as contribuições do ciclo de política para a análise de políticas educacionais, baseado na abordagem dos pesquisadores ingleses Stephen Ball e Richard Bowe, Santos e Oliveira (2013) Estevam (2010) e Nogueira (2007) que abordam a continuidade e descontinuidade administrativa; dentre outros autores que a possibilitam reflexões sobre políticas públicas. E

para as reflexões sobre o ensino médio recorreremos a Moehlecke (2012), Krawczyk (2011), Queiroz et al (2009) e Nascimento (2007).

E, por fim, o terceiro capítulo teve como objetivo trazer o desenho de uma proposta de intervenção para o problema descrito e analisado na pesquisa, um Plano e Ação Educacional (PAE) na perspectiva de refletir e mudar a forma como são pensados e implementados projetos, programas e ações pela Secretaria de Estado da Educação-SEDUC, possibilitando a maior eficácia dessas ações e evitando ou minimizando as descontinuidades na política educacional.

1. TRAJETÓRIA DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL: PROPEDEUTICO OU PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO?

O Projeto Ensino Médio Integrar, assim como outros projetos, programas e ações implementados pelos municípios ou estados brasileiros, durante sua implementação, sofreram modificações, que muitas vezes, resultam na descontinuidade de programas/projetos e de equipes de gerenciamento, atrapalhando e impedindo a continuidade das ações planejadas e interfere na aprendizagem dos alunos.

Dessa forma, para melhor compreensão desse estudo, este capítulo foi dividido em três seções. A primeira seção foi um breve resgate do histórico do ensino médio no Brasil destacando legislação, investimentos, desafios presentes nessa etapa de ensino e as descontinuidades nas políticas públicas para esta etapa de escolarização. Na elaboração dessa primeira seção foi utilizada a pesquisa bibliográfica.

A segunda seção foi construída com base em pesquisa bibliográfica e documental, e apresentando de forma sintética o ensino médio em Rondônia, trazendo dados relativos ao desempenho dos alunos, metas estabelecidas, aprovação, reprovação, abandono e de distorção idade-ano no período de 2011 a 2015.

A terceira seção apresenta o Projeto Ensino Médio Integrar destacando sua origem, formulação e implementação numa tentativa da SEDUC/RO de fortalecer o ensino médio e melhorar os índices educacionais em Rondônia. Esta seção foi elaborada a partir de pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas semiestruturadas com atores envolvidos no processo de elaboração e implementação do projeto. Nesta seção é ainda apresentada a Escola Estadual de Ensino Médio Cora Coralina, descrevendo como ocorreu a implementação e execução do Projeto Ensino Médio Integrar na referida escola.

1.1 BREVE HISTÓRICO DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL

A presente seção tem por objetivo apresentar, de forma sucinta, algumas considerações sobre a trajetória do Ensino Médio no Brasil. Para isso, foi apresentado um breve histórico apontando o processo de mudanças pela qual passou este nível de ensino em relação a sua estrutura e organização, possibilitando a compreensão do caráter de dualidade que sempre existiu e persiste no ensino médio atualmente, tornando-se um desafio e exigindo

dos gestores, a elaboração de políticas públicas educacionais eficazes para esta etapa final da Educação Básica.

Ao longo da história da educação no Brasil, o ensino médio, Etapa final da Educação Básica, se constituiu num grande desafio em relação a sua identidade, conforme afirma Krawczyk (2011):

O ensino médio representa apenas os três ou quatro anos da educação básica, mas talvez os mais contravertidos, o que traz dificuldades no momento de definir políticas para essa etapa da escolarização. Fala-se da perda da identidade, quando na verdade o ensino médio nunca teve uma identidade muito clara, que não fosse o trampolim para a universidade ou a formação profissional (p. 755).

Para Sabrina Moehlecke (2012, p. 40), “o ensino médio brasileiro, no decurso de sua história, tem sido recorrentemente identificado como um espaço indefinido, ainda em busca de sua identidade.”

Ou seja, o ensino médio atual é resultado das contradições e dualidades que sempre permearam sua concepção histórica, onde havia uma educação voltada para as funções intelectuais e o ingresso na universidade direcionada aos ricos, e uma educação para as funções manuais e a formação profissional direcionada a classe menos desprovida de recursos econômicos, portanto ainda hoje, não há uma clara definição de quais objetivos e finalidades se desejam para o ensino médio brasileiro (LOPES et al, 2016, p. 557).

A partir desse contexto, para melhor entendermos a atual estrutura do ensino médio no Brasil, foi feito uma breve retrospectiva histórica.

O ensino secundário com a denominação de curso de Letras e curso de Filosofia e Ciências foi instituído pelos jesuítas no século XVI, face ao desinteresse dos governantes com a educação dos povos que habitavam o Brasil colônia, uma vez que a elite era enviada a metrópole a fim de receber uma educação diferenciada do povo. A educação ministrada pelos jesuítas era predominantemente voltada para os preceitos religiosos e permaneceu até 1759, quando os jesuítas foram expulsos da colônia, pois na visão do rei de Portugal não atendia aos interesses da Corte. Com a expulsão dos jesuítas o ensino ficou a cargo de professores indicados pela coroa portuguesa, os conteúdos ministrados eram de acordo com os interesses da Corte e direcionado a elite, afirmando assim, o caráter seletivo e elitista do ensino médio desde que foi instituído no Brasil (QUEIROZ et al, 2009 p. 2).

No século XIX a responsabilidade pela educação foi dividida entre as províncias e a Corte, sendo o ensino primário e secundário de responsabilidade das províncias e o ensino

superior de responsabilidade da Corte, neste período o objetivo do ensino secundário era preparar a elite para ingresso no ensino superior fora do país ou nos cursos que estavam sendo implantados no país (QUEIROZ et al, 2009 p. 2).

Nascimento (2007, p. 81) aponta que embora tenha sido feita a divisão de responsabilidades, não existia um setor no governo responsável pela educação, o que ocorreu somente em 1930 com a revolução comandada por Getúlio Vargas que implantou o Ministério da Educação e Saúde Pública e instituíram os Decretos nº 19.890 de 18 de abril de 1931 para o ensino secundário e o Decreto nº 20.158 de 30 de junho de 1931 para o ensino comercial. As mudanças no sistema educacional organizou o ensino secundário em duas etapas: fundamental (05 anos) e complementar (02 anos), estabeleceu um currículo seriado, frequência obrigatória e a obrigatoriedade de cursar as duas etapas para ingresso no ensino superior.

Conforme o autor, nesse período não houve alteração na estrutura organizacional do Ensino Médio que continuou voltado para poucas pessoas, oferecido em grande parte pelas instituições privadas, e o ensino profissionalizante ofertado aos menos favorecidos economicamente com o propósito de formar mão de obra para atender ao setor industrial que se instalava no país.

A partir de 1942 a reforma Capanema no ensino secundário possibilitou sua expansão, surgindo, então, os cursos colegiais divididos entre científico e clássico com duração de 03 anos. Porém, a complexidade de seus programas e as exigências para aprovação reafirmava uma proposta de educação voltada para a elite, consolidando o dualismo educacional, onde o ensino secundário público era para a elite que conduzia o país e o ensino profissionalizante para a classe trabalhadora, menos favorecida de recursos econômicos, direcionados a atender as necessidades das indústrias que surgiam no país. Conforme afirmativa de Nascimento (2007), essa reforma tem caráter:

[...] elitista e conservadora que consolidou o dualismo educacional, ao oficializar que o ensino secundário público era destinado às elites condutoras, e o ensino profissionalizante para as classes populares, conforme as justificavas do Ministro Capanema (p. 81).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, organizou esta etapa do ensino em ginásial de 04 anos e o colegial de 03 anos, sendo que ambos constituíam o ensino secundário e o ensino técnico profissional, mais uma vez foi mantida a dualidade no ensino médio desde sua origem (NASCIMENTO, 2007, p. 82).

Em 1964, foi instituído o golpe militar, período conturbado com limitação e exclusão de direitos, onde a educação passou então a ser vista como instrumentalização para o trabalho e instrumento de controle ideológico. Nesse período o governo militar instituiu a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus que mudou a organização do ensino no Brasil. A Lei ° 5.692/1971 fixou com abrangência nacional as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, determinando a obrigatoriedade do ensino de 7 a 14 anos, ou seja, apenas o ensino fundamental era ofertado a todos, ficando ao ensino médio a imposição dos cursos técnicos para formação de mão de obra qualificada. O ensino médio passou a ter então, a finalidade de habilitar os estudantes para o mundo do trabalho, essa medida foi desastrosa, excludente e tinha como objetivo “conter o aumento da demanda de vagas aos cursos superiores” (NASCIMENTO, 2007, p. 83).

Na década de 1980, a insatisfação popular com a economia associada ao desejo de democracia gerou debates, manifestações e a necessidade de reforma partidária e eleitoral, a população exigia eleições diretas. Em 1985 ocorria a eleição de forma indireta, assumindo a presidência da República José Sarney que inicia uma série de emendas a Constituição que possibilitou a eleição direta e a promulgação da Constituição de 1988 que trouxe inovações para a área educacional, estabelecendo em seu art. 205 que a “educação, direito de todos e dever do Estado e da família, visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, definindo então, a educação com o um direito social que deveria ser estendido a toda a população do país (BRASIL, 1988).

Dentre as inovações trazidas pela Constituição de 1988, está a obrigatoriedade do ensino fundamental a todos, inclusive aqueles que não tiveram acesso na idade própria (art. 208, inciso I), e a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do ensino médio como dever do Estado, previsto no art. 208, inciso II.

Porém, é importante ressaltar que e a Lei nº 12.061/2009 alterou o inciso VI do artigo 4º e o inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.394/96 que passou a ter a seguinte redação: “universalização do ensino médio público e gratuito”, garantindo assim, que o ensino médio seja parte da educação básica e todos tenham acesso a essa etapa de ensino (BRASIL, 2009).

E vale destacar também que a Emenda Constitucional nº 59/2009, estabeleceu modificações orçamentárias a fim de garantir a ampliação do ensino de 4 a 17 anos, concretizando a universalização do ensino básico (BRASIL, 2009).

A década de 1990 foi marcada pelas mudanças na educação com a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em dezembro de 1996, dividindo

a educação formal em: básica (educação infantil, ensino fundamental e médio) e superior. Segundo Krawczyk (2011, p. 754): “A inclusão do ensino médio no âmbito da educação básica¹ e o seu caráter progressivamente obrigatório demonstram o reconhecimento da importância política e social que ele possui”.

A partir de 1996 o ensino médio foi novamente reorganizado com reformas fortemente influenciadas pela política neoliberal que estava se solidificando no país. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 avançou ao reconhecer o ensino médio como uma etapa da educação básica, mas possibilitou a regulamentação do Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, que obrigou a separação do ensino médio e a educação profissional, evidenciando as complexidades existentes nessa etapa de ensino e levando ao fortalecimento do dualismo e a efetivação da educação de nível médio com duas vertentes: acadêmico e o técnico.

A reforma educacional nesse período por meio de uma nova concepção de organização escolar foi uma tentativa de superar a divisão social existente no ensino médio, mas a reforma foi superficial e não ofereceu condições para implantação de uma escola que atendesse o princípio da unitariedade e não se diferenciasse em função das classes sociais, permanecendo as contradições e dualidades na atualidade (LOPES et al, 2016, p. 563).

De acordo com Nascimento (2007), com a LDB de 1996, e a partir do Parecer CBE/CNE nº 15/98 (de 1º de junho de 1998) e da Resolução CEB/CNE nº 3/98 (de 26 de junho de 1998) se estabelecem novas diretrizes curriculares para o ensino médio:

Incluindo as competências básicas, conteúdos e formas de tratamento dos conteúdos coerentes com os princípios pedagógicos de identidade, diversidade e autonomia, e também os princípios de interdisciplinaridade e contextualização, adotados como estruturadores do currículo do Ensino Médio (p. 85).

Em conformidade com a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, o Ensino Médio, última etapa da educação básica, passa a ter a finalidade de consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, além de possibilitar o prosseguimento de estudos para o Nível superior (SILVA & SANTOS, 2018, p. 5).

O contexto atual reflete dificuldades históricas de elevação da proficiência neste nível educacional. Hoje, o Ensino Médio é a fase escolar com os piores resultados de aprendizagem. Nacionalmente, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb,

¹ A educação básica, dentro do espírito e do texto do ordenamento jurídico educacional, é um *conceito*, é um conceito *novo*, é um *direito* e também uma *forma de organização* da educação nacional. Carlos Roberto Jamil Cury (1998, p. 29-44).

2015) apresentou seus piores resultados ligados ao Ensino Médio, obtendo média de 3,5 quando a meta projetada para o país era de 4,0 não atingindo, portanto, pontuação suficiente nem mesmo para alcançar a meta estipulada para 2013 que era de 3,6 (QEDU, 2015)².

Como resposta do Governo Federal a este desempenho foi editada a Medida Provisória 746 de 22 de setembro de 2016, que posteriormente se consolidou na Lei nº 13.415 sancionada em 16 de fevereiro de 2017 e impôs mais uma reforma educacional alterando o currículo, a organização e a carga horária dos últimos anos da educação básica. As mudanças anunciadas estão atreladas à Base Nacional Curricular Comum que encontra-se na fase de discussão e aprovação para implementação nas escolas da rede pública e privada (BRASIL, 2017)³.

A Lei 13.415/2017 alterou as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (BRASIL, 2017).

Segundo orientações sobre a Reforma do Ensino Médio disponível no portal do MEC:

A reforma do Ensino Médio é uma mudança na estrutura do sistema atual do ensino Médio. Trata-se de um instrumento fundamental para a melhoria da educação no país. Ao propor a flexibilização da grade curricular, o novo modelo permitirá que o estudante escolha a área de conhecimento para aprofundar seus estudos. A nova estrutura terá uma parte que será comum e obrigatória a todas as escolas (Base Nacional Comum Curricular) e outra parte flexível. Com isso, o ensino médio aproximará ainda mais a escola da realidade dos estudantes, à luz das novas demandas profissionais do mercado de trabalho. E, sobretudo, permitirá que cada um siga o caminho de suas vocações e sonhos, seja para seguir os estudos no nível superior, seja para entrar no mundo do trabalho (BRASIL, 2018).

O conjunto de novas diretrizes para alteração da atual estrutura do ensino médio foi destaque na mídia, gerou discussões e polemicas pela forma como foi implementada. Criada

² O QEDU é um portal desenvolvido pela Fundação Lemann e pela Meritt Informação Educacional que disponibiliza informações sobre a qualidade do aprendizado em cada uma das escolas, municípios e estados do Brasil. Os resultados apresentados na plataforma do QEDU são extraídos do censo escolar e dos resultados da Prova Brasil.

³ Até a data do término da pesquisa (2018) a Base Nacional Curricular Comum não havia sido aprovada.

em setembro de 2016, foi sancionada pelo Presidente em fevereiro de 2017 por meio de Medida Provisória e transformada em Lei.

Os resultados apresentados na plataforma do QEdU foram obtidos por meio do censo escolar de cada um dos períodos apresentados (2007, 2009 e 2011), bem como os resultados na Prova Brasil.

O Governo Federal justificou a adoção de medidas para reforma do ensino médio como essencial para melhorar os baixos índices educacionais, reduzir a evasão escolar, possibilitar aos estudantes inserção no mercado de trabalho; além de torná-la mais conectada aos jovens. Porém recebe duras críticas porque a reforma não foi debatida com a sociedade civil, principalmente pais, alunos, professores e outras pessoas com interesse na área.

Com relação ao currículo, a principal modificação da Lei nº 13.415, refere-se ao art. 36 da LDB nº 9394/1996, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sócias aplicadas; e V – formação técnica e profissional.

§ 1º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino.

§ 3º A critério dos sistemas de ensino, poderá ser composto itinerário formativo integrado, que se traduz na composição de componentes curriculares da Base Nacional Comum Curriculares – BNCC e dos itinerários formativos, considerando os incisos I a V do caput (BRASIL, 2017).

Pela nova proposta, o currículo terá uma parte destinada às disciplinas optativas, possibilitando ao estudante “escolher” as disciplinas para aprofundar seus estudos conforme seus interesses, e outra parte obrigatória com as disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa, nos três anos do ensino médio, sugerindo assim a flexibilização do currículo.

Mas a flexibilização também é questionada porque em 53% dos municípios há apenas uma escola de ensino médio o que inviabiliza oferta do itinerário formativo, proposto pelo Novo Ensino Médio, como revela dados do Censo Escolar de 2016. Nesses municípios com apenas uma escola o aluno não terá opção para escolher o itinerário formativo, ficará sujeito ao que a escola poderá ofertar a partir de suas condições.

Para o itinerário formativo de formação técnica e profissional há previsibilidade na Lei de parceria com a iniciativa privada, por meio de parcerias aprovadas pelo Conselho Estadual de Educação, utilizando recursos provenientes do FUNDEB para contratação de profissionais pelo notório saber, o que também é muito questionado, pois comprometerá a qualidade da educação.

Outra mudança significativa pela nova proposta é a ampliação da carga horária com vistas à implementação gradativa da educação integral, aumentando de 800 para 1400 horas, considerando a implementação de 1000 horas por ano. É importante frisar que as mudanças estabelecidas para o novo ensino médio desafiam a lógica redutora da ação prestacional do Estado, mediante a Emenda Constitucional 241, que não reduz de imediato, mas limita o aumento dos gastos públicos no futuro, pois não poderão crescer acima da inflação acumulada no ano anterior.

Como adequar o aumento do número de escolas em tempo integral, os investimentos em capacitação de pessoal e infraestrutura, bem como a substituição dos livros didáticos de todo o ciclo de educação básica (provocado pela definição da Base Nacional Comum Curricular) ao teto de gastos definido pela PEC 241 para os próximos 20 anos? A correção inflacionária anual do orçamento suprirá este desafio a ponto de garantir qualidade aos processos de ensino e aprendizagem que se estabelecerão ao longo e após a reforma do ensino médio brasileiro?

Ramos e Heinsfel (2018) apontam em seus estudos que “a Reforma do Ensino Médio proposta pela Lei nº 13.415/2017 se mostra limitada quanto às potencialidades desse nível de ensino, promovendo um estímulo à visão utilitarista do conhecimento e intensificando a proposta dual do ensino propedêutico versus profissional, negligenciando as demais finalidades elencadas para o ensino médio propostas na Lei 9.394/1996”.

Dias e Santos (2018) afirmam que no Brasil a Educação Básica se caracteriza como um direito humano fundamental repleto de problemática que atravessam os séculos, tais como: universalização de acesso, financiamento, currículo, et. Os autores ainda asseveram, que “a legitimidade dessa conquista histórica carece de constante vigília, posto que o campo dos direitos sociais, no Brasil, vem sendo atacado de forma feroz para o atendimento das políticas liberais”.

Como visto neste breve relato, no decorrer da história da educação brasileira, o Ensino Médio tem se apresentado como a etapa de ensino de maior complexidade para a estruturação de políticas públicas de enfrentamento aos desafios estabelecidos pela sociedade moderna. Tal

complexidade decorre de sua própria natureza enquanto etapa intermediária entre o Ensino Fundamental e a Educação Superior e principalmente da particularidade de atender adolescentes, jovens e adultos em suas diferentes expectativas frente à escolarização.

Na próxima seção abordaremos o Ensino Médio em Rondônia e mais especificamente da criação e implementação do Projeto Ensino Médio Integrar, desenvolvido pela Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Cora Coralina, no município de Cacoal.

1.2 O ENSINO MÉDIO EM RONDÔNIA

Nesta seção será feita uma abordagem sobre o Ensino Médio em Rondônia apresentando e analisando dados relativos ao acesso, permanência, evasão, reprovação e aprovação dessa modalidade de ensino.

Conforme Tabela 01 os dados extraídos do Núcleo do Censo Escolar e Estatística – NCEE/SEDUC, referente ao período 2011 a 2015, a evolução de matrículas no Ensino Médio em Rondônia, apresenta decréscimo no ano de 2012 em relação ao ano de 2011 de 0,66%, no ano de 2014 em relação ao ano de 2013 a taxa de decréscimo foi de 0,34% e no ano de 2015 em relação ao ano de 2014, foi registrado taxa de decréscimo de 0,47%. Observa-se portando uma diminuição do quantitativo de matrículas no Ensino Médio na rede pública estadual de Rondônia nos últimos anos.

Tabela 01: Evolução de Matrícula no Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino de Rondônia – 2011 a 2015.

Ano	Ensino Médio
2011	58.452
2012	58.069
2013	57.286
2014	57.092
2015	56.822

Fonte: NCEE/GCAE/SEDUC-2018

O Estado de Rondônia, assim como a maioria dos estados brasileiros, também apresenta índices preocupantes de rendimento escolar que precisam ser investigados evidenciando-se, assim, a necessidade de intensificar investimentos na expansão do ensino

médio com qualidade e o fortalecimento de políticas públicas traçadas para atender essa etapa de ensino.

A Tabela 02 demonstra a situação em que se encontra a educação pública no Estado de Rondônia, especialmente o ensino médio, demonstrando taxas de aprovados, reprovados e de abandono no período de 2011 a 2015, revelando desafios para os gestores da educação pública estadual de Rondônia, pois índices de abandono acima de 5% indicam a necessidade de definir estratégias para conter o avanço da evasão escolar (QEdu, 2015).

Tabela 02: Taxa de Rendimento dos Alunos do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de Rondônia – 2011 a 2015.

Ano	Reprovação	Abandono	Aprovação
2011	7,8%	9,3 %	82,9%
2012	13,0%	12,8%	74,1%
2013	11,1%	11,9%	78,5%
2014	13,0%	10,4%	76,6%
2015	14,2%	10,6%	75,3%

Fonte: Inep/Censo 2015

Ao analisar os resultados de Rondônia referentes a taxas de rendimento dos alunos do ensino médio, observa-se a necessidade de um esforço em conjunto de gestores escolares, gestores das Coordenadorias de Ensino, gestores da Secretaria de Educação, na implementação de ações mais efetivas que objetivem a melhoria dos índices de aprovação e de permanência na escola.

A defasagem idade/ano é considerada um dos maiores problemas da educação básica brasileira, agravada pela repetência e o abandono da escola. Muitos especialistas consideram que a distorção idade/ano pode ocasionar, além de outros prejuízos, alto custo psicológico sobre a vida escolar, social e profissional dos estudantes defasados.

Nesse sentido Prado (2000) afirma:

A repetência, o abandono e a evasão são problemas crônicos, que sempre estiveram presentes na história da educação escolar brasileira. Encontrando-se na origem do complexo problema da defasagem idade/série, o insucesso escolar tem sido uma deficiência grave, tanto para o aluno, levado à perda da autoestima, como para o sistema educacional como um todo, onerando significativamente os custos da educação pública (p. 49).

Analisando a rede estadual de ensino de Rondônia no período de 2011 a 2015 verifica-se que um número elevado de alunos não está matriculado na idade certa correspondente ao ano escolar, resultando em uma taxa média de mais de 30% de distorção idade/ano no referido período, como demonstra o quadro 02.

Quadro 02 – Distorção Idade-Ano Escolar no Ensino Médio Regular Urbano e Rural – Rede Estadual de Educação 2011 - 2015

ANO	TOTAL MATRICULADOS	DISTORÇÃO	TAXA DISTORÇÃO
2011	58.465	20.070	34,33
2012	58.086	19.617	33,77
2013	57.286	19.086	33,32
2014	57.092	18.410	32,25
2015	56.829	18.881	33,22

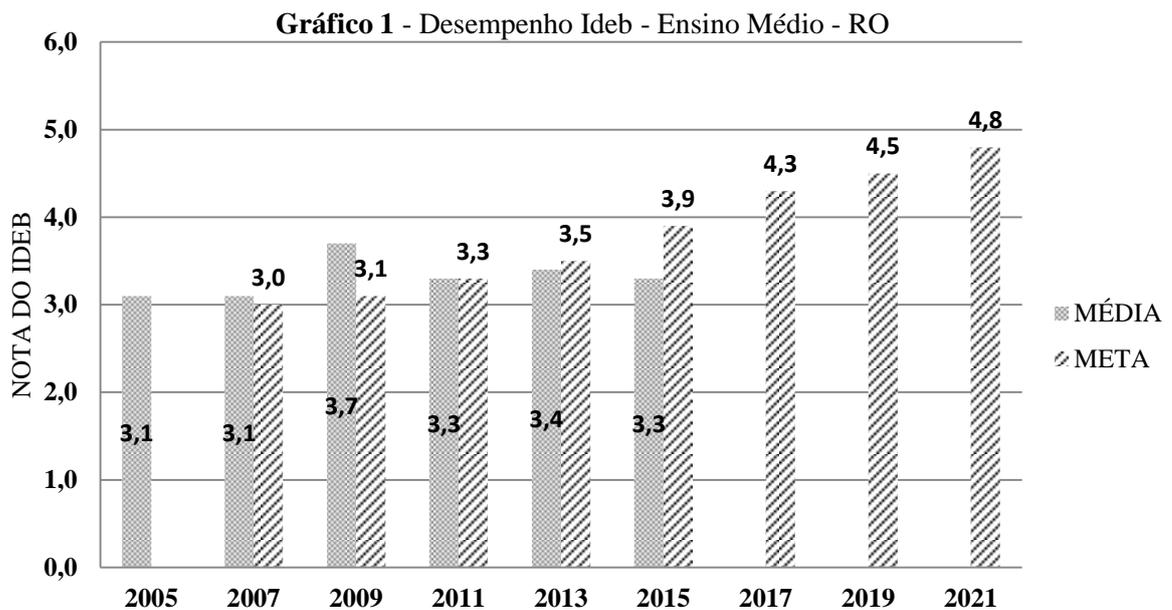
Fonte: NCEE/GCAE/Seduc-2018

Com base nos dados do Quadro 02, constatamos a necessidade de implementação de políticas de correção de fluxo para os alunos do ensino médio, a fim de corrigir a distorção idade/ano escolar, para que no futuro seja superada esta problemática e os estudantes tenham sucesso em sua trajetória escolar.

Em relação ao Ideb os resultados apontam para uma queda no desempenho dos alunos do Ensino Médio no estado de Rondônia nos anos de 2013 e 2015, demonstrando a necessidade de intensificar o monitoramento e rever a política educacional adotada no sentido de amenizar o distanciamento que há entre meta e resultado obtido e buscar a alternativas para superar as metas estabelecidas.

Pode-se inferir, portanto, que, para mudar o cenário educacional e elevar a qualidade do processo educacional na rede pública de Rondônia, são necessários mais investimentos em políticas públicas voltadas para formação, melhoria da estrutura e manutenção das escolas e monitoramento de todo processo educacional.

Para melhor compreensão dessa situação, o Gráfico 1 apresenta a meta estabelecida e o desempenho dos alunos no período de 2005 a 2015 para o ensino Médio:



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Inep/2015.

Em relação às últimas seis médias do Estado, no que se refere ao Ensino Médio, os dados do Gráfico 1 mostram que há uma constante variável na busca de superação ou manutenção das metas. De 2007 para 2009 houve um crescimento de 0,6% no entanto nos anos seguintes o feito não se repetiu, ao contrário, declinou. Seria interessante estudar o fenômeno com vistas a verificar as políticas adotadas no período no intuito de repetir o feito. Outro ponto a observar é quais as causas que fizeram com que o índice regredisse. A investigação e descoberta dos fenômenos são importantes para a superação das metas, pois problemas do ensino médio começam com a defasagem dos alunos, que já vêm com deficiências de aprendizagem das séries anteriores, e se aprofundam nos anos posteriores elevando as taxas de reprovação e abandono.

O Ideb 2015 no Ensino Médio da rede estadual de Rondônia atingiu a nota 3,3, decaindo em relação a 2013 (3,4), e ficando abaixo da meta de 2015, que é de 3,9, evidenciando que esse nível de ensino precisa melhorar a sua situação para garantir mais alunos com proficiência aliado com um fluxo escolar adequado nas escolas.

Os dados referentes às taxas de rendimento do ensino médio evidenciam a urgência de intervenções pedagógicas no sentido de mudar esse desempenho insuficiente das escolas estaduais, constata também a necessidade de uma política de intervenção pedagógica no Ensino Médio estadual, com aprimoramento da alocação de recursos, investimento em formação continuada, monitoramento do desempenho das escolas, estímulo à realização de

discussões coletivas e à constituição de pactos para a melhoria das condições de ensino e aprendizagem.

Com base nos dados de aprovação, reprovação e evasão escolar/2015 do ensino médio, a Gerência de Educação Básica-GEB/SEDUC solicitou aos técnicos da SEM/SEDUC que elaborassem projetos, estratégias e ações para conter a evasão escolar e melhorar a qualidade do ensino médio das escolas da rede estadual de ensino. Os projetos foram elaborados e implementados em parceria com as Coordenadorias Regionais de Ensino e as escolas.

E dentre esses projetos destaco o Projeto Ensino Médio Integrar que é o foco dessa pesquisa, sobre o qual a próxima seção trará uma abordagem reflexiva, abordando sua criação e implementação.

1.3 A CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO ENSINO MÉDIO INTEGRAR

Nesta seção, serão apresentados os fatores e desafios que contribuíram para criação e implementação do Projeto Ensino Médio Integrar, bem como os problemas e entraves que dificultaram e modificaram seu planejamento inicial que resultaram em descontinuidade da oferta do Projeto.

A origem do Projeto Ensino Médio Integrar está relacionada aos índices insatisfatórios do ensino médio revelados pelo IDEB/2015, INEP/2015 e pela necessidade de repensar uma forma de tornar o ensino médio mais atrativo e interessante para os alunos. Visou, ainda, diminuir os índices de reprovação e abandono escolar, como é possível observar na tabela a seguir, possuem índices maiores ou próximos a media brasileira, possibilitando, deste modo, o sucesso dos alunos em sua trajetória no ensino médio e acesso ao ensino superior.

**Tabela 03: Taxa de reprovação, abandono e aprovação por ano escolar
Rede Estadual de Ensino de Rondônia e Brasil – 2015.**

Ensino Médio	Rondônia			Brasil		
	Reprovação	Abandono	Aprovação	Reprovação	Abandono	Aprovação
1º ano	20,5%	14,3 %	65,2%	17,7%	10,0%	72,3%
2º ano	11,5%	9,0%	79,5%	11,0%	7,2%	81,8%
3º ano	6,2%	5,8%	88,0%	6,6%	5,4%	88,0%

Fonte: Inep/Censo 2015

O Censo Escolar é um levantamento de dados estatístico educacional realizado anualmente a partir de informações fornecidas pelas próprias instituições escolares. São informações relativas ao número de matrículas, rendimentos dos alunos, estrutura das escolas e funções docentes. Na Tabela 03 pode-se verificar os índices de reprovação, abandono e aprovação do estado de Rondônia e a média nacional. No ano de 2015, conforme os indicadores do INEP, o Estado de Rondônia apresenta mais reprovações no 1º ano; número mais acentuado de abandono no 1º e 2º anos e número menor de reprovações no 1º ano.

Tabela 04: – Distorção Idade-Ano Escolar no Ensino Médio por ano escolar Rede Estadual de Ensino de Rondônia 2015.

Ensino Médio	Ensino Médio
1º ano	43,5%
2º ano	28,9%
3º ano	21,2%
Total	33.41%

Fonte: NCEE/GCAE/SEDUC-2018

Quanto à taxa de distorção idade-ano escolar, que possibilita identificar o percentual de alunos de alunos em cada ano escolar, com idade superior ao recomendado, a Tabela 04 aponta que a distorção é mais elevada no 1º ano do ensino médio, com taxa de 43,5%. Diante desses indicadores e os índices de reprovação e evasão escolar acima de 25%, a Secretária de Estado da Educação na época (dez/2014 a jan/2017), solicitou que a equipe do Ensino Médio/SEDUC elaborasse estratégias para fortalecer o ensino médio e modificar essa situação (Entrevista com técnica pedagógica da SEDUC, cedida em 25/05/18).

Sugeriu então que fosse feito um projeto no estilo de um projeto executado pela Escola Estadual de Ensino Médio João Bento da Costa, pois a referida escola há mais de 15 anos é referencia em inserir alunos no Ensino Superior em diversas Universidades e Faculdades. A fala da técnica da SEDUC em entrevista confirma essa solicitação a equipe da SEM/SEDUC para elaborar um projeto específico para atender o Ensino Médio:

[...] a visão maior foi da nossa Secretária da época que nos convidou, eu trabalhava no Ensino Médio, na Subgerencia de Ensino Médio e ela nos convidou para a gente trabalhar com um projeto que fosse mais interessante para o aluno, em que o aluno pudesse ficar tendo um pouco mais conhecimento, ou seja, de aulas dos componentes curriculares que se prepara

melhor o aluno para o Enem, que são os componentes da Base Comum Curricular, que são os conteúdos de português, matemática, história, geografia, biologia, onde se, onde o aluno tem as vezes poucas aulas, e se exige um pouco demais, até talvez nas avaliações internas e externas. Então, foi para ampliar o tempo do aluno na escola, e com aulas, com aulas nesses componentes que eu acabei de citar (T2-Seduc).

Para elaborar a proposta de um ensino médio diferenciado foi definida uma equipe composta por 04 técnicas que se dedicaram a estudar e conhecer o Projeto Terceirão, executado em 07 escolas estaduais de Porto Velho, direcionados a preparar alunos dos terceiros anos do ensino médio para o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e para os testes de entrada nas faculdades e universidades.

O Projeto Terceirão foi uma iniciativa da Escola Estadual de Ensino Médio João Bento e serviu de modelo para que outras escolas elaborassem seus projetos de Terceirão de acordo com sua realidade e adaptado a sua comunidade escolar.

A equipe de elaboração do Projeto Ensino Médio Integrar visitou as escolas João Bento da Costa e Major Guapindaia, conversou com gestores, professores e alunos destas escolas para saber detalhes da proposta pedagógica e funcionamento do projeto Terceirão. A partir destas visitas *in loco* ficou claro para a equipe que o projeto a ser elaborado não podia ser igual aos que estavam em execução, era necessário criar condições legais, adequar a estrutura física das salas de aula, adquirir equipamentos e proporcionar formações aos profissionais das escolas que fizessem adesão ao projeto.

Foi elaborado um cronograma de ação com prazos e definido as articulações e reuniões com os representantes da Gerência de Recursos Humanos – GRH, Gerência de Controle e Avaliação-GCA, Gerência de Tecnologia e Informação-GTI, Assessoria Técnica do Gabinete-ASTEC, Setor de Obras e Subgerencia do Ensino Médio, necessários para discussões e viabilidade técnica do projeto quanto à adequação do espaço físico, demanda de pessoal: professores e funcionários, merenda escolar, equipamentos, ampliação da carga horária, registro no diário eletrônico da frequência e atividades, e formações, gratificação para professores e técnicos envolvidos no projeto.

A partir do mês de agosto de 2015, uma dupla de técnicos fez visitas *in loco* nas escolas de ensino médio para verificar a possibilidade de adequação do espaço físico, explanar sobre o projeto e verificar o interesse da comunidade escolar em aderir ao projeto.

No mês de setembro do referido ano foi encaminhado para as escolas através de e-mail, o Termo de Adesão⁴ ao Projeto Ensino Médio Integrar com a orientação para que fosse realizada e registrada uma reunião com a comunidade escolar para apresentação do projeto e definição de aderir ou não ao projeto. Seis escolas assinaram o Termo de Adesão indicando o quantitativo de turmas e alunos a serem atendidos pelo projeto e enviaram também cópia da Ata da reunião que realizaram com a comunidade para decidir sobre a adesão.

Conforme análise de documentos e quadros comparativos das escolas do ensino médio elaborados pela equipe técnica responsável pela elaboração do projeto, foram definidas para a implementação do projeto piloto as escolas: EEEFM Álvares de Azevedo – Vilhena, EEEFM Candido Portinari – Rolim de Moura, EEEFM Capitão Sílvio de Farias – Jaru, EEEFM Cora Coralina - Cacoal, a EEEFM Simon Bolívar – Guajará Mirim, e a EEEFM Tancredo de Almeida Neves – Cerejeiras.

Considerando as mudanças na estrutura física das salas de aula, os impactos quanto ao pessoal, recursos financeiros, formações, ampliação da carga horária e jornada escolar, foi decidido que a implementação seria feita de forma gradativa, iniciando com as turmas de 1º ano, no ano seguinte as turmas de 1º e 2º anos e por fim no outro ano as turmas de 1º, 2º e 3º anos. E, se o projeto piloto tivesse aceitação e boa avaliação seria estendida a outras unidades escolares, conforme afirmativa da técnica que colaborou na elaboração e implementação do referido projeto, em entrevista concedida no dia 25/05/2018 (T2-Seduc).

Definidas as escolas e assinados os Termos de Adesão, foi solicitada ao Setor de Engenharia da SEDUC, através do Memo. nº 3001/SEM/GEB/DGE/SEDUC, a elaboração de um projeto para adequação do espaço físico das escolas, pois as salas de aula das escolas selecionadas não atendiam a proposta do projeto. Conforme descrito no projeto, as escolas selecionadas para executar o Projeto Ensino Médio Integrar deveriam ter suas salas de aula adaptadas e estruturadas para atender turmas com 70 (setenta) a 90 (noventa) alunos incluindo climatização, iluminação, sonorização, ponto de internet e serviço elétrico que permitissem a utilização de equipamentos como: televisor, *Home Theater DVD Player*, impressora, notebook, tela de projeção, lousa digita, ar condicionado, projetor multimídia.

O Setor de Engenharia elaborou o projeto básico e a planilha orçamentária para a adequação das salas, e a Diretoria Administrativa Financeira repassou para as escolas o

⁴ O Termo de Adesão informando o quantitativo de alunos e turmas assinado pelo diretor (a) da escola, junto com a Ata da reunião com a comunidade, firmava o compromisso da Escola em participar do Projeto.

recurso financeiro, através do Proafi Adicional⁵, no valor de sessenta e seis mil reais para que cada escola por meio do Conselho Escolar fizesse as adequações nas salas de aula.

Conforme planejamento previsto no Plano Plurianual 2016-2019 na ação Melhoria da Qualidade da Educação Básica e atividade Fortalecimento do Ensino Médio, a equipe técnica da Subgerencia de Ensino Médio formalizou processos para aquisição de condicionadores de ar (01-1601.19431.0000/2015), equipamentos eletrônicos (01-1601.17557.0000/2015), carteiras (16-1601.03873-0000/2016), material gráfico (01-1601.01204.0000/2016), curso de oratória (01-1601.17830.0000/2015), formação por área do conhecimento (01-1601.04441.0000-/2016) e hospedagem, alimentação e locação para as formações (01-1601.06176.0000/2016).

Desses processos foram concluídos e entregues os produtos em 2016: carteiras escolares, condicionadores de ar, material gráfico. O processo de formação por área do conhecimento foi cancelado por não haver disponibilidade de recurso financeiro, o curso de oratória foi cancelado por falta de empresa especializada para ministrar o curso, e o de equipamentos teve somente dois itens adquiridos: câmera fotográfica e notebook, sendo necessário formalizar novo processo para os itens fracassados.

Dessa maneira, sem os equipamentos necessários e as formações previstas na proposta, o Projeto Ensino Médio Integrar teve início em 2016 em 03 escolas entre as 06 selecionadas.

O Projeto Ensino Médio Integrar é um projeto piloto instituído e financiado pelo Governo do Estado de Rondônia, através da Lei nº 3.839 de 27/06/2016:

Art. 1º. Fica instituído o Projeto ensino Médio Integrar no âmbito da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, com o objetivo geral de proporcionar a elevação da qualidade de ensino ofertada e reduzir as lacunas de aprendizagem constatadas no desenvolvimento do processo de escolarização dos estudantes do ensino Médio da rede pública estadual de ensino, por meio de metodologia diferenciada e utilização de recursos tecnológicos a favor do processo de ensino aprendizagem (RONDONIA, 2016).

Nessa perspectiva, tem como proposta metodológica:

⁵ Proafi Adicional – É um recurso repassado diretamente à escola pelo governo do estado por meio da Secretaria de Estado da Educação/Seduc, conforme disponibilidade orçamentária e de acordo com a Planilha Orçamentária e Laudo, devidamente assinado por profissional da área, apresentado pela Unidade Escolar e aprovado pela SEDUC.

Art. 2º. O Projeto Ensino Médio Integrar consiste em uma proposta metodológica inovadora, de educação formal, com foco no Desenvolvimento do currículo do Ensino Médio Regular diurno, em tempo integral, utilizando-se de recursos didáticos e midiáticos diversificados, atividades escolares diferenciadas, acréscimo de carga horária nos componentes curriculares, aumento de número de aulas diárias e acompanhamento efetivo do professor, destinado a formação básica do aluno, voltado as novas exigências educacionais e à elevação do índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB (RONDONIA, 2016).

Essa proposta visa maior dinamicidade, contextualização e interdisciplinaridade nas aulas voltadas para os estudantes do Ensino Médio. Dessa maneira, pretende-se que haja um maior aprofundamento dos conteúdos trabalhados no decorrer de todos os três anos do Ensino Médio e não apenas no último ano, como normalmente é feito com a intenção de preparar os estudantes para os testes de entradas nas faculdades e universidades. Visa, ainda, melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB; elevação do número de aprovados no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e, conseqüentemente, maior acesso ao ensino superior por parte dos estudantes advindos das escolas públicas estaduais de Rondônia (RONDÔNIA, 2016).

O projeto Ensino Médio Integrar apresenta atividades escolares diferenciadas de acordo com Matriz Curricular proposta com acréscimo de carga horária em alguns componentes curriculares, aumento do número de aulas diárias e módulo aula de 48 minutos destinados à formação básica do estudante. São incluídas atividades escolares complementares diferenciadas, trabalhadas nos campos obrigatórios por meio de ações desenvolvidas pelos docentes em sala de aula ou em outros espaços e tempos de aprendizagem em horário inverso ao destinado à formação básica (RONDÔNIA, 2016).

De acordo com a Portaria 3467/2016-GAB/SEDUC de 16 de dezembro de 2016 que implantou o Projeto Ensino Médio Integrar, em tempo integral, está organizado em salas de aulas com 70 (setenta) a 90 (noventa) alunos, conforme demonstrado no Quadro 03:

Quadro 03 – Organização de atividade e tempo/horas

Atividade	Jornada Escolar diária total	Currículo Formação Básica	Componente Curricular Complementar e Atividades Complementares	Almoço
Tempo/horas	8 horas	4 horas	2h:40min	1h:20min

Fonte: elaborado pela autora conforme Portaria nº 3467/2016-GAB/SEDUC

O desenvolvimento do projeto exige planejamento e elaboração de atividades pedagógicas que possibilitam ampliar a cultura do estudo sistematizado dos estudantes como: aulas de revisão, plantão de dúvidas, seminários, palestras, exibição de vídeos, filmes, documentários em anfiteatro, teatro e auditório, visitas as instituições de ensino superior, excursões, trabalho de orientação vocacional, leitura e análise dos livros e temas exigidos em vestibulares e provas do ENEM, material didático específico para Geografia e História de Rondônia, aulões de preparação para o ENEM e principais vestibulares, bancos de questões com exercícios preparatórios para todas as universidades, além de regência de aulas diferenciadas articulando conhecimento, conteúdos, estratégias e recursos midiáticos (RONDÔNIA, 2016).

Em conformidade com o aumento na demanda de atividades pedagógicas para execução do Projeto que exigem atribuições específicas dos envolvidos, é concedida a título de incentivo, verba indenizatória aos profissionais que atuam no mesmo a fim de recompor o desgaste excepcional despendidos com gastos extras com a elaboração de diversos materiais utilizados nas aulas, imprescindíveis ao desenvolvimento do Projeto. A verba indenizatória está prevista no projeto e assegurada no Art. 7º da Lei nº 3.839 de 27/06/2016:

Art. 7º. Os profissionais selecionados pela Secretaria de Estado da Educação que atuarão no Projeto Ensino Médio Integrar farão jus ao recebimento de verba indenizatória que não refletirá em nenhuma outra vantagem pecuniária recebida, não se incorporará para quaisquer efeitos, não sofrerá descontos e não será considerada para fins de incidência de imposto de renda ou contribuição previdenciária no valor de R\$ 750,00 (Setecentos e cinquenta reais) mensais (RONDÔNIA, 2016).

Para trabalhar no projeto, a escola deve indicar professores que apresentem interesse na execução do projeto, habilidade para atuar na docência com turmas de 70 a 90 estudantes, e estarem sensíveis às mudanças em sua prática pedagógica, disponíveis para o trabalho em equipe e participarem de formação continuada, de acordo com o perfil do professor descrito no projeto.

Como se trata de escolas em tempo integral, as aulas terão jornada diária de 08 (oito) horas de efetivo trabalho escolar. O estudante matriculado no projeto deverá participar dos dois turnos de aula, não podendo ser dispensado de nenhum dos períodos para trabalhar ou fazer outra atividade que não esteja relacionada às aulas do Integrar. Caso seja necessário, em virtude de não poder participar dos dois turnos, o estudante poderá solicitar transferência para o ensino médio regular.

Para que as aulas sejam mais dinâmicas, interessantes e atendam aos objetivos propostos, os professores que atuarão no projeto receberão formação em oratória, utilização de recursos midiáticos e também em sua área de atuação (Matemática, Geografia, Física, etc.). As formações são de responsabilidade da SEDUC, conforme disposto na Portaria nº 3467/2016-GAB/SEDUC:

Art. 10. É de competência da Secretaria de Estado da Educação-SEDUC:

- I. Acompanhar o desenvolvimento do projeto e oferecer suporte técnico-pedagógico às escolas.
- II. Proporcionar formação continuada aos docentes de acordo com a área de conhecimento que atuam.
- III. Capacitar para o aprimoramento do manuseio em recursos midiáticos a serem utilizados nas aulas (RONDÔNIA, 2016).

E no mesmo artigo 10, na alínea VI, está assegurada a preferência de lotação de professores com a sua carga horária total na escola participante do projeto, pois será oferecido a esses profissionais um incentivo financeiro, citado anteriormente.

As formações por área do conhecimento não aconteceram, somente foram realizadas com parceria das CREs, em 2016, as capacitações para manuseio de recursos midiáticos nas cinco escolas selecionadas para participar do projeto, e em agosto de 2017, foi realizada em Porto Velho, a formação em Oratória para os professores da Escola Cora Coralina e os coordenadores de ensino médio das CREs..

A principal dificuldade encontrada para iniciar o projeto foi o atraso na realização da obra de infraestrutura nas escolas, pois a equipe de engenharia da Secretaria não dispunha de engenheiros em número suficiente para realizar as visitas “in loco” para construção dos projetos arquitetônicos de adequação das salas, o que era imprescindível para implementação do projeto nas escolas. Isso atrasou a liberação do recurso para as escolas executarem as adequações necessárias, pois apesar do empenho do recurso ter sido feito em 2015 a liberação dos recursos para as escolas foi efetuada no final do referido ano após o Setor de Engenharia entregar os projetos.

Outra situação que dificultou a execução do projeto foi à aquisição de equipamentos a ser repassado para as escolas para equipar as salas de aula, conforme previsto no projeto e apontado nas entrevistas concedidas em 25/05/2018, pela técnica que contribuiu para a elaboração do projeto, e no dia 06/06/2018 pela coordenadora do projeto na EEFM Cora Coralina em Cacoal.

O processo para aquisição teve início em 2015, por meio de licitação, porém, deste processo somente dois itens foram adquiridos em 2016: câmera fotográfica e notebook. Em relação aos outros equipamentos as empresas desistiram e foi aberto outro processo (01.1601.20280/2016) para aquisição dos equipamentos em 2016 ainda em trâmite.

Outra dificuldade na implementação do projeto, refere-se ao incentivo aos professores em forma de verba indenizatória, uma espécie de gratificação que só foi aprovado em 27 de junho de 2016, através da Lei nº 3.839 que instituiu o Projeto Ensino Médio Integrar. A demora na aprovação da Lei que garantia a verba indenizatória gerou desconfiança e insatisfação por parte dos professores que estavam trabalhando com o projeto, pois aumentaram as demandas de atividades em sala de aula e não havia garantia de que seriam recompensados, conforme previsto no projeto (RONDONIA, 2016).

1.3.1 Da proposta inicial a realidade atual: descontinuidade do projeto

Os Termos de Adesão/2015, assinados pelos gestores e Atas das reuniões com a comunidade escolar que aprovou a adesão, foram enviados para a Seduc. Nestes documentos as escolas manifestavam o interesse em aderir ao projeto, informavam os quantitativos de turmas e alunos, a disponibilidade de espaço físico adequado para realização das aulas para as turmas de 1º ano em 2016, bem como, a possibilidade de readequação de salas de aula ou espaço físico para a construção de mini auditórios em 2016/2017 para realização das aulas, dando continuidade ao projeto com as turmas de 2º e 3º anos nos anos subsequentes.

Com base no planejamento inicial e nos Termos de Adesão, o Projeto Ensino Médio Integrar era previsto para ser implementado no ano de 2016, em 06 escolas que ofertavam Ensino Médio diurno regular em salas de aulas adaptadas para atender turmas entre 70 (setenta) e 90 (noventa) alunos, iniciando com as turmas de 1º ano e futuramente expandindo gradativamente para as turmas de 2º e 3º anos, atendendo inicialmente um total 13 turmas e 1.004 alunos, conforme Quadro 04 a seguir, ilustra:

Quadro 04 – Quantitativo de municípios, escolas, turmas e Alunos informados no Termo de Adesão para matrícula no 1º ano - 2016

Município	Escolas	Quantitativo de salas	Quantitativo de alunos
Cacoal	EEEFM Cora Coralina	02	180
Cerejeiras	EEFM Tancredo de A. Neves	01	70
Jaru	EEFM Cap. Sílvio de Farias	03	225
Rolim de Moura	EEEFM Candido Portinari	02	150
Vilhena	EEEFM Alvares de Azevedo	01	75
Guajará mirim	EEEFM Símon Bolívar	04	304
Total	-	13	1004

Fonte: elaborado pela autora com base no Termo de Adesão assinado pelas escolas.

O quantitativo de 13 turmas totalizando 1.004 alunos do 1º ano do ensino médio regular foi previsto pelas escolas, inicialmente com base no número de estudantes matriculados no nono ano do Ensino Fundamental das referidas escolas no ano de 2015. Porém, em virtude da obrigatoriedade da frequência do estudante nos dois turnos de aula e de que os pais assinariam o Termo de Adesão do estudante no projeto, houve redução do número de estudantes efetivamente matriculados para o ano letivo de 2016, conforme demonstrado no Quadro 05:

Quadro 05 – Quantitativo de municípios, escolas, turmas e alunos matriculados no 1ºano de acordo com registro do diário de classe - 2016

Município	Escolas	Quantitativo de salas	Quantitativo de alunos
Cacoal	EEEFM Cora Coralina	-	-
Cerejeiras	EEFM Tancredo de A. Neves	-	-
Jaru	EEFM Cap. Sílvio de Farias	01	54
Rolim de Moura	EEEFM Candido Portinari	01	40
Vilhena	EEEFM Alvares de Azevedo	01	76
Guajará mirim	EEEFM Símon Bolívar	-	-
Total	-	03	167

Fonte: elaborado pela autora com base no quantitativo informado pelo Núcleo de Estatística/NCEE

O Quadro 05 revela o quantitativo de turmas e alunos que efetivamente participaram do projeto no ano de 2016, e ainda indica a baixa adesão, pela proposta inicial seriam atendidos 1004 alunos, foram matriculados somente 167 alunos em 03 escolas das 06 escolas que fizeram adesão. O Projeto foi desenvolvido na EEEFM Álvares de Azevedo no município de Vilhena, EEEFM Candido Portinari no município de Rolim de Moura e EEEFM Capitão Sílvio de Farias no município de Jaru. A EEEFM Cora Coralina no município de Cacoal não

iniciou porque estava aguardando a entrega dos equipamentos, a EEEFM Simon Bolívar no município de Guajará Mirim não iniciou porque construiu 02 salas e as obras terminaram em julho, e a EEEFM Tancredo de Almeida Neves no município Cerejeiras transferiu o início das atividades para 2017. E nos anos de 2017 e 2018 o Projeto foi desenvolvido somente na EEEFM Cora Coralina no município de Cacoal, conforme demonstrado no Quadro 06.

Quadro 06 – Desenvolvimento do projeto em 2017 e 2018

Ano	Município	Escolas	Quantitativo de salas	Quantitativo de alunos
2017	Cacoal	EEEFM Cora Coralina	01	79
2018	Cacoal	EEEFM Cora Coralina	01	80
Total				159

Fonte: elaborado pela autora com base no quantitativo informado pela EEEFM Cora Coralina

Para o ano de 2017 a SEDUC fez adesão ao Programa Ensino Médio em Tempo Integral – Escola de Novo Tempo do Governo Federal e conforme orientação da GEB/SEDUC ficou definida que somente a EEEFM Cora Coralina no município de Cacoal desenvolveria o Projeto Ensino Médio Integrar com uma turma de 2º ano do ensino médio; pois as escolas Capitão Sílvio de Farias no município de Jaru, EEEFM Simon Bolívar no município de Guajará Mirim, EEEFM Candido Portinari no município de Rolim de Moura foram selecionadas para o Programa Novo Tempo, segundo relato da gerente de Educação Básica entrevistada:

[...] a questão aí da descontinuidade do projeto, ele se deu tendo em vista que o Estado de Rondônia, ele implantou um novo ensino médio em tempo integral, e na hora da seleção das escolas o Ministério da Educação habilitou algumas escolas que foram selecionadas por ele, e essa habilitação da escola coincidiu com as escolas de ensino médio do Integrar... (G-1)

Mediante as dificuldades para implementação do projeto já mencionadas como a morosidade no trâmite dos processos que implicou no adiamento das formações previstas e na aquisição de equipamentos e materiais de apoio a execução do projeto, adesão ao novo programa do Governo Federal dentre outras, resultou na alteração da proposta inicial e em sua descontinuidade.

De acordo com Almeida et al (1999), a (des)continuidade administrativa é uma das características marcantes do setor público brasileiro, principalmente nos municípios, e é revelada na interrupção de obras, projetos e programas, normalmente quando ocorre a

mudança de gestores públicos. Nogueira (2007), afirma que esta prática, infelizmente, ainda é muito comum.

Essa descontinuidade na administração pública é sentida e vivenciada por todos os sujeitos da pesquisa entrevistados: técnicos envolvidos na elaboração do projeto, gerente de educação, coordenadora pedagógica da CRE, coordenadora pedagógica da escola, professores e alunos; conforme descrito e analisado no segundo capítulo desta pesquisa.

A escolha da Escola Cora Coralina no município de Cacoal para essa pesquisa está vinculada ao fato de que é a única escola que desenvolve o Projeto Ensino Médio Integrar. No planejamento inicial o projeto piloto seria desenvolvido em seis escolas, sendo a Escola Cora Coralina umas das escolas selecionadas, porém problemas durante a implementação e a perspectiva de um novo programa do Governo Federal para o ensino médio resultaram na descontinuidade de ações e mudanças na proposta, conforme informado pelas escolas, através de e-mails encaminhados a Subgerencia de Ensino Médio em resposta a solicitação do Setor para que justificassem o seu desligamento do projeto, conforme descrito no Quadro 07:

Quadro 07 – Justificativa das escolas para desligamento do projeto

Escola	Município	Justificativa para desligamento do projeto
EEEFM Álvares de Azevedo	Vilhena	Iniciou o projeto em abril de 2016, porém em virtude do não cumprimento do artigo 7º da Lei nº 3.839 referente à verba indenizatória e a não realização de formação continuada para professores, decidiram em reunião com o Conselho Escolar e servidores da escola que para o ano de 2017 não dariam prosseguimento ao projeto.
EEEFM Candido Portinari	Rolim de Moura	Iniciou o projeto em 2016, porém a escola foi contemplada para o ano de 2017 com o programa Ensino Médio em Tempo Integral-EMTI, Escola de Novo Tempo/Integral do Governo Federal e pela proposta do EMTI não poderia executar dois programas/projetos de educação integral.
EEEFM Capitão Sílvio de Farias	Jaru	Iniciou o projeto em 2016, porém a escola foi contemplada para o ano de 2017 com o programa Ensino Médio em Tempo Integral, Escola de Novo Tempo/Integral do Governo Federal e pela proposta do EMTI não poderia executar dois programas/projetos de educação integral.
EEEFM Simon Bolívar	Guajará Mirim	Em 2016 a construção de 02 salas para atender o projeto terminou em julho impossibilitando a execução do mesmo. E no ano de 2017 a escola foi contemplada com o programa Ensino Médio em Tempo Integral, Escola de Novo Tempo/Integral do Governo Federal e pela proposta do EMTI não poderia executar dois programas/projetos de educação integral.

EEEFM Tancredo de Almeida Neves	Cerejeiras	Não conseguiu matricular o número mínimo de alunos, pois muitos eram da área rural e necessitavam do transporte escolar, e outros alunos apresentaram atestado de vínculo empregatício impossibilitando participar das atividades no contra turno. Gestores e professores decepcionados com a operacionalização do projeto, pois, não houve formações previstas, recurso da merenda não foi repassado e os professores não receberam a gratificação que era atrelada ao número mínimo de 70 alunos, diante desta situação a escola em reunião como o Conselho Escolar deliberou pelo encerramento do projeto e reintegraram os alunos nas turmas regulares no ano de 2016.
---------------------------------------	------------	--

Fonte: elaborado pela autora com base nos documentos enviados pelas escolas para a Seduc.

A partir deste contexto, na próxima seção serão apresentados aspectos gerais da EEEFM Cora Coralina e do município de Cacoal, bem como o desenvolvimento do projeto na referida escola, uma vez que é a única das seis escolas que desenvolve o projeto desde 2017.

1.4 IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO ATUALMENTE: ESCOLA CORA CORALINA

Nesta seção, foi apresentado o município onde está localizada a escola foco da pesquisa, bem como a informação geral relativas à instituição e sobre o Projeto Ensino Médio Integrar desenvolvido pela escola. Os dados foram obtidos através do Projeto Político da Escola, informações sobre o município extraídas do site oficial da prefeitura de Cacoal, site Qedu e site do Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE).

O município de Cacoal está localizado no Centro-Leste do Estado de Rondônia, fazendo divisas com as cidades de Presidente Médici ao noroeste, Espigão d'Oeste ao leste, Ministro Andreazza ao oeste, Pimenta Bueno ao sudoeste e Rolim de Moura ao sul. Localizado a margem da BR-364, possui uma área de 3.792.948 km², representando 1,6% do Estado de Rondônia e está distante 470 km da capital Porto Velho.

Figura 1 – Mapa de localização do município de Cacoal**Localização de Cacoal no Estado de Rondônia**

Fonte: <http://www.herpetofauna.com.br/comoche Garcacoal.htm>

Na Figura 1 o mapa, indica a posição geográfica do município de Cacoal, possibilitando uma melhor compreensão da extensão territorial do Estado e os desafios para implementação de projetos e programas educacionais por parte da SEDUC.

Cacoal é a 4ª cidade mais populosa do Estado, conforme Censo de 2010 que revelou um efetivo de 78.574 habitantes, sendo 61.921 concentrados na área urbana e 16.653 distribuídos pela zona rural. As principais atividades econômicas estão ligadas à agropecuária, indústria e comércio. A base da agricultura permanente é o café, desenvolve também culturas temporárias como arroz, feijão mandioca e milho. Possui o 4º maior rebanho de bovinos do estado. Com um ramo variado de empresas, o setor atacadista fornece uma variedade de produtos para revenda com preços competitivos atraindo clientes dos municípios vizinhos.

Ainda no setor de serviços o município tem se consolidado como um importante polo no setor de serviços de educação e saúde, com destaque para o ensino superior, contabilizando 08 instituições, sendo 02 federais: Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles - UNIR ofertando cursos de graduação em Administração, Ciências Contábeis, Direito e Engenharia da Produção; e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO,

com os cursos de Agronomia, Agroecologia, Informática, Agropecuária, Matemática e Agronegócio e 06 particulares.

De acordo com dados do Censo/IBGE (2015), o município atendeu 4.009 estudantes matriculados no ensino médio e contava com 260 professores distribuídos em 17 estabelecimentos escolares. Desse total de alunos 3.259 estavam matriculados nas escolas da rede pública.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Cora Coralina está situada na Rua José do Patrocínio nº 2159, no Centro de Cacoal-RO, iniciou suas atividades em 12/09/1986, através do Decreto nº 3041, com a denominação de Escola Municipal de 1º Grau Cora Coralina. No decorrer dos anos a escola sofreu alterações no nome e etapas de escolarização, consolidando se como Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio em 2013, por meio do Parecer de Reconhecimento do Ensino Médio – Regular nº 001/2013 e Resolução nº 1132/13-CEE/RO.

A escola está localizada na área central da cidade, o entorno é todo asfaltado, e nas proximidades há residências, prefeitura municipal, praça municipal, biblioteca municipal, cinema e diversos estabelecimentos comerciais. A infraestrutura da escola é constituída de 14 salas de aulas, 01 mini auditório, sala de direção, secretaria com banheiro e almoxarifado interno, sala de professores com banheiros, sala de supervisão, sala de orientação, sala de apoio pedagógico e sala de recursos do ensino especial, sala da TV escola, biblioteca, laboratório de Informática, laboratório de ciências, laboratório de matemática, banheiros femininos e masculinos, guarita com banheiro, zeladoria, cozinha com dispensa, refeitório, cantina, bebedouros, almoxarifado e quadra poliesportiva coberta ladeada por dois banheiros, uma sala de ferramentas, uma sala de materiais esportivos e uma área de jogos com duas mesas de ping-pong, jogos de xadrez e um armário. (PPP, Escola Cora Coralina)

Desde o ano de 2012, por iniciativa da equipe gestora da escola, foi implantado o Projeto Sala Ambiente, proporcionando aos alunos atendimento diferenciado com salas ambientes preparadas com recursos didático-pedagógicos de acordo com as características de cada disciplina, tornando o ambiente mais funcional ao desenvolvimento das aulas e mais atrativo ao aprendizado. Neste sistema de Sala Ambiente ao término de cada aula os alunos trocam de sala e o professor permanece na sala ambientada para as disciplinas: História, Geografia, Filosofia e Sociologia, Matemática, Física, Biologia, Arte, Língua Estrangeira (Inglês e Espanhol) e Língua Portuguesa.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico a comunidade escolar é diversificada, os alunos pertencem à classe média e média baixa em sua maioria, composta por comerciários, autônomos, comerciantes e funcionários públicos, e um quantitativo menor de alunos oriundos de famílias com poder aquisitivo maior. O nível de escolaridade dos pais e/ou responsáveis é o ensino médio completo e formação superior, que acompanham a vida escolar dos filhos e apoiam os projetos desenvolvidos pela escola.

No ano de 2017, a escola atendeu 743 alunos do ensino regular, distribuídos nos turnos, matutino, vespertino e noturno, sendo 298 alunos nos primeiros anos, 198 alunos nos segundos anos e 247 alunos nos terceiros anos, oriundos de escolas dos diversos bairros da cidade. A maioria destes jovens chega ao ensino médio com déficit de aprendizagem ocasionado por dificuldades de aprendizagem e falta de pré-requisitos⁶.

A administração da EEEFM Cora Coralina é inspirada nos princípios democráticos, com a participação de todos os membros da escola nas tomadas de decisões, e para dar suporte e nortear as ações desenvolvidas, conta com Conselho Escolar, Grêmios Estudantil e Regimento Escolar. O Projeto Político Pedagógico está embasado na Constituição Federal de 1988, Constituição do Estado de Rondônia de 1981, Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº. 9394/96, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Resoluções, Pareceres, dentre outros.

Com base no Projeto Político Pedagógico, a escola define como missão:

Propiciar condições para uma aprendizagem significativa com ênfase na formação de cidadãos críticos e conscientes que possam interagir, no sentido de busca, capazes de atuar e transformar a sociedade em que vivem (PPP da EEEFM Cora Coralina, 2017, p. 30).

Também, no mesmo documento, a escola deixa claro que adotou a concepção pedagógica crítico-social dos conteúdos:

A definição pela corrente Crítico-social dos conteúdos se deu, pois nossa escola pretende desenvolver uma educação de qualidade e inovadora que propicie às pessoas envolvidas senso de respeito mútuo e participação efetiva em todas as atividades desenvolvidas pela escola e na escola. Essa participação deverá sempre buscar atingir objetivos que visem o bem comum (PPP da EEEFM Cora Coralina, 2017, p. 28).

⁶ Descrito no Projeto Político Pedagógico da escola.

E a partir da opção pela concepção crítico-social dos conteúdos, a escola estabeleceu como sua visão de futuro, isto é, “A escola que queremos”:

Cabe à escola desenvolver uma prática educativa que considere os interesses e as motivações dos alunos e garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos críticos e participativos capazes de intervir transformando a realidade. Nossa referência na verdade é uma sociedade mais justa e democrática onde as desigualdades desapareçam, a exploração seja eliminada, os preconceitos de todos os tipos sejam superados (PPP da EEEFM Cora Coralina, 2017, p. 29).

A avaliação dos alunos atende a Portaria nº 4563/2015-GAB/SEDUC, isto é, contínua, e cumulativa nas formas diagnósticas, sistemática, processual com finalidade formativa e somativa durante todo o processo de ensino e aprendizagem. E para os alunos que não apresentarem domínio dos conteúdos necessários, a continuidade do percurso escolar, será ofertada estudos de recuperação paralela em conformidade com a legislação vigente.

No ano de 2015, conforme Termo de Adesão, datado de 15/08/2015 e Ata de reunião com a comunidade escolar à escola aderiu ao Projeto Ensino Médio Integrar para iniciar com duas turmas de 1º ano em 2016, porém em virtude do atraso na adequação da estrutura física e por falta dos equipamentos necessários para iniciar o projeto, foi adiado para o ano de 2017.

O processo nº 01.1601.17557-0000/2015-DGE/SEDUC), referente a aquisição de equipamentos teve itens com preços acima do estimado e itens recusados pelo pregoeiro, sendo dessa forma cancelado e iniciado outro processo sob o número 01.1601.20280.0000/2016-DGE/SEDUC, atrasando o prazo previsto para entrega dos equipamentos).

Em 2016 foi feita divulgação do projeto para a comunidade escolar, através da reunião do dia 03/09/15, de acordo com o relatado na Ata do dia 03/09/15, e definida a equipe pedagógica e professores para atuar no projeto. Finalmente no ano de 2017 teve início o projeto sendo matriculados inicialmente 70 alunos e no decorrer do ano ampliando o quantitativo para 79 alunos, conforme registros do diário escolar e relações de alunos matriculados e frequentes enviadas a SEDUC.

O projeto estabelece jornada em tempo integral com oito horas diárias de efetivo trabalho escolar, mas para atender as peculiaridades da comunidade escolar foi feito ajuste na forma de execução para 5 horas no matutino e 3 horas no vespertino, uma vez que o projeto não entrou na programação da merenda escolar e não tinha como oferecer almoço para os alunos. (Relatório da Escola, referente 1º semestre/2017).

Em 2016, a estrutura física foi adequada, os equipamentos eletrônicos prometidos pela SEDUC não chegaram à escola, em virtude de ainda estar em processo de licitação e também não houve capacitação inicial em Oratória como previsto no projeto (Processo nº 01.1601.17830-0000/2015-DGE/SEDUC), referente à Contratação de empresa especializada para ministrar curso de Oratória que atrasou e depois foi cancelado por necessidade de remanejar o recurso para outra ação). E, conforme ofício da CRE/Seduc encaminhando Relatório de Execução do Projeto na EEEFM Cora Coralina, relativo ao 1º semestre, endereçado ao Secretário de Educação, a equipe gestora relata que fez aquisição e instalação de alguns equipamentos por conta da escola e fez orientações didáticas pedagógicas para equipe docente e deu início ao projeto em 2017, mesmo com toda dificuldade, uma vez que a SEDUC não cumpriu com o proposto no projeto.

As entrevistas concedidas pelos sujeitos da pesquisa: coordenadora do projeto na escola, coordenadora pedagógica da CRE e professores apontam que a SEDUC não cumpriu com tudo que estava previsto nas orientações da Portaria 3467/2016-GAB/SEDUC que Implanta o Ensino Médio Integrar. O conteúdo das entrevistas será analisado a luz dos teóricos que abordam a temática no segundo capítulo desta pesquisa.

A partir desta perspectiva de apreciação dos dados referentes ao ensino médio em Rondônia e apresentação da escola alvo da investigação, especialmente no que se refere aos problemas na implementação do projeto, torna-se imprescindível, apresentar no segundo capítulo, o referencial teórico que possibilita uma apropriação qualitativa do tema em questão, contribuindo para a investigação e análise dos motivos que resultam na descontinuidade do projeto, bem como apresentação de algumas conclusões para aperfeiçoamento na forma de criação e implementação de programas, projetos e ações realizados pela SEDUC.

2. ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO ENSINO MÉDIO INTEGRAR: ENTRAVES E DESAFIOS

No capítulo anterior foi apresentado um breve histórico do Ensino Médio no Brasil, destacando a dualidade que sempre permeou essa etapa final da Educação Básica: propedêutico ou preparação para o trabalho, e as mudanças neste nível de ensino que o tornam um constante desafio para gestores públicos.

Com o objetivo de analisar o Projeto Ensino Médio Integrar da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia, foi feito um breve relato do Ensino Médio em Rondônia apresentando e analisando dados relativos ao acesso, permanência, evasão, reprovação e aprovação dessa modalidade de ensino, bem como a implementação do projeto nas escolas selecionadas com destaque para EEEFM Cora Coralina, única escola das seis que foram selecionadas que ainda desenvolve o referido projeto. Esse recorte foi necessário para contextualizar a conjuntura que possibilitou a criação e implementação do Projeto Ensino Médio Integrar e a situação atual em se encontra em desenvolvimento em uma única escola.

No presente capítulo, apresentamos as reflexões teóricas referentes aos conceitos relacionados às Políticas Públicas e Ciclo de Políticas que dialogam com o campo de pesquisa e possibilitam um aprofundamento da temática; também apresentamos os resultados da pesquisa de campo, realizada a partir dos instrumentos de coleta de dados, como análise de documentos, entrevistas semiestruturadas e questionários com o intuito de levantar e comprovar as evidências.

A análise teórica dos dados da pesquisa em campo é desenvolvida em três eixos de análise, apresentados em três seções, tendo como objetivo fornecer subsídios para a elaboração do Plano de Ação Educacional, apresentado como proposta de intervenção Na primeira seção, busca-se entender o processo de implementação das políticas públicas e como proposta de análise do presente caso de gestão, apresentamos o Ciclo de Políticas com base nos estudos de Mainardes (2006), com destaque para os contextos da produção e da implementação.

A segunda seção subdividiu-se em duas subseções, na primeira subseção abordou-se o contexto da produção, refletindo sobre o processo de elaboração do Projeto Ensino Médio Integrar com base nos dados da pesquisa documental apresentados no primeiro capítulo; e na segunda subseção abordou-se o contexto da implementação do referido projeto a partir da percepção dos atores da pesquisa: equipe técnica, professores e alunos, destacando

resistências, modificações e aceitação do projeto. E, finalmente na terceira seção, apresentamos uma reflexão teórica sobre a descontinuidade da política no Brasil e em Rondônia.

Para subsidiar as análises recorreu-se aos estudos dos autores Condé (2012), que traz conceitos fundamentais para a análise de políticas públicas associando-os ao ciclo de políticas; Mainardes (2006), que apresenta as ideias centrais e as contribuições do ciclo de política para a análise de políticas educacionais, baseado na abordagem dos pesquisadores ingleses Stephen Ball e Richard Bowe; Estevam (2010), Santos e Oliveira (2013), Nogueira (2007) e Serafim e Dias (2012) que abordam sobre políticas públicas. E para as reflexões sobre o ensino médio recorremos a Moehlecke (2012), Krawczyk (2011), Queiroz et al (2009) e Nascimento (2007).

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E O CICLO DE POLÍTICAS

Esta seção tem como foco a abordagem teórica sobre políticas públicas e o ciclo de políticas. E no intuito de compreender o processo de implementação das políticas públicas, faz-se necessário, refletir com base no referencial teórico, sobre as concepções de poder, política, política pública, política de estado e política de governo, política pública educacional e o ciclo de políticas como metodologia para a análise de políticas educacionais, estabelecendo assim uma relação com a pesquisa de campo. Ademais, esses conceitos são essenciais para compreender a análise de políticas públicas.

Política é inseparável de poder. A política é uma atividade vinculada à busca ou a manutenção do poder e, conforme Condé (2012), toda política pública é característica da esfera pública da sociedade. É a política e suas possibilidades o meio para resolver conflitos instalados em torno dos problemas coletivos e dos bens públicos de forma pacífica. Nessa perspectiva poder político é a capacidade de influenciar as ações dos sujeitos inseridos em um contexto social por meio das instituições políticas que regulamentam as relações desse espaço.

Condé (s/d, p.07), embasado na reflexão de Goethe (2003) afirma que “não se possui aquilo que não compreende”, pois, compreender política não é um exercício simples ou trivial, mas requer esforço e dedicação. Política e poder estão intrinsecamente ligados. Para o autor a compreensão de política leva a superar o senso comum, a visão simplificadora, impressionista, fácil e disseminada com soluções dadas pelo dito, pelo consagrado e pelo “definitivo”.

Em sentido geral, pode indicar a capacidade de ação ou de produzir efeito, no campo das relações sociais poder refere-se à possibilidade ou a capacidade geral de agir, onde um indivíduo determina o comportamento de outro indivíduo, portanto é capaz de exercer o Poder, mas também está sujeito a ele. Segundo Dhal (1957) apud Condé (2012, p. 81), “poder é a capacidade de influenciar alguém a fazer algo que de outra maneira não seria feito por ele”. Deste conceito de Poder, depreende-se que o termo refere-se ao domínio que alguém tem para executar algo ou mandar, conforme explicado por Condé (s/d8):

Poder tem relação direta com capacidade de mando, de ordem, de agenda; é algo sobre a competência para impor obediência, o que tem como consequência direta questões chaves para a política: quem manda e de que o forma faz; quem é governado e como ele aceita o “jogo” (CONDÉ, s/d, p. 08).

O autor alerta para a percepção do que verdadeiramente seja a Política, pois da Política nascem governos e decisões que atingem de forma positiva ou negativa todos que convivem naquela sociedade.

São muitos os conceitos e definições dadas pelos autores para política, e grande parte da população generaliza dizendo que “tudo” é política; o que para a ciência “tudo” não quer dizer “nada”. Na conceituação de Política, Condé (s/d) aborda a temática considerando dois aspectos, que é compreender a Política como ação relacionada ao Poder e seus correlatos, por um lado; e por outro, como uma ciência que se ocupa em compreender e regulamentar relações entre aqueles que dela participam por suas mediações institucionais, de grupos, dentre outros:

Portanto, política se refere sempre às atividades vinculadas de alguma forma ao poder, preferencialmente, legítimo – sua busca, manutenção, seus mecanismos de participação, suas organizações, grupos e instituições ligadas ao seu exercício. De alguma forma, sua relação chave é entre governantes e governados, as ações de ambos na vida pública mediada por diferentes instituições, grupos e organizações, e seus “jogos”, que produzem efeitos e resultados (CONDÉ, s/d, p. 09).

A política é importante porque a sociedade não é uniforme, as pessoas têm interesses e expectativas divergentes, o que gera conflitos que são resolvidos no caso de países democráticos, por meio da articulação política.

A política é real, ocorre em lugares determinados e sua existência esta ligada as atividades do cotidiano nas repartições públicas, em ações bem perceptíveis, como por

exemplo, a emissão de carteira de identidade, isso é política pública (CONDÉ, 2012). Nesse sentido Jesus (2014), aponta que as políticas públicas são pensadas, implantadas e implementadas visando corresponder ou, pelo menos aparentar corresponder, as demandas da sociedade e se efetivam em diversos setores desta.

As políticas públicas se materializam por meio de programas públicos, projetos, leis, ações desenvolvidos pelo Estado para garantir e cumprir direitos previstos na Constituição Federal e em outras leis. São exemplos de direitos sociais garantidos em lei: saúde, educação, trabalho, lazer, moradia, assistência social, meio ambiente, cultura, segurança, alimentação, proteção aos direito da maternidade e da criança, dentre outros.

A política pública enquanto área do conhecimento e disciplina acadêmica tem origem nos Estados Unidos, enfatizando a ação dos governos, sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do estado e suas instituições, e tendo como pressuposto analítico entender como e porque os governos optam por determinadas ações (SOUZA, 2006 p. 22).

Existem diversos entendimentos do que seja Política Pública, e, segundo Souza (2006), não se pode afirmar que haja uma definição melhor que a outra, e utiliza vários autores para defini-la. Por exemplo, Mead (1995), conceitua como uma área dentro do estudo da política que investiga o governo a luz de grandes problemas públicos. Lynn (1980) e Peters (1986) focalizam o governo como promotor de ações que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) conceitua política pública como o que o governo escolhe fazer ou não fazer. Contudo o conceito mais conhecido continua sendo a de Laswell (1936) para quem as decisões e análises sobre política pública devem responder aos questionamentos: quem ganha o quê, por que e que diferença faz (SOUZA, 2006 p. 24).

Embora exista uma variedade de definições para política pública elas convergem para uma característica comum a todas que é analisar o local onde os conflitos em torno dos interesses, preferencias e ideias acontecem: os governos. Souza sintetiza política pública como:

[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p.26).

Outras definições destacam o papel da política pública como uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Essas abordagens recebem algumas críticas alegando que elas desconsideram o conflito em torno de ideias e interesses, que seriam a essência da política pública.

Condé (2011) afirma que “toda política pública, nunca é demais recordar, é característica da esfera pública da sociedade”; está relacionada às demandas sociais originadas das autoridades públicas que tem legitimidade para implantar ou para delegar a outra pessoa que o faça, com o objetivo de atender os interesses sociais e solucionar os problemas públicos.

Para melhor compreensão do conceito de política pública, faz-se necessário fazer a diferenciação entre o que é política de Estado e política de governo. Primeiro é preciso esclarecer onde a política acontece, em que lugar real ela se desenvolve, para isso recorreremos a Condé (s/d, p. 10): “Estado e governo são locais onde a política se encarna”. O autor segue explicando que o Estado não se confunde com governo, mas o exercício do governo ocorre no interior do estado e de seus “aparelhos”.

Desse modo, política de Estado é diferente de política de governo, é preciso deixar claro a diferença entre as duas. De maneira geral, as leituras assinalam que a Política de Estado está amparada na Constituição e não depende de governo ou de governantes para existir e ter continuidade, como por exemplo, as políticas públicas educacionais que são asseguradas pelo direito a educação que é um direito universal de todos os brasileiros, instituído pela Constituição Federal, em seu artigo 208. Assim, conforme garantido pela Constituição, todos os brasileiros tem direito a educação, sendo obrigação do Estado, oferecer educação pública de qualidade.

O governo é transitório, a política de governo depende da alternância de poder, pois os planos e projetos de governo podem ou não se transformar em políticas públicas, e na maioria das vezes quando muda a situação política muda tudo que estava sendo executado, começa tudo de novo. Aqui pode-se citar como exemplo, o Projeto Ensino Médio Integrar, foco desta pesquisa, cujo planejamento foi alterado em função de dificuldades de recursos materiais e financeiros, pela mudança de Secretário de Educação e pela implementação de um novo programa do Governo Federal, conforme relatado nas entrevistas com a técnica e a gerente da SEDUC:

[...] Houve uma descontinuidade em função de algumas mudanças de gestão, de gestores, é como gestores maiores, vamos dizer assim, que partiu da

própria Secretaria. Como a própria secretária saiu, entrou outro secretário que tinha outra visão (T2-Seduc).

[...] a questão aí da descontinuidade do projeto ele se deu tendo em vista que o Estado de Rondônia, ele implantou um novo ensino médio em tempo integral, e na hora da seleção das escolas o Ministério da Educação habilitou algumas escolas que foram selecionadas por ele, e essa habilitação da escola coincidiu com as escolas de ensino médio do Integrar (G1 – Seduc).

Assim como ocorreu com o Projeto Ensino Médio Integrar, percebe-se na SEDUC que projetos, programas e ações são implementados e com a mudança de gestores ou situações administrativas ocorre uma ruptura no que está sendo desenvolvido, podendo até não haver continuidade nos anos posteriores, resultando em realocação de recursos financeiros, físicos e humanos. Não há avaliação no sentido de verificar se os resultados daquele projeto, programa ou ação são positivos ou se necessita de aprimoramento que possibilitem avançar na qualidade educacional. Observa-se também que as questões políticas influenciam diretamente as ações pedagógicas.

De maneira geral, seja na escola ou na Secretaria de Educação, política e políticas públicas permeiam nossas discussões e ações, fazendo parte do nosso dia a dia. Porém, na percepção pesquisadora, a pressa em resolver conflitos, atender demandas do cotidiano e as alterações no planejamento, quase nunca permitem sessões de estudo em que os servidores possam se apropriar desses conceitos e temáticas com mais profundidade.

O foco deste estudo de caso é a análise da implementação do Projeto Ensino Médio Integrar, iniciativa da Secretaria de Estado da Educação como parte da política educacional, voltado para o ensino médio, visando dar maior dinamicidade, contextualização e interdisciplinaridade nas aulas, bem como melhorar os Índices de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB; elevação do número de aprovados no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e, conseqüentemente, maior acesso ao ensino superior por parte dos estudantes oriundos das escolas públicas estaduais de Rondônia.

Como são consideradas anteriormente, as políticas públicas têm por objetivo atender as demandas sociais, e as políticas educacionais fazem parte das políticas sociais e se constituem como ação do Estado na prestação de serviços educacionais.

No que se refere à Política Pública Educacional, Vieira (2007), citando Pedro e Puig (1998) traz a definição de que Política Educacional é a Ciência Política em sua aplicação ao caso concreto da educação. As políticas educacionais são vistas como políticas públicas que se dirigem a resolver questões educacionais. Embora seja alvo de muitas críticas, o Programa

de Fomento à Implementação da Escola em Tempo Integral, implementado pelo Governo Federal por meio de medida provisória e depois transformado em lei, dispõe sobre a organização dos currículos do ensino médio e a ampliação progressiva da jornada escolar, tem como objetivo reformar o ensino médio é um exemplo de política pública educacional, pois se caracteriza como uma ação do Estado na resolução de problema educacional que atinge uma parcela considerável da sociedade.

Para Serafim e Dias (2012), a análise de Política constitui um conjunto de elementos que possibilita um rico olhar normativo-explicativo sobre o processo de elaboração de políticas públicas. Sendo ainda, segundo esses autores, é necessário se apropriar de alguns conceitos, teorias e ferramentas que auxiliarão na análise e compreensão da conformação das políticas públicas em geral (nacional, estadual ou municipal) e as complexidades intrínsecas.

E Souza (2003), reconhece que a “análise de política pública, é por definição, estudar o governo em ação“, portanto para a autora, as políticas educacionais, sob essa perspectiva, demonstram a multiplicidade e a diversidade da política educacional em um determinado momento histórico e apontam áreas específicas de intervenção.

Asseveram ainda Serafim e Dias (2012), que a análise de política, ao focar no comportamento dos atores sociais e no processo de formulação da agenda e da política, busca entender o *porquê* e *para quem* aquela política foi elaborada, e não só olhar o conteúdo da política pública em si.

Como explicado anteriormente, as políticas giram em torno de questões públicas e bens públicos, nesse sentido Condé afirma a necessidade de um diagnóstico adequado e um conhecimento efetivo da questão pública que se busca solucionar, bem como monitorar e avaliar:

E depois de decidida a política, ela deve ser monitorada para o conhecimento sobre se o previsto vem sendo executado e, finalmente, ela pode (ou deveria) ser avaliada *ex post*, para conhecer seus parâmetros e resultados, seus indicadores de eficiência, eficácia e efetividade, por exemplo (CONDÉ, 2014, p. 04).

Com base nas afirmações de Condé (2012), e para melhor compreensão da implementação de políticas públicas o Quadro 8 elaborado pelo referido autor, demonstra as “fases e questões” que devem ser consideradas:

QUADRO 08 - Políticas Públicas – “Fases” e Questões Centrais

“Fases”	Perguntas
O problema	Qual? Como se apresenta?
As informações sobre o problema	Quais os elementos centrais do problema? Qual seu alcance? Quais variáveis precisam ser observadas? Quais as alternativas a considerar para a solução?
O desenho	Qual(is) a(s) alternativa(s) utilizada(s)? Quais os objetivos? Qual a finalidade? Para quem? Com qual financiamento? Com que alcance?
O ensaio – o ex ante	Como se manifestaram as alternativas?
A implementação	Iniciar
Monitoramento	Acompanhar
Avaliação – ex post	O que aconteceu? E como? Quais os resultados no tempo, no custo, na vida das pessoas, enfim, na implementação em geral?

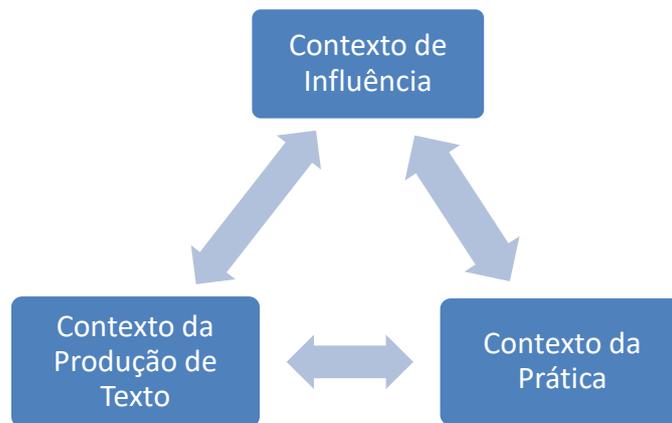
Fonte: Elaborado por Condé (2012), inspirado em Regonini (2001).

Condé (2012) assegura que as “fases e questões centrais” quando consideradas na implementação de políticas públicas permite identificar o problema, analisar as causas, considerar soluções, selecionar soluções/desenhos, implementar e avaliar. Essas “fases e questões” podem ser observadas em todas as políticas públicas.

As fases conhecidas também por ciclo de políticas permitem uma análise por momentos ou etapas do processo político, apontando a necessidade de se reconhecer as singularidades de cada um destes momentos e a possibilidade de intervenção durante o processo com mais êxito.

Para análise do caso de gestão em questão, tomamos como referência a abordagem do ciclo de políticas apresentado por Mainardes (2006), a partir dos estudos sobre políticas educacionais dos pesquisadores ingleses de Stephen Ball e Richard Bowe (1992). Para o autor, abordagem do ciclo de política permite a análise crítica do percurso de construção das políticas e programas educacionais desde sua elaboração até a implementação no campo da prática, incluindo seus efeitos, e constitui-se a partir de três contextos: o contexto de influência, o contexto da produção de texto e contexto da prática, conforme demonstrado na Figura 2.

Figura 2 - Contextos do processo de formulação de uma política



Fonte: Adaptado de Mainardes (2006, p. 51, apud Bowe et al., 1992, p. 20).

O primeiro contexto é o de influência, onde normalmente as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos. As políticas ou o pensamento sobre políticas são ou podem ser formados e/ou transformados a partir da ação, pois é “nesse contexto que grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado” (MAINARDES, 2006, p. 51).

O segundo contexto é o da produção de texto, a qual expressa o resultado das disputas e dos acordos estabelecidos para a formulação da política pública que vai ser colocada em prática. Os textos políticos representam a política e podem tomar várias formas, dentre elas: os textos legais oficiais, vídeos, entre outros. No caso do Projeto Ensino Médio Integrar foi elaborada a Lei nº 3.839/2016 e a Portaria nº 3467/2016-GAB/SEDUC que institui e implanta o referido projeto que sofreu diversas alterações no campo da prática.

No terceiro contexto da prática, “é onde a política está sujeita a interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original” (MAINARDES, 2006, p. 53). Segundo o autor, a política ao ser implementado está sujeita a modificações e transformações, pois os sujeitos que a colocam em prática não participaram de sua elaboração inicial e a interpretam de acordo com suas histórias, valores, experiências e propósitos.

Nesta fase os formuladores dos textos políticos não podem controlar os significados dos textos, havendo então diferentes interpretações pelos sujeitos que a utilizarão, como ocorreu na implementação do Projeto Ensino Médio Integrar.

Em síntese, conforme o ciclo de políticas, a política projetada em forma de programas, projetos e ações formuladas no contexto de influência, normatizadas no contexto da produção de textos, serão utilizados e ganham visibilidade no contexto da prática pelos atores que dela farão uso: professores, coordenadores, diretores, porém, estes não participaram de sua elaboração. Daí surge os conflitos, as adequações e alterações necessárias ao serem desenvolvidas as políticas, feitas por quem dela faz uso, o que para Mainardes (2006, p.53) representa “transformações significativas na política original”.

Mas vale ressaltar que em todos os contextos, a influência dos sujeitos pode se fazer presente podendo alterar ou atribuir nova interpretação a política em questão, pois não são fases lineares e não atendem a uma dimensão temporal ou sequencial, as fases são cíclicas.

Nesse sentido, Santos e Oliveira (2013, p.501) apontam que “a política não nasce, necessariamente, no contexto de influência e é ressignificada no contexto da prática. Por sua caracterização cíclica, as influências são constantes, denotando a complexidade da elaboração, significação e ressignificação das políticas educacionais”.

Na próxima seção abordamos os contextos da produção de textos e da prática na implementação do Projeto Ensino Médio Integrar.

2.2 O PROJETO ENSINO MÉDIO INTEGRAR A LUZ DO CICLO DE POLÍTICAS

Para melhor compreensão do processo de implementação de políticas públicas e na perspectiva de entender como se deu a implementação do Projeto Ensino Médio Integrar, faz-se necessário, dividir esta seção em duas subseções, a primeira subseção traz as observações e análises referente a contexto de produção de textos, verificando os desafios e entraves no presentes no processo de regularização do projeto. A segunda subseção versa sobre o contexto da prática do referido projeto, buscando entender como os sujeitos da pesquisa reagiram em relação à implementação do Projeto Ensino Médio Integrar e como percebem a situação do ensino médio em Rondônia.

2.2.1 Contexto da produção do Projeto Ensino Médio Integrar

A partir da identificação de um problema que pode se tornar uma política pública é necessário elaborar estratégias para torna-la viável. Nesse sentido e na perspectiva de alavancar a política pública educacional em meio aos resultados insatisfatórios apresentados

pelo ensino médio após divulgação do IDEB/2015, a Secretaria Estadual de Educação de Rondônia, objetivando fortalecer o processo ensino aprendizagem e melhorar os índices dessa etapa de ensino, propôs a formulação e implementação do Projeto Ensino Médio Integrar. Dessa maneira uma proposta em forma de projeto do governo do Estado passou a fazer parte da política educacional de Rondônia, destinada ao ensino médio.

De acordo com Mainardes (2006, p.52) o contexto da produção de textos, “*representa a política*” e para o autor “*políticas são intervenções textuais, mas elas também carregam limitações materiais e possibilidades*. A resposta a esses textos tem consequências reais”. Portanto, é a etapa onde os textos políticos são elaborados e expressam o que se planejou como políticas públicas que serão sentidas no contexto da prática; nesta etapa também serão definidas os recursos e estratégias para alcançar os objetivos e resultados esperados, os textos apresentam as soluções e alternativas projetadas para minimizar ou eliminar o problema detectado. Corroboram da mesma ideia, Santos e Oliveira (2013, p. 502), ao afirmar que “neste contexto ocorre a caracterização dos textos das políticas educacionais que tomam forma escrita com a pretensão de atender ao interesse público geral”.

Como citado no primeiro capítulo, a Secretaria de Estado da Educação designou uma equipe de quatro servidores que ficou responsável pelas fases da produção do texto e desenho do projeto. Nesse período, essa equipe além da concepção pedagógica, ficou responsável pela definição das escolas que participariam do projeto, com base na estrutura física, análise do quadro de servidores, demanda dos estudantes, contato com as Coordenadorias Regionais de Ensino para averiguar as necessidades e viabilizar as compras de equipamentos, e as adequações na rede física, necessárias para o desenvolvimento do projeto conforme proposta inicial.

Destaca-se que, ficou constatado que no processo de planejamento e elaboração a equipe da Secretaria de Estado da Educação optou pelo modelo de implementação top-down (de cima para baixo), pois apesar de ter realizado visitas técnicas nas escolas de Porto Velho, que desenvolviam o Projeto Terceirão e serviu de inspiração para elaboração do Projeto Ensino Médio Integrar, e visitas técnicas nas Coordenadorias Regionais de Ensino e nas escolas do interior para apresentar o projeto, porém não dialogou para saber se eles realmente queriam e como gostariam que fosse essa proposta, levando assim, para o momento da implementação, situações de resistências ao projeto. Isso é acentuado pelo fato de o planejamento das adequações no espaço físico, aquisição de equipamentos, definição de gratificação, formações e serviços de alimentação não ter sido executado em tempo hábil e a

contento, o que comprometeu a organização das escolas, gerou insegurança e insatisfação por parte da equipe escolar e reflete até hoje no andamento do projeto.

De acordo com Schneckenberg (2000), em seu estudo sobre a relação entre política pública de reforma educacional e a gestão do cotidiano escolar, afirma que a elaboração de política de reforma educacional influencia intencionalmente o dia a dia da escola, assim como este não apenas influencia, como determina a sua formulação, portanto trata-se de um caminho de mão dupla.

Nesse sentido, conforme Jesus (2014) pode-se afirmar que a Secretaria de Estado da Educação, ao decidir por formular o projeto internamente, cotando somente com a experiência de seus técnicos e as pesquisas realizadas, não levou em consideração que os textos políticos são amplamente “utilizados” e ganham “visibilidade” no contexto da prática, onde este será interpretado e recriado de acordo com os sujeitos que a utilizarão. Dessa forma, a SEDUC não ponderou que ao chegar ao seu destino, o texto pode ser modificado e ter interpretações diferentes, uma vez que as pessoas que farão uso na prática, na escola não são as mesmas que participaram de sua elaboração inicial.

Conforme explicado no primeiro capítulo, o Projeto Ensino Médio Integrar foi elaborado pelos técnicos da Secretaria de Educação de Rondônia com o intuito de solucionar problemas detectados e elevar a qualidade da oferta no ensino médio, nesta perspectiva foi elaborada a Lei nº 3.839 de 27/06/2016 que instituiu o projeto, e a Portaria nº 3467/2016-GAB/SEDUC de 16/12/2016 que implantou o referido projeto nas escolas. Como se constata nas falas da Gerente de Educação Básica e das técnicas entrevistadas ao se questionar quais critérios orientaram/justificaram a implementação do Projeto Ensino Médio Integrar na Rede Estadual de Educação de Rondônia:

[...] o principal objetivo, melhorar o ensino-aprendizagem, oferecer oportunidades diferenciadas para os estudantes, de cursarem o ensino médio, e ter uma preparação qualitativa, em termos de qualidade para que o aluno pudesse ingressar no ensino superior (G-Seduc).

[...] a gente tem dois critérios, a gente tem um critério enquanto gestor e a gente tem o critério técnico. O critério técnico é que a gente primava pela melhoria da qualidade do ensino, então a gente tentou desenvolver um trabalho onde os professores tinha o tempo integral dedicado a esses alunos para que eles pudessem desenvolver suas atividades laborais, a gente tinha pensando um currículo que fosse de forma mais integral, então assim, a parte técnica estava pensando nesse sistema de melhoria de qualidade, mas já parte da gestão estava pensando em redução de professor na escola, professores que pudessem é... Redução de quadro mesmo, atender maior numero de alunos com menor número de professores (T1-Seduc).

[...] um projeto que fosse mais interessante para o aluno, em que o aluno pudesse ficar tendo um pouco mais conhecimento, ou seja, de aulas dos componentes curriculares que prepara melhor o aluno para o Enem, que são os componentes da Base Comum Curricular, que são os conteúdos de português, matemática, história, geografia, biologia, onde se, onde o aluno tem às vezes poucas aulas, e se exige um pouco demais, até talvez nas avaliações internas e externas (T2-Seduc).

Os relatos das entrevistadas confirmam que o projeto almejava resolver uma situação problemática e oferecer uma proposta metodológica diferenciada e inovadora para os alunos do ensino médio regular, voltado para as novas exigências educacionais, conforme disposto no art. 2º do referido projeto:

Art. 2º. O Projeto Ensino Médio Integrar consiste em uma proposta metodológica inovadora, de educação formal, com foco no Desenvolvimento do currículo do Ensino Médio Regular diurno, em tempo integral, utilizando-se de recursos didáticos e midiáticos diversificados, atividades escolares diferenciadas, acréscimo de carga horária nos componentes curriculares, aumento de número de aulas diárias e acompanhamento efetivo do professor, destinado à formação básica do aluno, voltado às novas exigências educacionais e à elevação do índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB (RONDONIA, 2016).

Segundo Jesus (2014, p. 01), *“as políticas públicas são pensadas, implantadas e implementadas, visando corresponder, ou pelo menos, aparentar corresponder, às demandas da sociedade e se efetivam em diversos setores desta”*. Percebe-se que ao elaborar o Projeto Ensino Médio Integrar a Secretaria de Estado da Educação buscava solucionar uma situação problema no ensino médio.

Porém, no relato da técnica T1-Seduc, observamos que além do objetivo explicitado na lei em ofertar um ensino de qualidade, há outra leitura do projeto que não aparece nos textos da política pública em questão: *“[...] mas já parte da gestão estava pensando em redução de professor na escola, professores que pudessem é... redução de quadro mesmo, atender maior número de alunos com menor número de professores”* (T1-Seduc).

Esse relato também aparece na fala da coordenadora pedagógica da CRE/Seduc: *“[...]Alguns se recusaram a aceitar o projeto e diziam que esse projeto teria intenção de reduzir o número de professores em sala, pois haveria junção de turmas, logo redução de professores.”*

Condé (2012, p. 88) assevera que “o processo de formulação/desenho de políticas públicas nunca é meramente técnico: é também político, refletindo valores e estratégias de

quem dele participa”; percebe-se então, que além dos objetivos descritos no projeto, havia intenção implícita dos gestores da Secretaria de Educação de aproveitar o projeto para resolver outra situação crítica que é a falta de professores em determinadas disciplinas, uma vez que a formação de uma turma era feita pela junção de duas turmas, composta de 70 a 90 alunos, nesta visão um professor atenderia uma turma com um número maior de alunos.

Os discursos materializados linguisticamente resultam nos textos e revelam os jogos de poder e os interesses dos diversos atores envolvidos no e com o processo de elaboração da política a ser colocada em prática, aponta Jesus (2014, p.05).

Nesse sentido, Mainardes (2006, p. 52) assinala que os textos políticos podem assumir diversas formas, e não são, necessariamente, internamente coerentes e claros, e podem também, ser contraditórios, podendo usar termos chaves de modo inverso. Trazendo para o caso em questão, surge o questionamento: além do objetivo proposto no projeto de melhorar a qualidade da educação, existiriam outros interesses? Os gestores da Secretaria de Educação de Rondônia visavam reduzir o quadro de professores? Os professores e coordenadores das escolas e CRE/Seduc perceberam essa situação? Essa visão dos professores em relação ao projeto colaborou para seu insucesso?

Outro ponto que se observa nas falas de duas entrevistadas é a preocupação da Secretaria de Educação em preparar os alunos para as avaliações externas, atribuindo claramente um sentido propedêutico para o ensino: *“oferecer oportunidades diferenciadas para os estudantes do ensino médio de cursarem o ensino médio, e ter uma preparação qualitativa para que o aluno pudesse ingressar no ensino superior”* (G1-Seduc) e *“o Projeto Integrar tem o objetivo de melhorar os índices do Enem, no caso do desenvolvimento do aluno, melhor conhecimento pra desenvolver uma boa prova no ENEM”* (C2-Escola).

Como se verifica também no art. 2º da Lei nº 3.839/2016 que instituiu o referido projeto: “... O Projeto Ensino Médio Integrar consiste em uma proposta inovadora... voltado às novas exigências educacionais e à elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB”. Na tentativa de melhorar os índices educacionais do ensino médio, a Seduc elabora propostas com o objetivo de desenvolver e consolidar as habilidades e competências imprescindíveis ao aprendizado das matrizes curriculares próprias de cada ano escolar, se inserindo assim, em uma nova visão sobre as políticas educacionais.

Desta maneira faz-se necessária uma reflexão sobre a identidade do ensino médio atual ofertado pela rede de ensino estadual, buscando analisar os sentidos do ensino médio para os estudantes, professores e gestores com o intuito de identificar se as políticas públicas

implementadas, pela Secretaria de Educação para este público alvo, correspondem ou não as demandas sociais. Conforme descrito no primeiro capítulo, a identidade do ensino médio é um dos desafios desta etapa de ensino, o que também é apontado por Krawczyk:

“quando se trata de refletir sobre o sistema educacional brasileiro, é consensual a percepção de que o ensino médio é o nível de ensino que provoca os debates mais controversos, seja pelos persistentes problemas de acesso e da permanência, seja pela qualidade da educação oferecida, ou ainda, pela discussão sobre sua identidade” (KRAWCZYK, 2011, p. 754).

Esse movimento de algumas escolas de ensino médio da rede estadual de ensino em direção ao ensino para ingresso no ensino superior e para as avaliações externas, observado em 07 escolas da capital Porto Velho que tem os chamados “Terceirões”, serviu de inspiração para o modelo criado pela Secretaria de Educação resultando no Projeto Ensino Médio Integrar, descrito no primeiro capítulo. Interessante observar que o projeto não teve adesão nas escolas de Porto Velho, todas as escolas selecionadas inicialmente para desenvolver o projeto ficam localizadas em município do interior do Estado. Diante dessa situação, a equipe pedagógica do ensino médio Seduc, deve refletir e somar esforços junto às Coordenadorias Regionais de Ensino para fazer um levantamento detalhado sobre o funcionamento dos projetos Terceirões nas escolas, sua viabilidade, peculiaridades e necessidades visando o fortalecimento e a valorização dessas ações que já são realizadas pelas escolas com sucesso, se assim for de interesse da comunidade escolar.

Ainda referente ao contexto da produção de textos do Projeto Ensino Médio Integrar, na pesquisa documental, ficaram claras as dificuldades enfrentadas durante a implementação do projeto nas escolas. Constatou-se que o projeto foi divulgado para a comunidade escolar antes mesmo da elaboração e aprovação dos documentos que norteariam o desenvolvimento do projeto (Lei nº 3.839 de 27/06/2016 e Portaria nº 3467 de 16/12/2016), comprovados pelas atas de reuniões realizadas nas escolas para esclarecimentos sobre o projeto e os Termos de Adesão assinados pelos gestores escolares em setembro de 2015.

Esse indicativo também aparece no relato da entrevista da coordenadora pedagógica da CRE/SEDUC em forma de preocupação com o que é divulgado na mídia para a comunidade escolar:

[...] “O mais desafiador, tanto na implementação do Projeto Integrar como de outros projetos com metodologias diferenciadas, é o fato de se fazer uma propaganda de que tudo irá acontecer, propagandas positivas em relação ao

projeto. Os estudantes acreditam nesta proposta, efetuam suas matrículas e iniciam no projeto. E quando não se cumprem essas promessa, as no decorrer do ano letivo por falta de financiamento, isso acaba desmotivando quem está no projeto e se torna um grande desafio para continuidade no ano seguinte. Temos visto muito isso em diversos projetos, não só estaduais como projetos do Mec” (C1-Seduc).

Essa situação nos remete ao que Mainardes (2006, p. 52) esclarece sobre esse contexto: “o texto político, representa a política e pode assumir diversas formas como textos legais oficiais e textos políticos, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais, pronunciamentos oficiais, vídeos, etc”. O autor afirma ainda que, tais textos não são necessariamente, internamente coerentes e claros, podendo ser também contraditórios e trazem limitações materiais e possibilidades. Ao divulgar para a comunidade escolar o projeto sem ter resolvido problemas relativos aos recursos financeiros e administrativos que dariam suporte para seu desenvolvimento na prática, conforme demonstrado no primeiro capítulo, a SEDUC criou expectativa que não cumpriu gerando insatisfação e descrédito em relação ao projeto.

O atraso na elaboração da Lei e Portaria ocorreu em virtude de vários fatores, dentre eles as negociações realizadas com a Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Educação para definir a carga horária e gratificação destinadas aos profissionais, conforme previsto no projeto e regulamentado pela Lei nº 3.839 de 27/06/2016; adesão da Secretaria de Educação ao novo programa do Governo Federal de Educação em Tempo Integral - “Escolas Novo Tempo”, que provocou a alteração da proposta inicial sendo o projeto foi reformulado para atender somente o 2º e 3º anos do ensino médio. Dessa maneira o projeto teve início nas escolas no ano de 2016, sem publicação da Lei e Portaria que o regulamentava, portanto aí já iniciaram os conflitos que se repercutiram no campo da prática.

No primeiro capítulo, na seção referente à criação e implementação do Projeto, Ensino Médio Integrar foi relatado que o projeto passou por ajustes, a proposta inicial tinha por objetivo atender de 1º ao 3º anos do ensino médio, porém foi alterada para atender especificamente os alunos do 2º e 3º anos, em virtude da Secretaria de Educação ter aderido ao programa de Educação Integral do Governo Federal a ser ofertado a partir do 1º ano do ensino médio, conforme ficou constatado na análise documental. A Portaria nº 3467/GABSEDUC apresenta registro de alterações da proposta inicial:

Art. 3º O Projeto Ensino Médio Integrar, em tempo integral, será implantado no Ensino Médio, iniciando com o 1º ano em 2016 e em 2017 o 2º e 3º ano,

respectivamente, por meio do desenvolvimento da Matriz curricular constante desta Portaria.

Parágrafo único. A partir de 2017 esse Projeto não atenderá turmas do 1º ano do ensino Médio (SEDUC, 2017).

A partir da pesquisa documental ficou constatado que na implementação do projeto diversos fatores contribuíam para que sua implementação não fosse satisfatória: atraso no repasse de recurso financeiro para que as escolas iniciassem as adequações no espaço físico, atraso no andamento dos processos licitatórios impediu a aquisição de equipamentos e realização de formações, demora na aprovação da Lei nº 3839/2016 que instituiu o projeto e uma verba indenizatória⁷ para os profissionais atuantes no referido projeto.

Além dessas dificuldades elencadas que geraram insatisfação nas escolas selecionadas para implementação do projeto, ocorreu à mudança de gestor da pasta da Secretaria de Educação de Rondônia e nesse período as mudanças no ensino médio a nível nacional já estavam em discussão.

Com a saída do gestor (Secretária de Educação) anterior, em cuja gestão foi solicitada a elaboração do Projeto Ensino Médio Integrar e com a Reforma do Ensino Médio em andamento foi então, determinado a equipe de funcionários responsável pela elaboração do projeto que procedesse aos ajustes para implementação a partir do 2º e 3º anos, somente na Escola Coralina, pois seria implementado o Projeto Novo Tempo do governo federal em 06 escolas estaduais, incluído as que estavam com o projeto Ensino Médio Integrar.

O reflexo dessas interferências políticas que influenciam a mudança de gestores e contribuem para alterar o percurso da implementação de projetos, programas ou ação, também são percebidos e vivenciados pelos atores que atuam na ponta e desenvolvem o projeto na escola, como aponta a coordenadora do projeto C1:

[...]assim como o Projeto Integrar, alguns outros que já passaram no decorrer desses anos, eles acabam tendo essa descontinuidade, por um motivo que acontece assim, a rotatividade do funcionário, não só do funcionário, no caso do servidor, do técnico que tá lá na Seduc, dos próprios servidores dentro da escola, e normalmente um cargo comissionado como da Secretaria de Educação, não dá continuidade ao projeto que está andamento e feito por outro secretário (C1-Escola).

⁷ Verba Indenizatória é uma forma de gratificação para compensar o aumento de trabalho realizado pelos profissionais que atuam no Projeto ensino Médio Integrar, uma vez que as turmas são compostas de 70 a 90 alunos por sala de aula.

E constatado também nos relatos dos professores entrevistados da escola pesquisada:

[...] Eu vejo assim, as políticas educacionais hoje elas precisam ser levadas a sério e como eu disse antes a política precisa ser de Estado. Nós precisamos entender que esse processo educacional, a aprendizagem em si ele é um processo gradativo e que se nós interrompermos com as questões políticas, interesses particulares, nós não vamos ter um a educação de qualidade, de equidade que nós precisamos oferecer para o nosso aluno hoje (P2-Escola).

A partir dos relatos dos entrevistados e dos documentos analisados é possível inferir no processo de elaboração do Projeto Ensino Médio Integrar diversas situações modificações do texto político inicial. Segundo Condé (2012, p. 88), “[...] a decisão representa escolhas orientadas conforme o processo, produzindo um desenho determinado, com leis e decretos, instruções normativas e normas operacionais”, o autor esclarece também, que não há garantia de que a decisão tomada obtenha sucesso na aplicação prática, em virtude dos problemas no processo de implementação.

Nesse sentido, Schneckenberg (2000), esclarece que é necessário apresentar uma boa proposta, porém isso por si só, não garante o sucesso de sua implantação ou implementação, pois depende também do impacto que causará, das resistências e diferentes percepções por parte dos envolvidos na sua implementação, é o que veremos na próxima subseção, os impactos da implementação do projeto Ensino Médio Integrar no campo da prática, na escola.

2.2.2 Contexto da prática: desafios e entraves na implementação do Projeto Ensino Médio Integrar

O presente estudo de caso investiga o processo de criação e implementação do Projeto Ensino Médio Integrar que faz parte da política pública educacional para o ensino médio da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia. O estudo busca, ainda, entender os fatores que levaram a alterações na proposta inicial do projeto e sua visível descontinuidade, conforme demonstrado no primeiro capítulo.

Como apontado nos estudos de Estevam (2010), “a gestão das políticas públicas e os problemas advindos com a sua implementação ou a sua continuidade tem se tornado, nas últimas décadas, um tema recorrente”. Para o autor, mesmo as medidas de modernização do setor público, não tem sido eficientes para inibir e tampouco reduzir a regularidade da

fragmentação e descontinuidade das políticas públicas resultando em desperdício de recursos públicos e quase sempre inócuas.

Condé (2012, p. 91), considera a implementação como “o teste da realidade, o lugar da ação”. Nesta etapa vai ser colocado em prática o que foi pensado, buscando solucionar a situação identificada como problema, é o momento que se verifica como o público alvo vai reagir, de que forma vai receber a ação, momento que depende de muitas variáveis.

No contexto da prática a política tem estado sujeita a ser interpretada e recriada de acordo com os responsáveis pela implementação, podendo sofrer alterações e transformações significativas, pois na maioria das vezes os implementadores não participaram de sua elaboração inicial:

[...] os professores e demais profissionais exercem papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais e, dessa forma, o que eles pensam e no que acreditam tem implicações para o processo de implementação de políticas (MAINARDES, 2006, p.53).

Nesse sentido, é necessário investigar os aspectos do contexto de implementação do Projeto Ensino Médio Integrar em estudo, pois é nessa etapa de execução que os resultados concretos são produzidos, e caso não sejam bem executados, resultam em problemas de implementação e levam ao insucesso da política. Portanto, as variáveis intervenientes como gestores e implementadores necessitam ser ouvidas e interpretadas no intuito de compreender como o público alvo reagiu a implementação do referido projeto, estruturado para atendê-los e resolver o problema identificado neste caso de gestão, a partir dos índices insatisfatórios do ensino médio revelados pelo IDEB/2015, INEP/2015.

A pesquisa documental revela que no ano de 2016 a proposta inicial tinha como meta atender 1.004 alunos do 1º ano do ensino médio regular, distribuídos em 13 turmas, conforme indicativo das Coordenadorias Regionais de Educação responsáveis pelas escolas selecionadas. Entretanto, das 06 escolas que aderiram ao projeto somente 03 desenvolveram o projeto, totalizando 167 alunos e destas 03, somente 01 escola atendia a exigência referente ao quantitativo de alunos por turma, justificaram a baixa adesão em virtude de o projeto ser em horário integral.

No ano de 2017, das 06 escolas, somente 01 permaneceu e desenvolveu o projeto, as outras 05 escolas apresentaram as seguintes justificativas para não permanecer no projeto: não cumprimento do art. 7º da Lei nº 3.839/2016, referente ao pagamento da verba indenizatória, não realização das formações, adesão ao projeto Escola de Novo Tempo/Integral do Governo

Federal, não foi liberado recurso para merenda escolar, não conseguir matricular o número mínimo de aluno exigido pelo projeto.

Nesta situação, percebe-se que não foram oferecidas as estruturas e incentivos como previsto no projeto e prometidos pela Seduc, o que de acordo com Condé (2012, p. 92) no modelo de implementação de política “*top down*”, “os recursos devem estar disponíveis”, é preciso ter as condições necessárias para as diferentes fases. Isso demonstra a incoerência da SEDUC em propor a execução de um projeto sem oferecer as condições necessárias, o que de início já é extremamente prejudicial, pois gerou descrédito, desconfiança e resistência.

Conforme pesquisa apresentada no primeiro capítulo, no ano de 2015 quando o projeto foi elaborado, o total de alunos matriculados no ensino médio na rede estadual de ensino era de 56.822. O total de alunos atendidos pelo projeto não justificava os objetivos e os investimentos que se propunha com sua execução, estando muito aquém das expectativas de atendimento por parte da SEDUC. Diante deste cenário, resultou em um número inexpressivo de alunos participando do projeto, cabe questionar por que não se avaliou a viabilidade ou não do projeto e por que, conforme a proposta prévia com o projeto piloto em atender 1004 alunos e na implementação, somente 167 estudantes foram atendidos? Ao constatar essa situação, a impressão que se tem é que não há um planejamento baseado em dados estatísticos, percebe-se que há uma “vontade política” que precisa ser atendida.

Para averiguar essa situação no campo da prática foram realizadas entrevistas com os técnicos envolvidos na elaboração do projeto e com os responsáveis pela implementação na escola para saber como eles receberam e reagiram a implementação do referido projeto. No questionamento sobre como a CRE/Seduc e a escola foram informadas sobre a implementação do projeto, a coordenadora pedagógica da CRE/Seduc informou que recebeu a notícia no ano de 2015, por meio de uma apresentação do projeto em uma reunião na capital, e ficaram receosos com o desafio de reunir 70 a 90 estudantes numa mesma sala de 1º ano e além de preocupados com os investimentos necessários relativos à alimentação e equipamentos, porém levaram a novidade para a escola para saber a opinião da equipe escolar e professores.

A coordenadora pedagógica da escola informa que a Secretária de Educação na época levou a proposta para a escola e a direção acabou aceitando. Pelos relatos constata-se que a escola e a CRE/SEDUC não foram consultadas para a elaboração do projeto, percebe-se que a escola já havia sido previamente selecionada pela SEDUC, e foi comunicada da decisão de implementar o projeto e assinar um Termo de Adesão firmando o compromisso de desenvolver o projeto.

Em relação ao questionamento para saber como os professores aceitaram o desafio da implementação do projeto na escola. Para os técnicos da SEDUC essa situação foi relatada como desastrosa, conflituosa e apontada como geradora de resistências por parte dos professores, coordenadores e técnicos envolvidos na implementação, como se observa na fala da gerente de Educação Básica:

[...] ele passou por algumas resistências sim, principalmente na questão das estruturas, a escola para funcionar um projeto em tempo integral, e mudar principalmente a metodologia da escola, há certa despreparação da Secretaria de Estado da Educação, quanto a oferecer essa estrutura para as escolas. Então eu avalio esse processo de implantação, ele foi assim, um pouco dificultoso, houve certa resistência (G-Seduc).

Na única escola que continua desenvolvendo o projeto, a implementação também foi apontado como muito complicada, pois, quando perceberam que os investimentos necessários para o desenvolvimento do projeto não haviam se concretizado, reagiram, inclusive com elaboração de documento na época, por parte da equipe gestora e professores se recusando a aceitar, enquanto não tivessem todos os equipamentos e as condições necessárias para a sua execução. Foi relatado também, pela coordenadora pedagógica da CRE/SEDUC que o projeto foi implementado na escola com algumas modificações:

“[...] Então na verdade esse projeto só foi implementado em 2017 com adaptações. Por exemplo, as aulas que acontecem no contra turno foram modificadas, elas não acontecem todo dia, elas acontecem em três tardes. E porque isso acontece? Porque a escola até hoje não recebe alimentação pra esses alunos permanecerem na escola o dia todo. Eles almoçam em casa todos os dias e retornam três tarde, o período do vespertino foi estendido e distribuído em três tardes”. (C1-Seduc)

Em virtude das dificuldades encontradas a escola fez alterações, recriando a forma de execução do projeto adequando a sua realidade, confirmando a afirmação de Ball e Bowe apud Mainardes (2006, p. 53) de que “professores e demais profissionais exercem um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais”.

A coordenadora pedagógica aponta como fator que ajudou a convencer os professores na implementação foi à gratificação financeira: “*eles recebem uma verba indenizatória devido ao trabalho extra que realizam por atender um quantitativo maior de alunos, são 70 ou mais alunos, e isso requer uma atividade extra no sentido de elaboração, correção de provas, trabalhos e a questão de manter a disciplina em sala de aula*” (C1-Seduc).

Quanto à aceitação do projeto pelos professores, a coordenadora pedagógica da escola explica que no início deu uma pequena divergência pela questão estrutural, alguns professores afirmavam que o projeto não daria certo, mas em 2017, para ser colocado em prática, foi feita uma seleção dos professores: “[...] o bom na aceitação desses professores, foi porque eles, eles escolheram estar no projeto, porque foi perguntado, foi mostrado os critérios para estar no projeto e eles aceitaram, e abraçaram o projeto, então assim, eu tenho um grupo de professores que gostam de atuar nesse projeto Integrar”. Percebe-se que apesar do projeto ter sido uma “imposição” da SEDUC, os gestores fizeram reunião com a comunidade escolar, explicaram o funcionamento do projeto e deixaram os professores decidirem se gostariam de atuar ou não no projeto, vislumbra-se na prática dos gestores o processo de gestão democrática, o que não aconteceu com a SEDUC em relação a implementação do projeto.

A coordenadora do projeto na escola e os professores descreveram as dificuldades para iniciar o projeto sem os recursos materiais previstos no projeto:

[...] “nessa situação aí, que o projeto pecou com pouquinho, porque nós temos ainda recursos para chegar à escola, e a gente tá no já no terceiro ano do ensino médio com a proposta do projeto né, e ainda os recursos para o uso, a estrutura física foi feita logo no começo, mas os recursos ainda não chegaram na escola. E a formação continuada, também teve um... não foi, assim de todo ao contento, porque se esperava muito mais no estado de Rondônia, muito mais adesão do projeto, muito mais escolas participando que daria para fazer uma formação um pouco melhor; mas tivemos formações de oratória que colaborou muito. (C2-Escola).

[...] “foi um ponto negativo, essa questão dos equipamentos atrasados, demorarem a chegar por causa das licitações e toda burocracia que existe numa Secretaria de Educação. Então pra visões futuras, seria quando implementar já ter ou pelo menos 50% dos equipamentos já pré organizados pra poder ajudar nas escolas, e de preferencia que já exista um planejamento onde você tem as datas, quais são as formações (P1-Escola).

Em relação à falta de recursos, duas professoras ainda esclarecem que para iniciar o projeto a equipe gestora da escola fez aquisição por conta da escola de alguns equipamentos, enquanto aguardava a SEDUC enviar para a escola os recursos materiais e equipamentos que estavam previstos no projeto, como se pode observar nos relatos:

[...] “eu quero reforçar aqui que a equipe pedagógica e a equipe gestora elas viveram um desafio muito grande de conseguir esses equipamentos, porque eles não chegavam à escola. Os gestores por conta da escola conseguiram os equipamentos. Iniciar um projeto sem ter a infraestrutura adequada e sem ter a formação também, porque assim, eu tiro o chapéu pra nossos colegas, nós

somos um grupo unido eu falo com toda honra que nós vivemos uma tríade com todo o grupo, entre amor compromisso e dedicação porque no começo nós tivemos muitas dificuldades, muitas vezes nós pensamos em desistir, mas pensávamos nos nossos alunos que o projeto seria importante para eles (P2-escola)".

[...] "De maneira geral o projeto no início causou uma série de preocupações com relação aos equipamentos que não tinham chegado à Escola, mas nós abraçamos a causa e quando foi decidido realmente iniciar a equipe gestora e pedagógica da época não mediram esforços para equipar a sala até que esses equipamentos descritos no projeto chegassem à escola. Eu acredito que poderia ter sido melhor, se o material e as formações tivessem vindo em tempo hábil, talvez diminuísse o processo de adaptação com o projeto (P3-Escola)".

Como visto, a análise documental revelou entraves que dificultaram a implementação do projeto, e os entrevistados também confirmaram os problemas e dificuldades vivenciadas pela comunidade escolar. Em resumo, a situação comum relatada por todos refere-se ao atraso no repasse de recursos financeiros para que as escolas fizessem as adequações necessárias no espaço físico, ampliando as salas de aula para que comportassem de 70 a 90 alunos. Outro aspecto que é considerado foi à falta de formações e de equipamentos, sendo primordiais para que os professores pudessem ministrar aulas para essas turmas numerosas, como por exemplo, o mínimo que é uma caixa de som amplificada e microfone sem fio, além é claro, de todos os equipamentos informados que as escolas receberiam antes de iniciar o projeto.

Nos depoimentos dos professores sobre a falta de recursos, fica evidente o esforço que os gestores fizeram para implementar o projeto ao adquirir os equipamentos para suprir a falha da SEDUC, ao mesmo tempo este esforço é reconhecido pelos professores que em contrapartida assumem junto com a equipe gestora a responsabilidade de fazer o melhor para que o resultado seja exitoso, apesar das dificuldades que se apresentavam naquele momento. Nesse sentido, Schneckenberg assevera:

Propostas inovadoras, que gerem mudanças, só são implementadas mediante interseção das dimensões técnica, política e humana de seus atores, as quais passam ainda pelo convencimento da comunidade sobre a sua importância. É aí que se encontra o papel decisivo do gestor escolar quando, na vivência do dia-a-dia, realiza esforços no convencimento do pessoal escolar sobre a qualidade e importância da proposta (SCHNECKENBERG, 2000, p. 114).

Para compreender porque a equipe escolar abraçou o projeto em meio a tantas dificuldades e incertezas, vejamos o que os professores da escola falam sobre a importância do projeto para a comunidade escolar:

Eu acho de imenso valor, é um projeto impar, assim como vários outros projetos. Mas na nossa escola ele desenvolveu autonomia dos alunos, ele trouxe um novo ar para escola, os alunos se empenharam mais, é claro que nós temos ali os desafios, mas no geral as nossas falas, tudo que nos temos de reflexão a partir do que nós vivemos, são resultados bons. (P1-Escola).

Eu vejo assim com muito carinho que ele é um projeto que ele trouxe para os nossos alunos uma maior grade, maior carga horária, certo então, ele trouxe um aprendizado maior, os alunos eles têm maior tempo em sala de aula e eles estão ali com mais, uma maior expectativa, porque eles querem aprender e o projeto Integrar traz isso, o aluno passa mais tempo na escola, ele está mais focado nos conteúdos, na aprendizagem em geral. (P2-Escola)

O projeto faz diferença e dá um pouco de protagonismo ao aluno, o nosso aluno da rede regular e do projeto você sente essa diferença, a maturidade com que eles seguiram de um ano para o próximo, eles evoluíram muito naturalmente e também a questão da carga horária que é ampliada, é o ponto chave, amplia o horizonte para os estudos, para as disciplinas é o ponto chave que faz com que o projeto tenha o êxito que estamos colhendo hoje. (P3-Escola)

Oportunidade de uma carga horária dobrada possibilitando ao estudante a preparação para o mercado de trabalho e para a vida com uma dedicação melhor do grupo docente e a parte pedagógica da escola. (P4-Escola)

Percebe-se que os professores assumiram a execução do projeto, demonstram que entenderam a proposta e observam mudanças no comportamento dos alunos que participam do projeto. Essa percepção também é observada na fala da coordenadora do projeto na escola e da coordenadora pedagógica da CRE/SEDUC:

[...] ele tem toda importância, porque o projeto Integrar tem o objetivo de melhorar, melhorar os índices do Enem, no caso do desenvolvimento do aluno, melhor conhecimento pra desenvolver uma boa prova no ENEM. [...] o currículo é de forma dobrada praticamente, e então eles podem se aprofundar mais nos conhecimentos, e nas informações passadas a eles. (C2-Escola).

A turma que iniciou em 2017º 2º ano é a mesma que cursa em 2018 o 3º ano. Então se vê uma modificação de postura desses estudantes. Nestes dois anos. Eles aprenderam a estudar, pesquisar e buscam aproveitar as oportunidades de aprendizagem inclusive fora da escola. Percebemos que são estudantes diferenciados neste sentido porque demonstram foco na busca pela universidade. Tivemos recentemente um aula para o ENEM, eles participaram, então, a participação deles nesse ENEM se mostra uma participação mais madura com relação aos assuntos ali discutidos. Ele tem uma visão bem diferenciada, bom seria se todos os estudantes do EM tivessem oportunidade de ter um estudo integral, porque a gente percebe que faz a diferença na vida desses estudantes. (C1-Seduc)

Com base nas informações apresentadas pelos entrevistados, é possível perceber então que, o envolvimento da equipe escolar foi primordial para a implementação do projeto na escola, pois, “qualquer proposta inovadora referente à políticas educacionais somente terá êxito se o gestor e os membros internos da escola estiverem efetivamente envolvidos no processo, o que constitui condição para o convencimento da comunidade externa” (SCHNECKENBERG 2000, p. 114).

Verifica-se também que os gestores ao assumir a atribuição de implementar o projeto, mobilizaram a equipe de professores, motivaram, apoiaram e providenciaram os recursos materiais necessários ao funcionamento do projeto que a Seduc não havia ainda entregue as escolas, portanto mesmo com todas as dificuldades enfrentadas naquele momento a equipe escolar se uniu sob a liderança dos gestores para desenvolver o projeto com êxito. Nesse sentido Schneckenberg afirma que

O processo de tomada de decisão dentro da escola, referente à reforma, mudança e inovação em sua prática, não pode ser desvinculada da proposta de ação colegiada, democrática e integrada, pois somente com a participação dos envolvidos no processo de planejamento, poderá haver um verdadeiro compromisso de todos no seu desenvolvimento (SCHNECKENBERG, 2000, p. 118).

Com o objetivo de complementar as informações referentes à implementação do projeto foi questionado aos professores entrevistados se concordavam com a implementação do projeto na escola e todos afirmaram que sim, mas que eram necessários alguns ajustes, referentes a materiais e formações.

A questão burocrática refletida na morosidade dos trâmites processuais, detalhada no primeiro capítulo desta pesquisa, implicou no adiamento de formações, na aquisição de equipamentos e incertezas no recebimento da gratificação, o que levou cinco das seis escolas que iniciaram o projeto em 2016 a desistirem do projeto no ano de 2017, sendo que três das escolas aderiram à proposta do Ensino Médio em Tempo Integral do Governo Federal e duas reintegraram os alunos nas turmas de ensino médio regular, dessa forma somente uma escola deu continuidade ao projeto em 2017 e continua em 2018.

Os relatos dos entrevistados apontam que o atraso no repasse de recursos materiais e financeiros em tempo, ao início do projeto, não permitiu que a implementação do Projeto fosse bem sucedida. Ficou evidente a incoerência entre o discurso da SEDUC e o que realiza

na prática, após criar expectativa nas escolas, ficou inviabilizado a efetivação do projeto em função dos recursos financeiros.

Diante dessa situação os entrevistados então, foram convidados a emitir sua opinião sobre a descontinuidade de o Projeto Ensino Médio Integrar e o que poderia ser revisto para minimizar os desafios na implementação de projetos e evitar descontinuidade, e sugestões para aprimorar esse processo. As respostas foram sintetizadas conforme demonstradas no quadro 9:

Quadro 9 – Opinião dos sujeitos da pesquisa sobre a implementação de projetos

O que contribuiu para descontinuidade de projeto Integrar:	O que pode ser feito para minimizar os desafios da implementação de projetos	Sugestões para aprimorar o processo de implementação de projetos, programas e ações
Falta de planejamento	Integração entre os setores da Seduc na hora do planejamento: pedagógico, administrativo e financeiro para atender os prazos.	Conhecer os interesses dos envolvidos e prever as condições financeiras.
Falta de monitoramento, avaliação	Diminuir algumas ações e priorizar alguns projetos.	Verificar in loco se é o que a comunidade quer realmente.
Adesão ao novo projeto de Educação Integral do governo federal	Diagnóstico da necessidade, realizar as etapas do planejamento.	Tempo para implementação e estudo
Rotatividade de funcionários: chefes, Secretário de Educação	Planejar o projeto: financiamento, formação e apoio pedagógico.	Planejamento
Mudanças no governo	Planejamento envolvendo: SEDUC, CRE, escola e professor.	Formação inicial
Falta de estrutura	Cumprir planejamento	Cumprir planejamento
	Políticas de estado e não de governo	Verificar o que está sendo feito na escola.
		Continuidade das ações

Com base nas falas dos entrevistados, sujeitos que vivenciaram a implementação do projeto, percebe-se que a implementação do projeto teve muitas dificuldades, mas como adverte Condé (2012, p. 93), “existem situações que claramente podem ser previstas, como a falta de recursos por atraso, inadequação de informação do organismo gestor para controle do programa”. Nessa perspectiva pode-se inferir que os gestores com poder decisório da Secretaria de Educação poderiam ter avaliado e decidido pela viabilidade ou não do projeto,

antes da implementação. Os resultados das entrevistas comprovaram as hipóteses para esse caso de gestão.

2.2.3 Breves reflexões sobre o ensino médio a partir da percepção dos atores da pesquisa

Para situar o leitor na situação problema em que se encontra o ensino médio, o primeiro capítulo dessa dissertação, apresentou um breve histórico do Ensino Médio no Brasil, ressaltando mudanças e desafios que sempre permearam essa etapa de ensino, e ecoa na atualidade com a Reforma do ensino médio, proposta pelo Governo Federal, através da Medida Provisória nº 746 de 22 de setembro de 2016, transformada na Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017 e instituiu a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

O ensino médio, última etapa da Educação Básica, parece ter se tornado a etapa mais desafiadora para formulação e implementação de políticas públicas, em função de sua identidade, como observa Moehlecke:

O ensino médio vem passando por diversas transformações na sua forma de organização, estrutura, objetivos e currículo, algumas mais amplas, outras menos perceptíveis. Um aspecto que tem permeado o debate sobre esse nível de ensino, quase desde a sua origem no Brasil, é a sua própria identidade, questão que ganha hoje maior relevância (MOEHLECKE, 2012, p. 755).

A dualidade do ensino médio ressurgiu com força nos últimos tempos em virtude da Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, que institui a nova política educacional adotada pelo MEC, e criou um clima de insatisfação entre governo e sociedade, frente ao futuro incerto que se apresenta para o ensino médio por conta da crise econômica e política que passa o país.

Diante deste cenário do ensino médio, é importante ouvir como os professores, técnicos e alunos percebem a situação atual do ensino médio em Rondônia, em especial como compreendem a implementação de projetos e programas na prática, em suas escolas. Isso é importante como reflexão para que sirva de orientação para futura implementação de políticas públicas para essa etapa de ensino.

Na primeira parte da entrevista aos técnicos e professores, os questionamentos foram comuns a todos os entrevistados e tiveram por objetivo identificar o tempo de atuação na

educação, experiência profissional, de que forma assumiram o cargo atual e como avaliavam a situação do ensino médio em Rondônia.

Em relação ao tempo de trabalho na rede estadual de educação, as técnicas da SEDUC afirmaram possuir mais de 20 anos na rede, que já exerceram a função de professora, supervisora e uma delas também foi diretora de escola. As técnicas da CRE/ SEDUC e escola têm em média 15 anos de serviço prestado ao estado e atuaram na função de supervisora, coordenadora de pedagógica e uma delas foi vice-diretora de escola, todas as técnicas ingressaram no serviço via concurso e demonstraram considerável experiência na área educacional na rede pública de ensino. Os professores têm mais de cinco anos na função de professor e de trabalho na rede estadual de ensino, são concursados e sempre exerceram a função de professor, conforme demonstrado no quadro 10:

Quadro 10 – Perfil profissional dos entrevistados

Ocupação	Formação	Tempo de trabalho na rede estadual/RO e na função atual	Experiência profissional
Gerente de Educação Básica Seduc	Pedagogia Especialista Mestranda	21 anos e 02anos e meio na função de gerente Seduc.	Professora da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Supervisora escolar e Gerente Seduc
Técnico Seduc	Pedagogia Mestrado Doutoranda	21 anos e 06 anos na função de técnica Seduc.	Professora da Educação Infantil, Ensino Fundamental, EJA, Supervisora escolar e técnica Seduc.
Técnica Seduc	Pedagogia Especialista	33 anos e 20 anos na função de técnica Seduc.	Professora, Supervisora, Diretora e técnica Seduc.
Coordenadora Pedagógica na CRE/Seduc	Pedagogia Especialização MBA Mestranda	15 anos e 05 na função Coordenadora Pedagógica	Bibliotecária, Professora, supervisora Escolar, Coordenadora de Projetos e coordenadora Pedagógica.
Coordenadora do Projeto na Escola	Pedagogia Especialista	15 anos e 14 na função de coordenadora pedagógica	Supervisora escolar e vice-diretora.
Professor na Escola	LP Filosofia Especialista	05 anos na rede estadual como professor filosofia e artes	Professor na rede privada (03 anos) e na rede pública 05 anos.
Professor na Escola	Magistério LP Letras Especialista	20 anos na rede estadual como professora de português.	Professora Ensino Fundamental e Ensino Médio
Professor na Escola	LP Matemática	05 anos na rede estadual como professora de	Professora Ensino Fundamental e Ensino Médio.

		matemática.	
Professor na Escola	LP Física Mestrado	08 anos na rede estadual como professora de física.	Professora Ensino Médio e Ensino Superior.

Fonte: elaborado pela autora a partir das entrevistas semiestruturadas.

Quanto ao questionamento sobre a situação do ensino médio, as percepções são variadas, porém a maioria a descreveu como insatisfatória e precisando de mudanças, conforme fragmentos das falas dos entrevistados:

[...] Crítica, o ensino médio tem um alto índice de alunos que ficam retidos, os alunos, boa parte dos alunos que são aprovados não tem proficiência equivalente para considerando o resultado das avaliações externas, então assim, a gente está num estado bem crítico com relação ao ensino médio, muitos alunos precisando desenvolver essa questão das habilidades e competências e a proficiência (T1-Seduc).

[...] A gente sabe que o ensino médio de Rondônia, ele é um reflexo do ensino médio que também tá acontecendo no país inteiro. A evasão ainda é um pouco grande dos estudantes, nós temos também muitos alunos que saem na escola com o objetivo de trabalhar e ainda temos muitos desafios ainda a serem superados nesse ensino médio. Rondônia, hoje a gente pode dizer que ele teve realmente uma de certa decaída, mas devido a diversas políticas que foram implementados quando foi detectado, diagnosticado esse decréscimo, com certeza agora nós teremos uma pequena melhoria(G1-Seduc).

[...] Na minha ótica, na minha visão, o ensino médio, não só em Rondônia, mas como em todo país, ele anda um pouco, talvez esteja um pouco demais capenga. (T2-Seduc).

[...] Bem, apesar do índice da educação básica o Ideb, na sua última edição mostrar que RO está em condição até confortável em relação aos demais estados da região norte, isso não quer dizer que apresenta condições satisfatórias na formação do educando. Tal fato pode ser comprovado pelos altos índices de evasão que temos principalmente nos primeiros anos do ensino médio, e pelas baixas notas que nossos estudantes alcançam quando participam de exames nacional do ensino médio, ENEM. Eu vejo que nós precisamos de políticas públicas e continuidade na educação (C-1-Seduc).

[...] O ensino médio então, eu observo que ele não atende mais a realidade dos nossos alunos, tá precisando de uma mudança e algo que atraia mais um pouco a clientela jovem (C2-Escola).

As técnicas da SEDUC e Escola, em síntese, pontuaram o ensino médio como crítico, alunos aprovados sem proficiência, evasão elevada, baixa proficiência nas avaliações externas, não atende a realidade dos alunos e necessitando mudanças. Dessa forma a as respostas convergem para o que foi apresentado no primeiro capítulo dessa dissertação

quando foram apresentados os índices educacionais relativos à aprovação, reprovação e evasão do ensino médio do Brasil e de Rondônia, e segundo Krawczyk (2011, p. 754), *as deficiências atuais do ensino médio no Brasil, são resultantes de um atrasado processo de democratização da educação pública ainda inacabada.*

Os professores responderam como bom, mas necessitando de mudanças e investimentos, com exceção de uma que na sua visão o ensino médio está fragmentado, conforme se observa nas falas dos entrevistados:

[...] O ensino médio em Rondônia, eu acho muito bom, mas poderia ser bem melhor, pra nós que somos professores é um pouco cansativo de certa forma. [...] Mas acredito que a gente para ser, para alcançar algum objetivo, para ser destaque ou trazer algumas inovações a gente precisa investir pegando aqueles exemplos que deram certo, e eu acredito que o esporte é uma das presenças que ajudaria muito a gente a ter um diferencial, um esporte ali com presença, com investimento, com valorização e não só um evento que é feito esporadicamente ou algo parecido (P-1 Escola).

[...] Eu vejo em ascensão, nós podemos reparar que algumas medidas estão sendo adotadas diferentes em cada escola, como um método de buscar o melhor, ainda não está ainda não esta o melhor, mas buscando o melhor (P3-Escola).

[...] Bom, com necessidade de recursos e investimentos, onde o professor trabalha doando o máximo de acordo com os recursos oferecidos pela escola (P4-Escola).

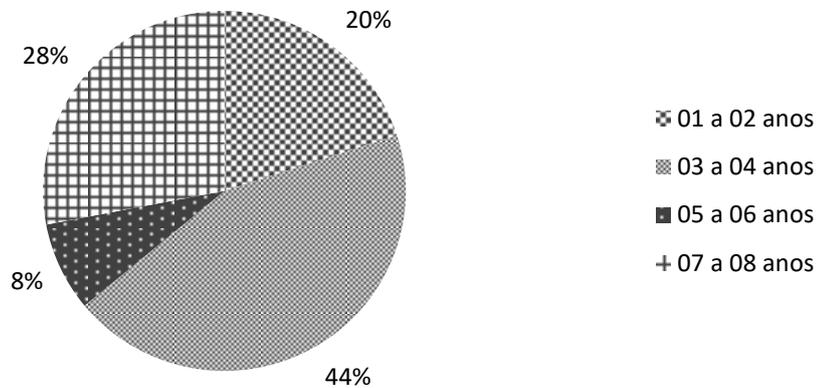
[...] Eu vejo como algo muito fragmentado, nós temos hoje é, precisamos de políticas que implementem isso de uma maneira unanime, o currículo, a essência dele que nós temos que trabalhar com os professores, ensinar o aluno não ser um robô que estuda só pra passar em provas de ENEM, vestibulares, mas aprender também pra vida e as polícias que acontecem elas são desvinculadas de muitas coisas, são fragmentadas e não atendem ainda as necessidades de nossos alunos (P2-Escola).

Analisando as resposta sobre como os entrevistados avaliam o ensino médio, observou-se que há diferenças na visão dos técnicos da sede/SEDUC e CRE/SEDUC, o primeiro grupo avalia como não sendo bom, mas precisando de mudanças, investimentos e continuidade para atingir o público alvo; já o segundo grupo pensa que está bom, mas precisando de novas estratégias, recursos e investimentos. É relevante uma reflexão para investigar as causas dessa diferença de posicionamento para a situação, que parece tão clara, face seu histórico e a atualíssima discussão, em torno da problemática do ensino médio com o advento da nova Reforma. Percebe-se a necessidade de ouvir os profissionais que atuam nas

escolas por meio de seminários e formações que contemplem técnicos e professores juntos e possibilitem discussões sobre temáticas ligadas ao ensino médio.

Quanto aos alunos, foi aplicado questionário solicitado que informassem o tempo de estudo na Escola, e assinalassem uma das alternativas entre excelente, bom, ruim, fraco ou não sabe informar, para avaliar a situação do ensino médio, conforme demonstrado no Gráfico 2:

**Gráfico 2 - Sobre tempo de estudo na
EEEFM Cora Coralina**

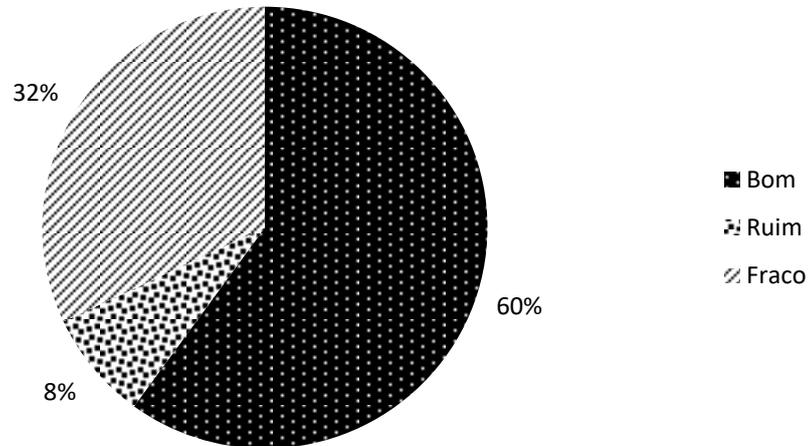


Fonte: elaborado pela autora a partir do questionário aplicado aos alunos.

Foram aplicados questionários para 25 alunos do 3º ano do ensino médio que estudam no Projeto Ensino Médio Integrar, na EEEFM Cora Coralina no município de Cacoal, desse total, 44% estudam na escola entre três e quatro anos, 28% estudam entre sete e oito anos na escola, 20% estudam entre um e dois anos e 8% estudam entre cinco e seis anos. Observa-se que 80% dos alunos estudam na escola desde o ensino fundamental, portanto são alunos que tem uma um vínculo com a escola, professores e funcionários.

Sobre como os alunos avaliam o ensino médio, responderam conforme demonstrado no Gráfico 3:

Gráfico 3 - Sobre o ensino médio



Fonte: elaborado pela autora a partir do questionário aplicado aos alunos.

Do total de vinte e cinco alunos, 60% afirmaram ser bom, 32% respondeu que é fraco, e 8% avaliaram como ruim. As respostas revelam que 40% dos alunos entendem que o ensino é fraco ou ruim, portanto não respondem as suas expectativas, e indica que o ensino médio precisa ser ajustado as necessidades e interesses dos alunos. Segundo Krawczyk:

[...] “Para além dos desafios da universalização do acesso e da igualdade de oportunidades educacionais, também permanecem desafios referentes aos conteúdos a serem ensinados, à formação e remuneração dos professores, às condições de infraestrutura e gestão escolar, aos investimentos públicos realizados, entre outros” (KRAWCZYK, 2011, p. 756).

A autora alerta que, “a juventude está hoje diante de um futuro cheio de incertezas e mudanças constantes”, e afirma ainda que, “para pensar o ensino médio é necessário ousar. Não há que ser econômico em ideias, nem em ações, mudanças, formação e orçamento”. Dessa forma, como abordado no primeiro capítulo dessa dissertação, faz-se necessário rever as políticas públicas definidas para este nível de ensino e intensificar investimentos na expansão do ensino médio com qualidade.

2.3 DESCONTINUIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICA: UMA REALIDADE

O tema desta seção tem origem nas inquietações e experiências vivenciadas pela autora desta pesquisa em virtude de ter dedicada toda sua história profissional a educação pública, primeiro como professora, supervisora e diretora de escola e nos últimos anos desenvolvendo suas atividades laborais como técnica nas secretarias de educação do estado e do município de Porto Velho/RO, além de ter passado pela experiência de coordenar o setor pedagógico da Coordenadoria de Educação para o Transito do Detran/RO durante quatro anos. Nesse período de vida pública, sempre me incomodou, o fato de parece que na educação estamos sempre começando do zero, seja na escola ou na Secretaria estamos em volta de um eterno recomeço.

Diante disso, essa seção tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre a descontinuidade da política pública, procurando colaborar para o entendimento deste fenômeno tão presente na administração pública e em particular no desenvolvimento de programas, projetos e ações educacionais, como visto no caso de gestão desta pesquisa.

Segundo Nogueira, a descontinuidade das políticas se apresenta:

[...] na interrupção de iniciativas, projetos, programas e obras, mudanças radicais de prioridades e engavetamento de planos futuros, sempre em função de um viés político, desprezando-se considerações sobre possíveis qualidades ou méritos que tenha as ações descontinuadas. Como consequência, têm-se o desperdício de recursos públicos, a perda de memória e saber institucional, o desânimo das equipes envolvidas e um aumento da tensão e da animosidade entre técnicos estáveis e gestores que vem e vão ao sabor das eleições (NOGUEIRA, 2006, p. 13).

No Brasil, a continuidade e a descontinuidade administrativa faz parte das políticas públicas e das atividades públicas, o que pode ser observado a partir dos mecanismos de troca dos cargos de confiança, está ligado, portanto, ao clientelismo político e ao personalismo presentes no setor público brasileiro (ESTEVAM, 2010).

Para Estevam (2010), é comum a cada período eleitoral e/ou transição de gestores esta discussão sobre continuidade ou descontinuidade administrativa e das políticas vir à tona. O autor esclarece que esse debate ganha evidência próxima aos pleitos eleitorais e entra na agenda e discursos dos candidatos, nas conversas da população e por meio das mídias de comunicação.

No processo de transição de uma gestão, considera-se que tudo vai mudar, interrompe-se o que está em execução, independente de sua eficácia, isto é, parte-se da ideia de que o novo é novo e o antigo é passado; para o novo prevalecer é necessário esquecer o passado. Então, a essência da descontinuidade é o eterno recomeçar. (ESTEVAM, 2010).

Zarpelon (2011), afirma que o caso da falta de continuidade das políticas públicas no Brasil não é novidade, sendo encarada por vezes como um fato normal pela sociedade, independentemente da ocorrência de desperdícios de recursos públicos. Portanto as mudanças ocorridas nas políticas e práticas públicas em decorrência do processo de eleição ou de mudanças no Legislativo e Executivo, já seriam esperadas pela sociedade, pois ao depositar seu voto nas urnas a população acreditou em mudanças e na expectativa de melhorias advindas dessa escolha.

Desta forma, a descontinuidade das políticas públicas é um desafio para todos os envolvidos no processo educacional e caracteriza-se pela fragmentação ou interrupção de ações, projetos ou programas ocasionados pelos processos políticos a cada 04 anos no município, no estado e em nível federal, conforme a alternância de poder. Isso acontece porque a maioria das políticas públicas desenvolvidas através de projetos, programas e ações estão ligadas aos projetos de governo estabelecidos pelos que estão no poder e querem deixar sua marca registrada sem preocupação com o que já existia, antes de suas novas ideias serem postas em prática.

No que se refere à descontinuidade das políticas públicas, traz a presente realidade e a perceptibilidade das ações desenvolvidas pela SEDUC, o qual foi solicitado aos entrevistados que dessem sua opinião sobre o que precisa ser revisto para minimizar os desafios na implementação de políticas públicas e evitar descontinuidades, como o Projeto Ensino Médio Integrar. As respostas convergem e apontaram como essencial o planejamento, conforme relato das técnicas e gerente da SEDUC:

[...] “os projetos, as ações que são implementadas pela Secretaria de Estado da Educação, é em primeiro lugar elas tem que partir realmente de um diagnóstico, de uma necessidade e de um planejamento estratégico muito sólido, principalmente no que tange a questão financeira, se não houver um planejamento, transformar essas políticas, em políticas Estaduais de Educação Integral, haverá sempre uma descontinuidade das ações”. (G-Seduc)

[...] “priorizar algumas coisas, não adianta você ter projetos, projetos, programas e planos lindos e maravilhosos, buscar lá da China, da Islândia, da Irlanda, não sei da onde e a gente vê que não é a nossa realidade. Então

que a gente priorize alguns projetos, que a gente pense que a gente conclua que tem qualidade e que tem a nossa cara. Que seja de acordo com o que nós somos. Como é que nós somos? Então que a gente priorize alguns projetos e alguns programas e ações também pedagógicas e tal e implemente e isso com prioridade mesmo, isso é prioritário, então vamos fazer”. (T2-Seduc)

[...] “a questão do planejamento, de pensar em políticas públicas, não políticas de governo, mas pensar em políticas públicas de estado que se efetive, a gente começa com um trabalho, aí esse trabalho para, aí entra um outro programa. Então, para que essas coisas funcionem, precisa pensar nesta questão do planejamento, fazer levantamentos, estudos”. (T1-Seduc)

As respostas da coordenadora pedagógica da CRE e da coordenadora do projeto na escola seguem na mesma direção, apontando sobre o planejamento como fator primordial para o desenvolvimento das ações:

[...] “Então, a gente vê a questão do planejamento, precisa de planejamento”. (C2-Escola)

[...] “Então para que não haja descontinuidade o primeiro passo é planejar esse projeto em todas as suas dimensões e necessidades e cumprir com o planejado, não basta iniciar pedagogicamente é preciso dar um suporte pra que ele possa ter continuidade. [...] os implementadores das políticas públicas eles devem considerar que todos os envolvidos, e principalmente no contexto da prática, eles tem interesse pessoais e modificarão a política segundo esses interesses. Então no processo de formulação é indispensável conhecer esses interesses e contempla los no projeto. Necessitando ainda, prever e ter condições financeiras de suprir todas as necessidades para a Implementação desse projeto. Caso contrário já será dado o primeiro o para a sua descontinuidade”. (C1-Seduc)

Percebe-se que, com base nas falas de todos os entrevistados, que o planejamento da SEDUC está falho, os técnicos que atuam na secretaria apontaram claramente a necessidade de um planejamento que envolva o diagnóstico para definir o que é prioridade e a partir daí elaborar o pensar em estratégias que atendam as necessidades e especificidades do ensino médio. SCHNECKENBERG (2000, p. 118) considera que a opção por determinadas decisões se originam de um processo mais amplo de planejamento que contemple desde o diagnóstico da situação real, até a execução e avaliação desta, com destaque para o processo de participação na discussão e implantação das mudanças.

Os desafios atuais na implementação de projetos, programas e ou ações devem ser levados em consideração, sendo primordial que a comunidade escolar seja convidada a dialogar sobre as decisões e ações governamentais, para amenizar os impactos da implementação. Contudo, para evitar que projetos, programas e ações governamentais que

estão dando certo sejam descontinuados ou interrompidos, é necessário que sejam criadas políticas de estado, por meio de lei, onde esses projetos ou programas que deram certo tenham segurança de continuar e possibilitem seu aprimoramento, complemento, correção e aperfeiçoamento, respeitando assim, os envolvidos neste projeto ou programa.

Vale ressaltar que a descontinuidade administrativa, como já citada anteriormente, leva ao desperdício de recursos públicos, perda da memória institucional, descrédito e desmotivação dos envolvidos nos projetos, programas e ou ações. Fica, então, uma reflexão sobre a produção das políticas públicas para a equipe de profissionais da Subgerencia de Ensino Médio da SEDUC desafiada a dialogar com os responsáveis (escola e CRE) pela futura implementação de projetos, programas e ações educacionais, na perspectiva de que os problemas de implementação sejam sanados e a descontinuidade não seja uma constante na administração pública e os projetos ou programas planejados atendam as demandas e os fins previstos.

Os relatos e as reflexões apresentados neste capítulo revelam a necessidade de a SEDUC rever o planejamento e ações voltados para o ensino médio envolvendo o público alvo, estruturar de forma mais organizada e com antecedência a futura implementação de políticas, projetos e programas educacionais. E no caso do Projeto Ensino Médio Integrar é preciso fazer urgente uma avaliação de sua implementação e funcionamento junto com a escola e CRE, ponderando os aspectos positivos e negativos para que seja tomada uma decisão em relação a sua continuidade ou não.

No próximo capítulo desta dissertação são descritas as propostas de intervenção para minimizar os problemas detectados na pesquisa e evitar que outros projetos, programas e ações implementados pela SEDUC incidam no mesmo problema.

3. PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL: UMA PROPOSTA DE APRIMORAMENTO NA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS, PROGRAMAS E AÇÕES EDUCACIONAIS PARA O ENSINO MÉDIO NA SEDUC/RO.

O Projeto Ensino Médio Integrar foi pensado e implementado pela Secretaria de Estado da Educação de Rondônia como projeto piloto, em 06 instituições de ensino que ofertam o ensino médio regular diurno, como meio de garantir ao estudante a permanência com sucesso em sua trajetória escolar. Mas, problemas na implementação modificaram a proposta inicial, e atualmente, somente uma escola no município de Cacoal desenvolve o projeto.

Portanto, esta pesquisa teve como objetivo analisar o processo de criação e implementação do Projeto Ensino Médio Integrar, bem como compreender os problemas e entraves que dificultaram e modificaram seu planejamento inicial e resultaram na descontinuidade da oferta do Projeto. Para isso, foi realizada pesquisa qualitativa com realização de entrevistas com os responsáveis pela elaboração e implementação do projeto e análise documental para coleta de dados que possibilitou identificar as fragilidades e dificuldades na implementação do projeto.

No primeiro capítulo foi apresentado o caso de gestão, e para contextualizar foi feito um breve histórico do ensino médio no Brasil, breve histórico do ensino médio em Rondônia e relato da implementação do projeto nas escolas selecionadas com destaque para a implementação na Escola Cora Coralina em Cacoal, única das seis selecionadas que ainda desenvolve o projeto. Foram apresentados também, os indicadores educacionais do ensino médio no período de 2011 a 2015, incluindo os dados do fluxo escolar, referentes ao estado de Rondônia.

No segundo capítulo foi apresentado os fundamentos teóricos e a análise das entrevistas realizadas com duas técnicas envolvidas na elaboração e implementação do projeto e a gerente de Educação Básica/Seduc (Apêndice B e C), coordenadora pedagógica da Coordenadoria Regional de Ensino/SEDUC, coordenadora do projeto na escola, 04 professores (Apêndices D, E e F) e aplicados questionários (Apêndice G) a 25 alunos da escola EEEFM Cora Coralina no município de Cacoal.

A partir dos dados obtidos na pesquisa de campo, realizada por meio de análise documental e entrevistas semiestruturada, ficou constatado que o processo de implementação do Projeto Ensino Médio Integrar apresentou diversos problemas, tanto no âmbito da Seduc,

como âmbito das escolas no que tange a adequação do espaço físico, equipamentos, formações, elaboração do documento norteador, alimentação e definição de gratificação.

Neste terceiro capítulo, será apresentado o Plano de Ação Educacional (PAE), que tem por objetivo propor ações que possam contribuir para amenizar os impactos na futura implementação de projetos, programas ou ações por parte da SEDUC, o que se justifica por ela ser responsável pelo processo de implementação de políticas públicas em nível macro.

Através das análises pode-se concluir que o processo de implementação do Projeto Ensino Médio Integrar resultante de uma política *top down*, onde os implementadores não participaram da sua formulação, apresentou diversos entraves e fragilidades. Essa situação gerou resistência e rejeição dos profissionais responsáveis pela implementação no campo da prática, pois a SEDUC não cumpriu prazos e compromissos estabelecidos para o início do projeto.

Apesar do cenário crítico em que se encontra o projeto atualmente, os professores gostam, acreditam na proposta e sugerem alguns ajustes, conforme relatos dos entrevistados vistos no capítulo anterior.

Por meio desta pesquisa, foi possível compreender as circunstâncias que deram origem ao projeto, como foi executado, os entraves e dificuldades, bem como os fatores que levaram a sua descontinuidade durante o processo de implementação, que resultaram na situação atual, possibilitando assim, uma reflexão mais aprofundada sobre o contexto e as intervenções que são possíveis de realizar.

Os resultados obtidos e analisados durante a realização desta pesquisa possibilitou identificar diversos achados que serão sintetizados e apresentados no quadro 11. Alguns desses itens elencados referentes à estrutura já foram solucionados durante o percurso do projeto em estudo, porém, é importante a sugestão de intervenção para futuras implementações:

Quadro 11 – Achados da pesquisa

Principais resultados	Sugestões de intervenção
<ol style="list-style-type: none"> 1. Atraso na liberação de recursos para adequação do espaço físico, morosidade no trâmite dos processos referentes à aquisição de equipamentos e formações, atraso na elaboração de Lei e Portaria orientadoras do projeto. 2. Implementadores não participaram da elaboração do projeto. 3. Quantitativo de alunos participantes muito aquém do previsto. 4. Resistências dos gestores e professores durante o processo de implementação do projeto. 5. Ensino médio não atende as expectativas dos alunos. 6. Preocupação com as avaliações externas. 7. Muitos projetos, programas e ações, definir prioridade. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Avaliação do Projeto Ensino Médio Integrar – essa ação tem como intuito analisar os resultados e impactos do projeto, verificando se os objetivos foram alcançados ou não e orientar tomada de decisão em relação a continuidade ou não do projeto. 2. Instituir Comissão para estudar, avaliar e reelaborar o plano de ação da Subgerência de Ensino Médio. 3. Documento orientador sobre a disponibilidade dos recursos e necessidades antes da implementação de projetos.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do resultado das entrevistas e questionários.

Vale destacar que, apesar da morosidade no trâmite dos processos, que resultou no adiamento das formações planejadas e na aquisição de equipamentos, materiais de apoio à execução do projeto, alterando, assim, todo o planejamento inicial, os equipamentos foram adquiridos e entregues no primeiro semestre de 2018, foram realizadas duas formações em Oratória, sendo uma em 2017 e outra em junho de 2018; a Lei e Portaria de normatização foram instituídas em 2017 e as gratificações aos envolvidos no projeto foram pagas em 2018.

Porém, essas falhas da SEDUC foram marcantes durante o processo de implementação e apontadas pelos entrevistados como falta de planejamento, e que sempre se repete nas implementações de projetos, programas e ações de modo geral, já relatados no segundo capítulo.

Com base nestes achados, este capítulo se estrutura em três propostas de ações, a serem desenvolvidas pela SEDUC, e serão organizadas em três seções, visando avaliar a implementação do projeto objeto deste estudo de caso, rever o planejamento da Subgerência de Ensino Médio e elaborar documento orientador para futura implementação de projetos, programa e ações educacionais.

Para elaboração das ações do PAE, foi utilizada a ferramenta 5W2H, uma estratégia gerencial muito utilizada para identificação de problemas e apontamento de soluções, segundo

Lisboa e Godoy, 2012. O método consiste responder a seis perguntas, conforme exemplificado no quadro 12:

Quadro 12 – Ferramenta 5W2H

What?	O quê?	Que ação será executada
Who?	Quem?	Quem irá executar/participar da ação?
Where?	Onde?	Onde será executada a ação?
When?	Quando?	Quando a ação será executada?
Why?	Por quê?	Por que a ação será executada?
How?	Como?	Como será executada a ação?
How much?	Quanto custa?	Quanto custa para executar a ação?

Fonte: Lisboa e Godoy (2012).

O PAE é resultado das percepções, evidenciadas no estudo de campo referente à implementação do Projeto Ensino Médio Integrar. Nas próximas seções apresentamos o detalhamento das ações com base na metodologia 5W2H.

3.1 AVALIAÇÃO DO PROJETO ENSINO MÉDIO INTEGRAR

A pesquisa de campo apontou diversas falhas e fragilidades no processo de implementação do referido projeto: atraso na liberação de recursos para a adequação do espaço físico, demora no trâmite de processos para aquisição de equipamentos a ser repassado para as escolas para equipar as salas de aula, conforme previsto no projeto e relatado pelos entrevistados, demora na aprovação da Lei nº 3.839 que instituiu o Projeto Ensino Médio Integrar e garantia a gratificação, formações previstas não aconteceram antes do início do projeto, ausência de repasse do recurso para alimentação, os envolvidos no projeto não participaram de sua formulação, ou seja, a SEDUC não cumpriu os prazos estabelecidos para implementação do projeto o que gerou insatisfação e contribuiu para alteração da proposta inicial reduzindo o funcionamento do projeto a uma única escola.

Segundo Conde (2012), “a avaliação se constitui numa etapa essencial para o sucesso das políticas, é na avaliação que os resultados esperados e impactos desejados são verificados” (p.96). O autor ainda esclarece que, na avaliação a linha entre formulação e

implementação se completa, “embola”, ou se rompe e também onde se verifica a relação entre essas duas fases que produz dois resultados: ou confirma o andamento do desenho original, verificando sua “força”, ou induz mudanças tanto no desenho quanto na implantação.

Dessa forma, consideramos necessária uma proposta de intervenção que inclua avaliação do projeto, analisando os resultados e impactos, bem como se os objetivos e metas foram alcançados ou não, visando tomada de decisão referente à continuidade ou não do projeto.

O Quadro 13 apresenta a proposta do plano de ação para a avaliação do Projeto Ensino Médio Integrar.

Quadro 13 – Proposta de Avaliação do Projeto Ensino Médio Integrar

O quê?	Realizar avaliação do Projeto Ensino Médio Integrar.
Por quê?	Para analisar os resultados e impactos, verificando se os objetivos foram alcançados ou não e orientar tomada de decisão em relação à continuidade ou não do projeto; e também para orientar as futuras implementações de projetos.
Onde?	Na localidade onde o Projeto foi implementado e na Seduc.
Quando?	Janeiro e fevereiro de 2019
Quem?	Técnicos da equipe da Subgerencia de Ensino Médio da Seduc, técnicos da CRE e equipe da escola envolvida com o projeto.
Como?	Análise do impacto físico e financeiro do projeto. Reunião com a Coordenadoria Regional de Educação de Cacoal e comunidade escolar (gestores, professores, pais e alunos) com objetivo de ouvi-los e prestar esclarecimentos sobre a situação atual do projeto. Elaborar relatório final sobre a implementação e desenvolvimento do projeto. Reunião com a equipe da Subgerencia de Ensino Médio, Gerência de Educação Básica, Diretoria Geral de Educação e Assessoria Técnica para discussão da viabilidade do projeto e tomada de decisão referente à sua continuidade ou não.
Quanto?	Diárias para os profissionais da Seduc de Porto Velho que se deslocarão para o município de Cacoal no valor de R\$ 250,00 cada; veículo oficial da Seduc com motorista para o transporte da equipe, durante o período de 03 dias. Estimativa de gasto com 02 técnicos da SEM e 01 motorista: 03 (profissionais) X 250,00 (diária) = 750,00 reais por dia 750,00 (diária) X 03 (dias) = 2.250,00 reais Recursos oriundos do orçamento da Subgerência de Ensino Médio/Seduc.

Fonte: elaboração própria, 2018.

Esta ação foi pensada em duas etapas, a primeira consiste no levantamento de dados referente aos investimentos realizados com a adequação física, equipamentos, formações, gratificações e impactos na comunidade escolar; na segunda etapa será feita a análise dos dados obtidos para tomada de decisão.

Para análise do impacto financeiro as informações serão obtidas pelos técnicos da Subgerencia de Ensino Médio, junto à equipe de recursos humanos da SEDUC e equipe administrativa, os dados referentes aos impactos físicos e a reunião para levantamento de dados junto à comunidade escolar serão realizados pela equipe da CRE de Cacoal que encaminhará relatório para a SEDUC.

Depois de cumpridas as duas etapas foi agendada reunião com as equipe da Subgerencia de Ensino Médio, Gerência de Educação Básica, Diretoria Geral de Educação e Assessoria Técnica para análise do alcance ou não das metas, eficiência, eficácia e efetividade do projeto, bem como tomada de decisão referente à sua continuidade ou não.

Na próxima seção, segue o detalhamento da segunda proposta de intervenção, referente à estruturação de uma Comissão para estudar, avaliar e reelaborar o plano de ação para o ensino médio.

3.2 INSTITUIR COMISSÃO PARA ESTUDAR, AVALIAR E REELABORAR O PLANO DE AÇÃO PARA A SUBGERENCIA DE ENSINO MÉDIO

Os dados apresentados no primeiro capítulo desta dissertação, relativos ao acesso, permanência, evasão, reprovação e aprovação do ensino médio em Rondônia, no período de 2011 a 2015, são preocupantes, demonstram que o número de alunos matriculados diminuiu, pois em 2011 havia 58.452, e em 2015 foi de 56.822, e os índices de reprovação e evasão escolar estão na faixa de 25%. Os índices de abandono acima de 5% e a distorção idade-ano na média de 30% apontam a necessidade urgente de um planejamento para conter o avanço da evasão escolar e correção de fluxo, visando superação dos problemas detectados e os alunos tenham sucesso na sua trajetória escolar.

Os resultados da pesquisa obtidos por meio das entrevistas e questionários revelaram ainda que, os entrevistados reclamam da forma como são implementados os projetos, programas e ações, pois não são consultados ou chamados a participar da elaboração dessas políticas e apontam faltam de planejamento da SEDUC ao implementar tais políticas em forma de projetos, programas ou ações. Nos questionamentos relativos ao ensino médio, os entrevistados indicam que não estão satisfeitos com a proposta e que são necessárias mudanças.

É preciso então, investigar o processo de aprendizagem e desempenho escolar dos alunos, buscando entender se o que é ensinado no ensino médio é direcionado para a

formação do estudante e/ou voltado para as avaliações externas. Nesse sentido, vale observar, a necessidade de ampliar e aprofundar os estudos com foco no ensino médio e nas suas especificidades, analisar e avaliar os impactos das políticas educacionais originadas da Seduc identificando as ressignificações feitas no âmbito das escolas, apresentando ainda, discussões oportunizando a participação das escolas, CRE e Seduc que possibilitem compor o processo de identidade do ensino médio em Rondônia, a elaboração de estratégias para fortalecer o ensino médio e modificar a situação atual.

Desse modo, a partir da análise dos resultados apresentamos uma proposta de intervenção que contempla a criação de uma Comissão, com objetivo de rever o planejamento da Subgerência de Ensino Médio e apresente propostas que assegurem aos jovens, a entrada, permanência, bom desempenho acadêmico e concluam o ensino médio na idade correta. O trabalho da Comissão deve estar voltado para atender as expectativas dos alunos e envolver as CREs e escolas. No Quadro 14 foi apresentado os detalhes desta proposta:

Quadro 14 – Proposta para Instituir Comissão para estudar, avaliar e reelaborar o plano estratégico definindo os sentidos para o ensino médio

O quê?	Instituir Comissão para estudar, avaliar e reelaborar o plano de ação da Subgerência de Ensino Médio.
Por quê?	Delimitar e priorizar as ações, melhorar os índices educacionais do ensino médio e foi relatado nas entrevistas que a proposta atual para o ensino médio não atende as expectativas dos alunos, sendo necessário reformular na perspectiva de torna-la mais atrativa e conectada com a realidade dos jovens.
Onde?	Seduc/RO
Quando?	De fevereiro a julho de 2019.
Quem?	Equipe composta por técnicos da Subgerência de Ensino Médio, da Gerência de Educação Básica, da Gerência de Avaliação e Estatística, da Assessoria Técnica e das CREs.
Como?	Secretário(a) de Educação da Seduc institui Portaria publicada no Diário Oficial criando a Comissão. Criada a Comissão a equipe deve definir as estratégias e elaborar o cronograma de reuniões e sessões de estudo para fazer: <ul style="list-style-type: none"> ✓ O diagnóstico da situação atual do ensino médio. ✓ Pesquisa junto a comunidade escolar (professores, alunos, gestores). ✓ Análise do Plano de Ação atual da Subgerência de Ensino Médio. ✓ Elaborar o novo plano de ação que fortaleça o desenvolvimento de proposta curriculares inovadoras, buscando garantir a formação integral com a inclusão de atividades que tornem o currículo mais dinâmico e atenda as expectativas dos estudantes do ensino médio e as demandas da sociedade atual.
Quanto?	Não haverá custos porque o trabalho será feita pelos profissionais da Seduc.

Fonte: elaboração própria, 2018.

Com o objetivo de operar mudanças em conformidade com suas necessidades, o planejamento é a ferramenta mais importante para alcançar os objetivos propostos por cada organização ou instituição, seja ela pública ou privada. O planejamento, portanto, se constitui em um recurso poderoso que leva ao crescimento e sucesso, podendo ser utilizado por todas as áreas de uma instituição (BRITO et. al., 2011). Em síntese, penso que o planejamento é um conjunto de medidas planejadas com o objetivo de aprimorar o serviço ou proposta educacional a ser ofertada pela Subgerencia de Ensino Médio da SEDUC.

O Planejamento deve ser um processo participativo, que envolva a participação de todos os membros da equipe incluindo, o responsável pela equipe, no caso da SEDUC, contando com o engajamento e a participação dos Gerentes e Subgerentes, pois a participação de todos os membros da equipe é um dos fatores de sucesso do planejamento.

Quando todos os membros da equipe participam das discussões e elaboração do planejamento percebe-se mais interação na equipe e o acompanhamento das ações será responsabilidade de todos e não apenas de quem foi designado para coordenar o projeto, programa ou ação, conforme assevera Schneckenberg (2000, p. 118), “A participação de todos ou de sua representação na elaboração da proposta compromete o envolvimento destes no desenvolvimento e avaliação do programa”.

Para a proposta de instituir Comissão para estudar, avaliar e reelaborar o plano de ação para o ensino médio foi estruturada as seguintes etapas:

1ª etapa (fevereiro): Definir membros para compor a Comissão para estudar, avaliar e reelaborar o plano de ação para o ensino médio, elaborar Portaria da Comissão definindo as atribuições e providenciar publicação no Diário Oficial do Estado. A Comissão deve ser composta por técnicos da Subgerência de Ensino Médio, Gerência de Educação Básica, Gerência de Avaliação e Estatística, Subgerência de Educação Integral Assessoria Técnica e das CREs. Definida a equipe da Comissão é necessário definir as estratégias e elaborar o cronograma de reuniões e sessões de estudo.

2ª etapa (março): Realizar sessões de estudo dos documentos normativos e norteadores do ensino médio: normas, decretos, portarias.

3ª etapa (abril): Realizar o diagnóstico da situação atual do ensino médio referente à estrutura física, recursos humanos, currículo, programas, projetos, índices, dados relativos ao acesso, permanência, evasão, reprovação e aprovação.

4ª etapa (maio, junho): Discussão e análise do Plano de Ação atual da Subgerência de Ensino Médio.

5ª etapa (julho/agosto): Discussão e elaboração do novo plano de ação para a Subgerência de Ensino Médio, a partir dos dados obtidos no diagnóstico atendendo as expectativas dos estudantes e as demandas da sociedade atual.

6ª etapa (setembro): Apresentar a proposta do novo plano de ação para os demais servidores das CREs que posteriormente repassaram as informações aos gestores escolares. Conforme as discussões e reflexões da equipe a proposta poderá sofrer alterações com o objetivo de atender as demandas do público alvo.

Na seção seguinte, foi apresentada uma proposta de ação que contemple a elaboração de documento orientador sobre a disponibilidade dos recursos e necessidades antes da implementação de políticas públicas que poderá colaborar para reduzir as problemáticas identificadas a partir dos dados coletados na pesquisa de campo.

3.3 DOCUMENTO ORIENTADOR SOBRE A DISPONIBILIDADE DE RECURSOS ANTES DA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Esta proposta de ação, surgiu a partir do que foi apontado nesta pesquisa como negativo e fragilidades da SEDUC ao implementar projetos e programas sem oferecer as condições e equipamentos necessários antes do início das atividades, situação indicada como recorrente e geradora de conflitos, dificuldades e insatisfações. Nesta perspectiva o objetivo da ação 3, é propor a elaboração de um documento com normas e orientações, de natureza administrativa, visando sanar essa problemática. O Quadro 15 apresenta os detalhes de como esta ação poderá ser concretizada:

Quadro 15 – Proposta de elaboração de documento orientador sobre a disponibilidade de recursos antes da implementação de políticas públicas

O quê?	Elaborar documento orientador sobre a disponibilidade de recursos e necessidades antes da implementação de políticas públicas.
Por quê?	Estabelecer regras e instruções para implementação de políticas públicas evitando e minimizando problemas e dificuldades na implementação de projetos e programas.
Onde?	SEDUC
Quando?	Fevereiro a abril
Quem?	Assessoria Técnica e Assessoria Jurídica da Seduc
Como?	Solicitar a assessoria Técnica e Assessoria Jurídica a elaboração de um documento orientador (Portaria) para
Quanto?	Não há custos porque o documento será elaborado pelos profissionais da Seduc.

Fonte: elaboração própria.

Conforme os resultados da pesquisa, a falta de planejamento ou o não cumprimento das etapas planejadas, referente aos recursos materiais comprometeram o desenvolvimento e a continuidade do Projeto Ensino Médio Integrar. Diante desta situação, torna-se primordial a elaboração de um documento orientador, que neste caso sugerimos uma Portaria, a ser expedida pelo Secretário (a) de Estado da Educação, para garantir que as etapas do processo de implementação de uma política pública sejam respeitadas e cumpridos os prazos estabelecidos no planejamento.

A Portaria é um ato normativo interno, por meio do qual o titular do órgão determina providências de caráter administrativo, visando estabelecer normas referentes à organização, à ordem disciplinar e ao funcionamento de serviço ou procedimentos para órgãos e entidades da Administração Pública.

Para a execução desta ação, será necessário que seja feita uma solicitação a Assessoria Técnica da Seduc, devidamente justificada, para elaboração de uma Portaria, que normatize e oriente a implementação de políticas públicas. Depois de elaborada a Portaria, deve ser encaminhada para publicação no Diário Oficial do Estado e encaminhada as Gerências e Subgerência, para que todos os servidores que tenham ciência. Essa proposta de ação busca minimizar as rejeições e contribuir para o sucesso na implementação de projetos e programas na Secretaria de Estado da Educação de Rondônia.

Para que as propostas de intervenção do PAE sejam concretizadas, faz-se necessário que os envolvidos no processo compreendam a importância do planejamento, execução e avaliação como etapas fundamentais para o sucesso na implementação de políticas públicas. Na próxima seção, apresentamos as considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação investigou o processo de criação e implementação do Projeto Ensino Médio Integrar na Rede Estadual de Educação de Rondônia, bem como os problemas e entraves que dificultaram e modificaram seu planejamento inicial e resultaram na descontinuidade da oferta do Projeto. Para isso, foi realizada pesquisa qualitativa com realização de entrevistas com os responsáveis pela elaboração e implementação do projeto e análise documental para coleta de dados que possibilitou identificar as fragilidades e dificuldades na implementação do projeto.

Para compreensão do estudo de caso, no primeiro capítulo apresentou-se um breve histórico do Ensino Médio no Brasil, destacando sua estrutura, organização e a dualidade que sempre permeou essa etapa final da Educação Básica: propedêutico ou preparação para o trabalho, e as mudanças neste nível de ensino que o tornam um constante desafio para gestores públicos. Ainda no primeiro capítulo, foi feito um breve relato do Ensino Médio em Rondônia apresentando os indicadores educacionais do ensino médio no período de 2011 a 2015, incluindo os dados do fluxo escolar. Para encerrar o capítulo foi feita a descrição da implementação do projeto nas escolas selecionadas com destaque para EEEFM Cora Coralina, única escola das seis que foram selecionadas que ainda desenvolve o referido projeto.

No segundo capítulo apresentamos os aspectos teóricos e analíticos da pesquisa. Investigamos, por meio de entrevistas semiestruturada e questionários, a percepção dos atores envolvidos com a criação e implementação do projeto, e a partir dos dados obtidos na pesquisa de campo e análise documental, foi possível identificar diversos achados. Além disso, apresentou-se a abordagem sobre o ciclo de políticas, proposto por Mainardes (2006) com base nas ideias de Stephen Ball e Richard Bowe (1992), para a análise de políticas públicas.

O terceiro capítulo, apresentou o plano de ação educacional, com sugestões para o aprimoramento do processo de criação, implementação e avaliação de projetos, programas e ações desenvolvidas pela Subgerencia de Ensino Médio da SEDUC/RO. A partir da análise dos dados, percebe-se que o não cumprimento dos prazos estabelecidos no planejamento inicial para implementação de um projeto, impacta no contexto da prática, e gera descrédito na comunidade escolar em relação às ações realizadas pela SEDUC.

Esta pesquisa, possibilitou a compreensão das circunstâncias que deram origem ao projeto, como foi executado, os entraves e dificuldades, bem como os fatores que levaram a sua descontinuidade durante o processo de implementação, que resultaram na situação atual, indicando, portanto, as fragilidades da SEDUC na implementação de políticas. Por meio desta pesquisa, foi possível compreender que apesar de muitas ações pensadas e implementadas para o ensino médio, esta etapa da Educação Básica, ainda não oferece um ensino com qualidade e atrativo aos jovens; e são muitos os desafios a serem superados, dentre eles: acesso, permanência, evasão, reprovação e distorção.

Foi possível perceber através da proposta do Projeto Ensino Médio Integrar que a Seduc está pautando suas ações com base nos resultados das avaliações externas, direcionando assim, o processo ensino aprendizagem para uma vertente meramente propedêutica, onde há uma forte tendência à constrição do currículo e do ensino às exigências das avaliações externas como via para a obtenção de bons resultados educacionais. Aqui cabe uma reflexão sobre a necessidade urgente de se discutir o currículo e o direcionamento que se quer dar para as políticas do ensino médio.

Vale destacar a necessidade de a Seduc rever o planejamento e a forma de implementar política pública, pois ficou evidente que formular programas, projetos e direcionar para as escolas executarem está fadado ao insucesso, pois é necessário o diálogo com a comunidade escolar para saber de suas necessidades e interesses, evitando a imposição e superposição de projetos de cima para baixo. A escola tem que ter autonomia para elaborar seus projetos de acordo com sua realidade e demandas, cabendo a Seduc apoiar e valorizar as iniciativas das escolas.

Com base nos achados da pesquisa, elaboramos um Plano de Ação Educacional (PAE) e apresentou-se três ações visando contribuir para amenizar os impactos na futura implementação de projetos, programas ou ações por parte da SEDUC, evitar a descontinuidade de políticas públicas e colaborar para elevar os índices educacionais do ensino médio.

No que se refere às contribuições desta pesquisa para a minha vida profissional, destaco a compreensão dos ciclos de políticas educacionais, a importância da análise e avaliação sistemática de cada uma destas etapas, pois no processo de implementação de projetos, programas e ações educacionais os implementadores tendem a interpretar e recriar a política proposta, conforme suas subjetividades e interesses. Dessa forma, é importante o

conhecimento dos instrumentos para a análise das políticas, pois permite que seja feita uma análise crítica e contextualizada de todas as etapas, da formulação a implementação.

A presente pesquisa representa, uma reflexão frente aos entraves e dificuldades no processo de implementação de políticas públicas por meio dos projetos, programas e ações. Demonstrou que as políticas públicas devem ser pensadas e formuladas com a participação efetiva da comunidade escolar, isto é, aqueles que serão os implementadores da política na prática, levando em considerando as necessidades do público alvo e os recursos disponíveis.

E para encerrar, ressaltamos a necessidade de se realizarem mais pesquisas a sobre o ensino médio, buscando aprofundar a questão da dualidade e da identidade desta Etapa da Educação Básica que necessita ser ressignificada e atrativa para os jovens.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando Antônio de. **Entenda o Mestrado Profissional seus objetivos e equivalências**. Faculdade de Ciências Médias e da Saúde/PUC/SP. Sorocaba. S/D. Disponível em https://www.pucsp.br/sites/default/files/download/posgraduacao/programas/educacaoprofissoessaude/entenda_mestrado.pdf Acessado em 06 jun. 2018.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Relatório da Educação Para Todos No Brasil, 2000-2015 - Ministério da Educação**. Brasília: MEC, 2014. 105 p., il. Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/etcu/ObterDocumentoSisdoc?seAbrirDocNoBrowser=true&codArqCatalogado=11514071>. Acesso em 20 de abril de 2018.

_____. Ministério da Educação. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Brasília, DF, 2016.

_____. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a **Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 01 agosto. 2018.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB)**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 20 dez. 1996.

_____. PEC 241

BRITO, Renato de Oliveira, et. al. **Planejamento estratégico e planejamento educacional: perspectivas conceituais**. Revista de Ciências da Educação. UNISAL, Americana/SP, ano XIII, n. 24, 1º semestre/2011. Disponível em [file:///C:/Users/dell/Downloads/32-1-79-1-10-20120207%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/dell/Downloads/32-1-79-1-10-20120207%20(1).pdf) Acesso em 01 de nov. 2018.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ensino médio no Brasil: histórico e perspectivas**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO MÉDIO. Anais... São Paulo: CONSED, 1998. p. 29-44

_____. **Educação Básica**. Disponível em <http://www.gestrado.net.br/?pg=dicionario-verbetes&id=243> Acessado em 08 out de 2018.

CONDÉ, Eduardo Salomão. **Abrindo a Caixa – Elementos para melhor compreender a análise das Políticas Públicas**. 2011. Disponível em: <http://www.revistappgp.caedufjf.net/index.php/revista1/article/download/> Acesso em nov. 2017.

_____. **Abrindo a Caixa – dimensões e desafios na análise de Políticas Públicas**. Revista Pesquisa e Debate em Educação – Programa de Pós Graduação Profissional/Gestão e Avaliação da Gestão Pública/UFJF. Vol. 2, n.2 (jul./dez. 2012) – Juiz de Fora. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

_____. **Texto 1 – Política: Aprendendo a Leitura dos Sinais**. Guia de Estudos – Programa de Pós Graduação Profissional/Gestão e Avaliação da Gestão Pública/UFJF. Juiz de Fora. Universidade Federal de Juiz de Fora, s/d.

ESCOLA ESTADUAL CORA CORALINA. **Projeto Político Pedagógico**. Cacoal: 20

FIGUEIREDO, Marcus Faria e Argelina Maria Figueiredo. **Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica** <http://www.josenorberto.com.br/AC-2007-38.pdf>

Fundação Universidade Federal de Rondônia, disponível em: <https://www.unir.br/?pag=submenu&id=319&titulo=Cacoal>, acessado em 22 de maio de 2018.

Fundação Lemann e Meritt (2012): portal QEdU.org.br, acessado em: 05 de outubro de 2017.
GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo. Atlas, 2014.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29 (mai./jun. 1995). São Paulo, 1995. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3>. Acesso em 30 de maio de 2018.

IFRO. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO <http://portal.ifro.edu.br/cacoal>, acessado em 22 de maio de 2018.

IDEB. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **IDEB – Resultados e Metas**, 2015. Disponível em: Acesso em: 16 fev 2018.

JESUS, Roseli Batista de. Políticas públicas e o ciclo de políticas: uma análise da política de Mato Grosso. **Revista Científica Eletrônica de Pedagogia**. Editora FAEF, Garças-SP, ano XII, número 24, p. 01-17, jul. 2014.

LISBÔA, M. DA G. P. & GODOY, L. P. **Aplicação do Método 5W2H no processo produtivo do produto: a joia**. Ibero-American Journal of Industrial Engineering. Florianópolis S/C, Brasil, v. 4, n. 7, p. 32-47, 2012. Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/IJIE/article/view/1585/pdf>, acessado em 01 de nov. 2018.

LOPES, Christiani Bortoloto, et al. **Ensino Médio: trajetória história e a dualidade educacional presente nas diferentes reformas**. PERSPECTIVA, Florianópolis, v.34. n.2, p. 555-581, maio/ago.2016. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/2175-795X.2016v34n2p555/pdf> Acessado em 20 nov. 2017

KRAWCZYK, Nora. **Reflexão sobre alguns desafios do Ensino Médio no Brasil Hoje**. Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, v. 41, p. 754–771, 2011. set. 2016. LINS, E. C. Disponível em: <http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S0100-> Acesso em 27 nov. 2017.

MAINARDES, Jeferson. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para análise de políticas educacionais**. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>. Acesso em set. 2017

MOEHLECKE, Sabrina. **O ensino médio e as novas diretrizes curriculares nacionais: entre recorrências novas e inquietações**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, p. 39-58, jan./abril. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n49/a02v17n49.pdf> Acesso em: 28 out. 2017

NASCIMENTO, Manoel Nelito M. **Ensino médio no Brasil: Determinações históricas**. Portal de periódicos Universidade de Ponta Grossa – UEPG, Cad. Ciências Hum. Ling. Letras e Artes. Vol.15 n. 01, p. 77-87, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/viewFile/594/581>> Acesso em: 12 out.. 2017.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. **Avaliação e monitoramento de Políticas e Programas Sociais** – revendo conceitos básicos. Revista Katálysis, vol. 5, num. 2, julho-dezembro, 2002,

p. 141-152. Disponível em: <http://www.josenorberto.com.br/AC-2007-38.pdf>. Acesso em 30 de junho de 2017.

NOGUEIRA, Fernando do Amaral. **Continuidade e Descontinuidade Administrativa em Governos Locais: Fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos**. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2423/53706.pdf>

PRADO, Glória de areias. **LDB e Políticas de Correção de Fluxo escolar**. Aberto. Brasília, v. 17, n° 71, p. 49-56, jan./2000. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2102/2071>. Acesso em 13 abril 2018.

RONDÔNIA – Secretaria de Estado a Educação – **Projeto Ensino Médio Integrar**. Porto Velho, Rondônia, 2015.

_____. **Manual de Orientações do Poafi Escolas** – 2014. Disponível em <https://pt.scribd.com/doc/267472357/Manual-Do-Proafi-Escola-1> Acesso em 15 jun 2018

_____. **Portaria nº 3467, de 16 de dezembro de 2016**. Dispõe sobre a implantação do Projeto Ensino Médio Integrar nas escolas da Rede Pública Estadual de Ensino, no período diurno e dá outras providências. Diário Oficial do Estado nº 235. Porto Velho, RO, 16 dez. 2016.

_____. **Distorção idade e orientação do ensino médio**. Disponível em <http://estatistica.seduc.ro.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/Distor%C3%A7%C3%A3o-Idade-S%C3%A9rieno-Ensino-M%C3%A9dio-em-2012.pdf>

_____. **Lei nº 3.839, de 27 de junho de 2016**. Institui o Projeto ensino Médio Integrar. Diário Oficial do Estado nº 116. Porto Velho, RO, 29 jun. 2016.

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, Maria das Graças; VALADAO, Maria Izabel. *O Estudo da Política: Temas Selecionados*. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SANTOS, Jean Mac Cole Tavares; OLIVEIRA, Marcia Betania de. Políticas Curriculares no Ensino Médio: Ressignificações no contexto escolar. **Currículo sem Fronteiras**, v. 13, n. 3, p. 497-513, set./dez. 2013.

SCHNECKENBERG, Marisa. **A Relação entre Política Pública de Reforma Educacional e a Gestão do Cotidiano Escolar**. Em Aberto, Brasília, v.17, n. 72, p. 113-124, fev/junh. 2000. Disponível em <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2123/2092> Acesso em 01/11/2018

SERAFIM, Milena Pavan e Rafael de Brito Dias. **Análise de política: uma revisão da literatura.** v. 3, nº 1, p. 121-134, jan/jun-2012. Disponível em: <file:///C:/Users/dell/Downloads/213-845-2-PB.pdf> Acesso em 25 ago. 2018

SOUZA, Sandra Kákia; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Ensino médio noturno: democratização e diversidade.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602008000100005. Acessado em 17 dez 2017

SOUZA, Celina et al. **Políticas públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006 Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf> Acesso 13 set. 2018

SILVA, Reimildo Barbosa.; SANTOS, Leandro Matias dos. **Reforma do Ensino Médio: escolhas e realidade.** Disponível em <file:///C:/Users/dell/Downloads/4453-16070-1-PB.pdf> Acessado em 20 jul de 2018.

UEPG. **O planejamento pedagógico e a organização do trabalho docente** mod. 2, vol 5, UESC Disponível em <http://www.uepg.br/formped/disciplinas/OrganizacaoTrabalho/DIDATICA.pdf> Acesso em 18 set. 2018.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo. Atlas. 2015. Disponível em [file:///C:/Users/dell/Downloads/2335-7763-2-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/dell/Downloads/2335-7763-2-PB%20(1).pdf) Aceso em 20 set. 2017

KRAWCZYK, Nora. **Reflexão sobre alguns desafios do Ensino Médio no Brasil Hoje.** Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, v. 41, p. 754–771, 2011. set. 2016. LINS, E. C. Disponível em: <http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S0100>-Acesso em 27 nov. 2017.

QUEIROZ, Cintia Marques, et al. **Evolução do ensino médio no Brasil.** In: Simpósio Internacional: Estado E As Políticas Educacionais No Tempo Presente, 5., 2009, Uberlândia. Anais... Minas Gerais: UFU, 2009. p. 1–15. Disponível em: <http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/EP07.pdf> Acesso em 18 nov. 2017.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples.** RBP AE. v.23, n.1, p. 53- 69, jan./abr. 2007. Disponível [file:///C:/Users/dell/Downloads/19013-68552-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/dell/Downloads/19013-68552-1-PB%20(1).pdf) Acesso em 03/07/2017.

ZARPELLON, S.C. **Continuidade e descontinuidade administrativa de programas e projetos econômicos e sociais: um ensaio sobre fatores que contribuem para esse**

fenômeno na região centro-sul do Paraná, Brasil. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DE PONTA GROSSA, 2011, Ponta Grossa. Anais do CIEPG. Ponta Grossa: UEPG, 2011. v. 1. p. 1 -18.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “Projeto Ensino Médio Integrar: desafios na implementação e descontinuidade do projeto”. Nesta pesquisa pretendemos descrever e analisar o processo de criação e implementação do Projeto Ensino Médio Integrar. O motivo que nos leva a estudar foi identificar uma fragilidade na gestão de programas, projetos e ações desenvolvidos pela SEDUC que vão impactar no desempenho dos estudantes do ensino médio de Rondônia, uma vez que são apresentadas propostas educacionais e no decurso de implementação são interrompidas causando transtornos a comunidade escolar. Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: pesquisa qualitativa, a partir de uma análise documental e a realização de entrevistas semiestruturadas, questionários, abordando a implementação e fatores que levaram a descontinuidade do projeto. A pesquisa contribuirá para descobrir situações que são entraves para a implementação e continuidade do projeto, propor ações para sanar essa problemática, bem como evitar que outros projetos, programas e ações implementados pela SEDUC incorram na mesma situação, gerando descrédito em relação as proposta da SEDUC por parte das Coordenadorias Regionais de Ensino e escolas.

O Sr. (a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr. (a) é atendido (a) pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O (A) Sr (a) não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira, utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, no Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora e a outra será fornecida ao Sr. (a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados no mesmo local acima indicado.

O (A) Sr (a) concorda que o material coletado possa ser utilizado em outros projetos do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, sendo assegurado que sua identidade será tratada com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira, utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos?

() Sim ou () Não

Caso sua manifestação seja positiva, esta autorização poderá ser retirada a qualquer momento sem qualquer prejuízo.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “Projeto Ensino Médio Integrar: desafios na implementação e descontinuidade do projeto”, de maneira

clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Porto Velho, _____ de _____ de 2018.

Nome	Assinatura participante	Data
------	-------------------------	------

Nome	Assinatura pesquisador	Data
------	------------------------	------

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

Nome do Pesquisador Responsável: Vitória Régia Mustafá Borges da Silva

Endereço: Rua Décima Avenida, 4271- Bairro Rio Madeira

CEP: 76821340/ porto Velho - RO

Fone: (69)99917-0984

E-mail:

APÊNDICE B – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM A TÉCNICA PEDAGÓGICA - SEDUC QUE CONTRIBUIU NA ELABORAÇÃO DO PROJETO

PESQUISA DE MESTRADO PROFISSIONAL: “Projeto Ensino Médio Integrar: desafios na implementação e descontinuidade do projeto.”

PESQUISADORA: Vitória Régia Mustafá Borges da Silva

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Técnica Pedagógica - SEDUC que contribuiu na elaboração do Projeto

Prezada Técnica:

Gostaria de contar com a sua colaboração respondendo a esta entrevista como parte de uma pesquisa de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública/UFJF, sobre a implementação do Projeto Ensino Médio Integrar.

1. Identificação:
 - 1.1 Nome:
 - 1.2 Formação:
 - 1.3 Município:
 - 1.4 Tempo de trabalho da Rede Estadual de Educação:
 - 1.5 Tempo de trabalho na função de Técnica Pedagógica/SEDUC :
 - 1.6 Qual é sua experiência na área educacional?
 - 1.7 Atualmente onde está lotada e desenvolvendo que função/atividades?
2. Como você avalia a situação do Ensino Médio em Rondônia?
3. Quais critérios orientaram/justificaram a implementação do Projeto Ensino Médio Integrar na Rede Estadual de Educação de Rondônia?
4. Qual sua opinião sobre a importância do Projeto Ensino Médio Integrar para a Rede Estadual de Ensino?
5. Como você avalia o processo de implementação do Ensino Médio Integrar?
6. A que você atribui à descontinuidade do Projeto Ensino Médio Integrar?
7. O que, em sua opinião, precisa ser revisto para minimizar os desafios na implementação de projetos e evitar descontinuidades, como o Projeto Ensino Médio Integrar?
8. Quais sugestões você daria para aprimorar o processo de implementação de projetos, programas e políticas públicas para evitar ou minimizar a sua descontinuidade?

APÊNDICE C – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM A GERENTE DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA SEDUC/RO

PESQUISA DE MESTRADO PROFISSIONAL: “Projeto Ensino Médio Integrar: desafios na implementação e descontinuidade do projeto.”.

PESQUISADORA: Vitória Régia Mustafá Borges da Silva

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Gerente de Educação SEDUC

Prezada Gerente:

Gostaria de contar com a sua colaboração respondendo a esta entrevista, como parte de uma pesquisa de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública/UFJF, sobre a implementação do Projeto Ensino Médio Integrar.

1. Identificação:

1.1 Nome:

1.2 Formação:

1.3 Município:

1.4 Tempo de trabalho da Rede Estadual de Educação:

1.5 Tempo de trabalho na função de Gerente de Educação:

1.6 De que forma assumiu o cargo de Gerente da Gerência de Educação Básica?

1.7 Qual é sua experiência na área educacional?

2. Como você avalia a situação do Ensino Médio em Rondônia?

3. Quais critérios orientaram/justificaram a implementação do Projeto Ensino Médio Integrar na Rede Estadual de Educação de Rondônia?

4. Qual sua opinião sobre a importância do Projeto Ensino Médio Integrar para a Rede Estadual de Ensino?

5. Como você avalia o processo de implementação do Ensino Médio Integrar?

6. A que você atribui à descontinuidade do Projeto Ensino Médio Integrar?

7. O que, em sua opinião, precisa ser revisto para minimizar os desafios na implementação de projetos e evitar descontinuidades, como o Projeto Ensino Médio Integrar?

8. Quais sugestões você daria para aprimorar o processo de implementação de projetos, programas e políticas públicas para evitar ou minimizar a sua descontinuidade?

APÊNDICE D – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM A COORDENADORA PEDAGÓGICA DO PROJETO NA ESCOLA CORA CORALINA – CACOAL/RO

PESQUISA DE MESTRADO PROFISSIONAL: “Projeto Ensino Médio Integrar: desafios na implementação e descontinuidade do projeto.”

PESQUISADORA: Vitória Régia Mustafá Borges da Silva
ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Coordenadora Pedagógica do Projeto na Escola Cora Coralina – Cacoal/RO

Prezada Coordenadora:

Gostaria de contar com a sua colaboração respondendo a este instrumento de pesquisa, como parte de uma pesquisa de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública/UFJF, sobre a implementação do Projeto Ensino Médio Integrar.

1. Identificação:

1.1 Nome:

1.2 Formação

1.3 Município

1.4 Tempo de trabalho da Rede Estadual de Educação:

1.5 Tempo de trabalho na função de Coordenadora Pedagógica:

1.6 De que forma assumiu o cargo de Coordenadora do Projeto Ensino Médio Integrar na Escola?

1.7 Qual é sua experiência na área educacional?

2. Como você avalia a situação do Ensino Médio em Rondônia?

3. Como a Escola foi informada da implementação da nova proposta curricular e metodologia apresentada pela SEDUC para o Ensino Médio – Projeto Ensino Médio integrar?

4. Qual sua opinião sobre a importância do Projeto Ensino Médio Integrar para os estudantes de sua escola?

5. Em sua opinião, os professores aceitaram o desafio da implantação do Projeto Ensino Médio Integrar na escola?

6. Como você avalia a implementação do Projeto Ensino Médio Integrar quanto aos equipamentos e formação continuada de professores?

7. Qual sua opinião sobre a descontinuidade do Projeto Ensino Médio Integrar?

8. O que, em sua opinião, precisa ser revisto para minimizar os desafios na implementação de projetos e evitar descontinuidades, como o Projeto Ensino Médio Integrar?

9. Quais sugestões você daria para aprimorar o processo de implementação de projetos, programas e políticas públicas para evitar ou minimizar a sua descontinuidade?

APÊNDICE E – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM A COORDENADORA PEDAGÓGICA DO PROJETO NA ESCOLA CORA CORALINA – CACOAL/RO

PESQUISA DE MESTRADO PROFISSIONAL: “Projeto Ensino Médio Integrar: desafios na implementação e descontinuidade do projeto.”

PESQUISADORA: Vitória Régia Mustafá Borges da Silva
ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Coordenador (a) Pedagógic(o)a – CRE/SEDUC de Cacoal

Prezado (a) Coordenador (a),

Gostaria de contar com a sua colaboração respondendo a este instrumental, como parte de uma pesquisa de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública/UFJF, sobre a implementação do Projeto Ensino Médio Integrar.

1. Identificação:
 - 1.1 Nome:
 - 1.2 Formação:
 - 1.3 Município/CRE:
 - 1.4 Tempo de trabalho da Rede Estadual de Educação:
 - 1.5 Tempo de trabalho na função de Coordenadora Pedagógica da CRE:
 - 1.6 De que forma assumiu o cargo de Coordenadora Pedagógica da CRE /SEDUC?
 - 1.7 Qual é sua experiência na área educacional?
2. Como você avalia a situação do Ensino Médio em Rondônia?
3. Como a Coordenadoria Regional de Ensino foi informada da implementação da nova proposta curricular e metodologia apresentada pela SEDUC para o ensino médio – Projeto Ensino Médio integrar?
4. Qual critério de seleção da escola no seu município para participar do Projeto?
5. A escola foi consultada para implementação do Projeto Ensino Médio Integrar? De que forma a escola foi informada/convidada para participar do Projeto?
6. Na sua opinião, os professores aceitaram o desafio da implementação do Projeto Ensino Médio Integrar na escola de sua Coordenadoria?
7. Como você avalia a implementação do Projeto Ensino Médio Integrar quanto a metodologia, equipamentos e formações?
8. Qual sua opinião sobre a importância do Projeto Ensino Médio Integrar para os estudantes da sua região?
9. Qual sua opinião, sobre a descontinuidade do Projeto Ensino Médio Integrar?

10. O que, em sua opinião, precisa ser revisto para minimizar os desafios na implementação de projetos e evitar descontinuidades, como o Projeto Ensino Médio Integrar?
11. Quais sugestões você daria para aprimorar o processo de implementação de projetos, programas e políticas públicas para evitar ou minimizar a sua descontinuidade?
12. No ano de 2017 a SEDUC selecionou e implementou em parceria com o Governo Federal o Projeto Novo Tempo (Escolas em tempo integral) e a Escola Coralina seria uma das contempladas. Na sua opinião porque a escola fez opção pelo Projeto Ensino Médio Integrar (Projeto de Educação Integral do Governo do Estado de RO)?

APÊNDICE F – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM A COORDENADORA PEDAGÓGICA DO PROJETO NA ESCOLA CORA CORALINA – CACOAL/RO

PESQUISA DE MESTRADO PROFISSIONAL: “Projeto Ensino Médio Integrar: desafios na implementação e descontinuidade do projeto.”

PESQUISADORA: Vitória Régia Mustafá Borges da Silva

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Professores do Projeto na Escola Cora Coralina – Cacoal/RO

Prezado(a) Professor(a):

Gostaria de contar com a sua colaboração respondendo a este instrumento de pesquisa, como parte de uma pesquisa de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública/UFJF, sobre a implementação do Projeto Ensino Médio Integrar.

1. Identificação:
 - 1.1 Nome:
 - 1.2 Formação
 - 1.3 Município:
 - 1.4 Tempo de trabalho da Rede Estadual de Educação:
 - 1.5 Tempo de trabalho na função de Professor(a):
 - 1.6 De que forma assumiu o cargo de professor no Projeto Ensino Médio Integrar na Escola?
 - 1.7 Qual é sua experiência na área educacional?
2. Como você avalia a situação do Ensino Médio em Rondônia?
3. Como você foi informado(a) da implementação da nova proposta curricular e metodologia apresentada pela SEDUC para o ensino médio – Projeto Ensino Médio integrar?
4. Qual sua opinião sobre a importância do Projeto Ensino Médio integrar para os estudantes de sua escola?
5. Você concorda com a implementação do Projeto Ensino Médio Integrar na escola? Porque?
6. Como você avalia a implementação do Projeto ensino Médio Integrar quanto a metodologia, equipamentos e formações?
7. Projeto Ensino Médio Integrar contribui para melhorar o processo ensino aprendizagem? Por quê?
8. Qual sua opinião, sobre a descontinuidade do Projeto Ensino Médio Integrar?
9. O que, em sua opinião, precisa ser revisto para minimizar os desafios na implementação de projetos e evitar descontinuidades, como o Projeto Ensino Médio Integrar?

10. Quais sugestões você daria para aprimorar o processo de implementação de projetos, programas e políticas públicas para evitar ou minimizar a sua descontinuidade?
11. A comunidade escolar (professores, equipe pedagógica, diretores e pais) foi consultada ou convidada para participar da elaboração do Projeto Ensino Médio Integrar?
12. No ano de 2017 a SEDUC selecionou e implementou em parceria com o Governo Federal o Projeto Novo Tempo (Escolas em tempo integral) e a Escola Cora Coralina seria uma das contempladas. Na sua opinião porque a escola fez opção pelo Projeto Ensino Médio Integrar (Projeto de Educação Integral do Governo do Estado de RO)?

APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS DO PROJETO NA ESCOLA CORA CORALINA – CACOAL/RO

QUESTIONÁRIO

Alunos do Projeto na Escola Cora Coralina – Cacoal/RO

Prezado(a) aluno(a):

Gostaria de contar com a sua colaboração respondendo a este questionário, como parte de uma pesquisa de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública/UFJF, sobre a implementação do Projeto Ensino Médio Integrar.

1. Identificação:

1.1 Série:

1.2 Escola

1.3 Município:

1.4 Quantos anos faz que você estuda nesta escola:

2. Como você considera a situação do Ensino Médio em Rondônia?

a) () Excelente

b) () Bom

c) () Ruim

d) () Fraco

e) () Não sabe informar

3. Como você foi informado(a) sobre o Projeto Ensino Médio Integrar?

a) () Pais

b) () Representantes da Secretaria de Estado da Educação-SEDUC

c) () Gestores, Coordenadores da Escola

d) () Professores da Escola

e) () Não sabe informar

A partir de agora irei fazer algumas afirmações e peço que responda se concorda ou não:

I - O Projeto Ensino Médio Integrar tem como objetivo fortalecer o Ensino preparando os estudantes para as avaliações do IDEB (Avaliação Nacional da Educação Básica-Aneb e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar-Anesc, mais conhecida como Prova Brasil), ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e possibilitar maior acesso dos estudantes das escolas públicas ao ensino superior.

a) () Concordo

b) () Concordo parcialmente

c) () Discordo parcialmente

d) () Discordo

II – Sobre o Projeto Ensino Médio Integrar o aumento do número de aulas diárias foi uma ótima estratégia.

a) () Concordo

b) () Concordo parcialmente

- c) Discordo parcialmente
- d) Discordo

III – Sobre o Projeto Ensino Médio Integrar o aprofundamento dos conteúdos ministrados pelos professores durante as aulas foi uma estratégia percebida pelos alunos como necessária.

- a) Concordo
- b) Concordo parcialmente
- c) Discordo parcialmente
- d) Discordo

IV – Sobre o Projeto Ensino Médio Integrar as aulas são mais interativas e dinâmicas.

- a) Concordo
- b) Concordo parcialmente
- c) Discordo parcialmente
- d) Discordo

V – Sobre o Projeto Ensino Médio Integrar, as aulas precisam acontecer em horário integral.

- a) Concordo
- b) Concordo parcialmente
- c) Discordo parcialmente
- d) Discordo

VI – Sobre o Projeto Ensino Médio Integrar, os seminários, palestras, simulados e aulas preparatórias nos ajuda bastante nas avaliações como ENEM, IDEB e em outras atividades.

- a) Concordo
- b) Concordo parcialmente
- c) Discordo parcialmente
- d) Discordo

VII - O Projeto Ensino Médio Integrar tem contribuído para melhorar a minha aprendizagem

- a) Concordo
- b) Concordo parcialmente
- c) Discordo parcialmente
- d) Discordo

VIII - Sobre o Projeto Ensino Médio Integrar ser destinado aos alunos de 2º e 3º anos do ensino médio

- a) Concordo
- b) Concordo parcialmente
- c) Discordo parcialmente
- d) Discordo

IX - O Projeto Ensino Médio Integrar deve ser estendido a outras turmas e outras escolas, possibilitando que outros estudantes tenham acesso às mesmas experiências de aprendizagem que eu tenho na Escola Cora Coralina.

- a) Concordo
- b) Concordo parcialmente
- c) Discordo parcialmente

d) () Discordo

X - O Projeto Ensino Médio Integrar foi desenvolvido desde 2016, como projeto piloto em 06 (seis) unidades escolares na rede estadual de ensino. Porém, houve interrupções e alterações, estando em funcionamento atualmente em 01 (uma) única escola. Fale em até cinco linhas sua opinião sobre essa situação?

ANEXO A:**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA**

LEI N. 3.839, DE 27 DE JUNHO DE 2016.

Institui o Projeto Ensino Médio Integrar no âmbito da Secretaria de Estado da Educação e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Projeto Ensino Médio Integrar no âmbito da Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, com o objetivo geral de proporcionar a elevação da qualidade de ensino ofertada e reduzir as lacunas de aprendizagem constatadas no desenvolvimento do processo de escolarização dos estudantes do Ensino Médio da rede pública estadual de ensino, por meio de metodologia diferenciada e utilização de recursos tecnológicos a favor do processo de ensino e aprendizagem.

Art. 2º. O Projeto Ensino Médio Integrar consiste em uma proposta metodológica inovadora, de educação formal, com foco no desenvolvimento do currículo do Ensino Médio Regular diurno, em tempo integral, utilizando-se de recursos didáticos e midiáticos diversificados, atividades escolares diferenciadas, acréscimo de carga horária nos componentes curriculares, aumento de número de aulas diárias e acompanhamento efetivo do professor, destinado à formação básica do aluno, voltado às novas exigências educacionais e à elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.

Art. 3º. O Projeto Ensino Médio Integrar tem por objetivos específicos:

I - valorizar os conhecimentos prévios dos estudantes agregando novos saberes;

II - possibilitar, por intermédio da educação, informações quanto às transformações culturais, sociais e econômicas;

III - propiciar espaço de discussão, análise de ideias e valores;

IV - proporcionar aos estudantes ambientes de estudo que estimulem seu interesse pelo conhecimento visando atingir suas metas pessoais;

V - coadunar com a organização curricular mais significação às atividades escolares a serem desenvolvidas;

VI - proporcionar, por intermédio de recursos didáticos e midiáticos diversificados, atividades escolares mais atraentes que causem impactos positivos ao processo de ensino e aprendizagem; e

VII - elevar o desempenho dos estudantes, por meio da utilização de metodologias que estimulem o pensamento crítico, a ética, o desenvolvimento da cidadania e a autonomia.

Art. 4º. Para a operacionalização do Projeto Ensino Médio Integrar, nas unidades escolares de Ensino Médio da rede estadual de ensino selecionadas pela Secretaria de Estado da Educação, deverão ser cumpridos os seguintes requisitos:

I - reorganização curricular em tempo integral, do Ensino Médio regular diurno, por meio de celebração de Termo de Adesão pela unidade escolar participante do Projeto;

II - adequação do espaço físico estrutural de forma que as salas de aula atendam turmas com 70 (setenta) a 90 (noventa) estudantes;

III - aquisição dos equipamentos necessários à implantação do Projeto Ensino Médio Integrar, conforme regulamentação por meio de Portaria da Secretaria de Estado da Educação; e

IV - seleção de docentes capacitados em oratória, formação continuada por áreas de conhecimento, com seus respectivos componentes curriculares e aprimoramento na utilização de recursos midiáticos.

Art. 5º. O Professor Classe “C”, lotado no Projeto Ensino Médio Integrar, atenderá a turmas com 70 (setenta) até 90 (noventa) estudantes o que implicará aumento na demanda de atividades pedagógicas exigindo-se o desenvolvimento de competências, habilidades e atribuições específicas, quais sejam:

I - dominar técnicas de oratória aplicadas à didática envolvendo entonação da voz, postura corporal, aplicação de estratégias de ensino desafiantes, utilização de recursos tecnológicos e midiáticos advindos de formação continuada, bem como metodologia apropriada ao desenvolvimento de aulas diferenciadas com base nos objetivos do Projeto; e

II - desenvolver a prática pedagógica quanto:

a) ao planejamento por meio de pesquisa, elaboração de bancos de questões para simulados e corujões, assim como aulas de preparação para avaliações externas;

b) à regência de aulas diferenciadas articulando conhecimento, conteúdos, estratégias e recursos midiáticos;

c) ao acompanhamento de acordo com a prática pedagógica envolvendo plantões de dúvidas, corujões, aplicação de simulado, e o desenvolvimento de projetos multidisciplinares; e

d) à avaliação contínua e sistemática ao longo do processo de acordo com o planejamento e acompanhamento.

Art. 6º. A implementação do Projeto Ensino Médio Integrar nas unidades escolares de Ensino Médio da rede estadual de ensino será regulamentada por meio de Portaria expedida pela Secretaria de Estado da Educação.

Art. 7º. Os profissionais selecionados pela Secretaria de Estado da Educação que atuarão no Projeto Ensino Médio Integrar farão jus ao recebimento de verba indenizatória que não refletirá em nenhuma outra vantagem pecuniária recebida, não se incorporará para quaisquer efeitos, não sofrerá descontos e não será considerada para fins de incidência de imposto de renda ou contribuição previdenciária no valor R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) mensais.

Parágrafo único. Farão jus ao recebimento da verba indenizatória de que trata o *caput* deste artigo os seguintes profissionais, conforme quantitativo contido no Anexo Único desta Lei:

I - Professor Classe “C”;

II - Supervisor Escolar; e

III - Orientador Educacional.

Art. 8º. Os integrantes do Projeto Ensino Médio Integrar exercerão suas atividades cumulativamente com as funções de seus respectivos cargos efetivos, sem prejuízo de remuneração, gratificações ou quaisquer outros direitos, inclusive os previstos na Lei Complementar nº 680/2012 a que os Profissionais da Educação fizerem jus.

Art. 9º. Os casos omissos serão dirimidos pela Secretaria de Estado da Educação.

Art. 10. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta dos recursos consignados no orçamento da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 27 de junho de 2016, 128º da República.

CONFÚCIO AIRES MOURA

Governador

ANEXO ÚNICO

PROFISSIONAIS E DISCIPLINAS	QUANTITATIVO DE PROFESSORES
Língua Portuguesa	12
Artes	06
L.M.E. – Língua Inglesa	06
L.M.E. – Língua Espanhola	06
Educação Física	06
Matemática	12
Química	06
Física	06
Biologia	06
História	06
Geografia	06
Sociologia	06
Filosofia	06
Alternativas de Leitura e Produção de Texto	06
Ciência, Cultura, Tecnologia e Trabalho	06
Orientador	06
Supervisor	06
Quantitativo Total Mensal por Escola	114

ANEXO B:

DOE Nº 236

DIÁRIO
OFICIAL
Estado de São Paulo

Porto Velho, 19.12.2016 27

PORTARIA Nº 2457/2016-GAB/SECUC
Porto Velho, 16 de dezembro de 2016.

Instaura o Projeto Ensino Médio Integrado, em tempo integral, em escolas da Rede Pública Estadual de Ensino, no período diurno e de outras modalidades.

A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 71 da Constituição do Estado de Rondônia, e considerando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.306/1996, a Lei nº 3.838 de 27/06/2016 as Resoluções CNDCEB nº 542/10, CND/CEB nº 87/2010 e 02/2012, a Lei Estadual nº 2.419/2011, as Resoluções nº 1.074/12 e nº 05/13/CECEB/RO, e Portaria nº 493/2015-GAB/SecEd,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar o Projeto Ensino Médio Integrado, em tempo integral, em escolas de rede pública estadual de ensino no período diurno.

§ 1º O Projeto de que trata o caput deste artigo tem o objetivo de proporcionar a elevação da qualidade do ensino e induzir ao êxito da aprendizagem consolidada no desenvolvimento do processo de escolarização dos estudantes do Ensino Médio, por meio de metodologia diversificada e utilização de recursos tecnológicos a favor do processo de ensino e aprendizagem.

§ 2º O Projeto Ensino Médio Integrado consiste em uma proposta metodológica inovadora, de educação formal, utilizando-se de recursos pedagógicos e tecnológicos diversificados, aplicando recursos diferenciados, distribuição de carga horária nos componentes curriculares, aumento do número de aulas diárias e acompanhamento ativo do professor.

Art. 2º Fica a operacionalização do Projeto Ensino Médio Integrado nas escolas de Ensino Médio vinculadas pela Secuc, devendo ser cumpridos as seguintes condições:

I – reorganização curricular em tempo integral, do Ensino Médio diurno, por meio da utilização de Termo de Adesão pela escola participante do Projeto;

II – adequação do espaço físico estrutural de forma que as salas de aula atendam normas com 75 (setenta e 5) (previsão) estudantes;

III – aquisição dos equipamentos necessários à implantação do Projeto; e

IV – seleção de docentes com formação continuada por áreas de conhecimento com seus respectivos componentes curriculares e aprimoramento na utilização de recursos midiáticos.

Art. 3º O Projeto Ensino Médio Integrado, em tempo integral, será implantado no Ensino Médio, iniciando com o 1º ano em 2016 e em 2017 o 2º ano e 2º ano, sucessivamente, por meio do desenvolvimento de Matriz Curricular conforme desta Portaria.

Parágrafo Único. A partir do ano letivo de 2017 esse Projeto não atenderá turmas do 1º ano do Ensino Médio.

Art. 4º O Projeto Ensino Médio Integrado, em tempo integral, será organizado de seguinte forma:

- I – jornada escolar com 08 (oito) horas diárias, assim distribuídas:
 - a) 4:00h (quatro) horas para o currículo de formação básica;
 - b) 04:00h (quatro) horas para o currículo de formação básica;
 - c) 15:20 min (quinze horas e 20 minutos) de almoço.
- II – oferta de carga horária complementar distribuída em componentes curriculares da Base Nacional Comum;
- III – Atividades Complementares distribuídas em:
 - a) alternativas de leitura e produção de texto;
 - b) estufas Orientadas em Ciência, Cultura, Tecnologia e Trabalho.

Parágrafo Único. As escolas que aderirem o Projeto Ensino Médio Integrado, em tempo integral, deverão oferecer, no mínimo, 33 (trinta e três) refeições diárias, compreendendo lanche da manhã, almoço e lanche da tarde.

Art. 5º Fica a atribuição de o Projeto Ensino Médio Integrado, em tempo integral, a escola deverá observar os seguintes princípios:

I – promover o diálogo escola/comunidade, permitindo aos estudantes o constante aprender e ensinar, e o educar-se e o educar;

II – criar novos espaços e tempos para vivência social, cultural e ambiental voltada para o desenvolvimento integral do estudante;

III – integrar e ampliar espaços, saberes, tempos, oportunidades educativas e agentes educadores;

IV – desenvolver parcerias com instituições públicas e privadas visando a valorização da educação integral, mediante a ampliação dos espaços de aprendizagem;

V – articular dinâmica curricular que favoreça o trabalho coletivo, superando a fragmentação dos componentes curriculares e conteúdos;

VI – melhorar a qualidade do ensino na escola considerando os indicadores de avaliação estadual e nacional;

VII – contribuir para a redução de evasão de crianças, adolescentes e jovens e vulnerabilidade social por meio de atendimento escolar em tempo expandido;

VIII – valorizar a diversidade cultural, étnica e o bilinguismo;

Art. 6º A matrícula dos estudantes no Projeto Ensino Médio Integrado, em tempo integral, será única, constando na Fome de Matrícula e observação que o estudante frequentará a etapa de ensino em tempo integral.

Art. 7º O currículo escolar referente ao Projeto de Ensino Médio, em tempo integral, é organizado de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais e o Referencial Curricular do Estado de Rondônia compreendendo a Base Nacional Comum, a Parte Diversificada, Carga Horária de Componentes Curriculares Complementares e Atividades Complementares.

Art. 8º A avaliação da aprendizagem e a verificação do rendimento escolar do estudante deverão atender ao que prescreve a Portaria do Secuc em vigor.

§ 1º As Atividades Complementares-AC do Projeto Ensino Médio Integrado, não serão objeto de seleção, por rendimento, do estudante no ano escolar, devendo serem avaliadas por serem necessárias ao desenvolvimento dos aspectos cognitivo, afetivo, psicomotor e cultural do estudante.

§ 2º Os resultados das atividades avaliadas das atividades complementares serão expressos em notas sendo registrados imediatamente no Fichário Individual do estudante.

Art. 9º A frequência do estudante no Projeto Ensino Médio Integrado, em tempo integral, será calculada sobre a carga horária de um ano escolar, em horas da Base Nacional Comum, Parte Diversificada, Carga Horária dos Componentes Curriculares Complementares e Atividades Complementares.

Parágrafo Único. O estudante que ultrapassar o limite de 20% de frequência da carga horária de um escolar poderá reter, independentemente do rendimento escolar.

Art. 10. É de competência da Secretaria de Estado de Educação- Secuc:

- I. Acompanhar o desenvolvimento do projeto e oferecer suporte técnico-pedagógico às escolas;
- II. Proporcionar formação continuada aos docentes de acordo com a área de conhecimento em que atuam;
- III. Capacitar para o aprimoramento de materiais em recursos midiáticos e serem utilizados nas aulas;
- IV. Assegurar a ampliação e adequação dos espaços necessários para a realização das atividades, tais como: auditórios, quadras, laboratório, cozinha de apoio coberta, salas para atividades diferenciadas, laboratório, biblioteca e auditório;
- V. Promover a atuação de profissionais necessários para a realização das atividades, tais como: professores, tutores, cozinheiros, limpeza das ambientes, Inspecções de plantão e coletores para estudantes com necessidades educacionais especiais, quando for o caso;
- VI. Assegurar atuação de professores com dedicação exclusiva;
- VII. Assegurar a aquisição de equipamentos necessários à execução do projeto; e
- VIII. Elaborar relatório anual com base nos relatórios recebidos das CRE.

Art. 11. São competências do Supervisor Escolar e Orientador Educacional da escola que aderiu a Educação Integral com o Projeto Ensino Médio Integrado:

- I. Atender e acompanhar aos professores e estudantes aderidos pelo projeto;

I. Realizar a distribuição de aulas para verificar o cumprimento de acordo com a especificação das atividades a serem desenvolvidas.

II. Elaborar qualitativamente um cronograma de execução das atividades complementares dos campos propostos.

IV. Acompanhar o planejamento dos professores observando o total de carga horária assegurada na Matriz Curricular.

V. Acompanhar do desenvolvimento do projeto e elaborar relatório trimestral.

VI. Encaminhar relatório à CRE de sua jurisdição.

Art. 12. Compete às Coordenadorias Regionais de Educação-CRE:

I. Acompanhar e avaliar a execução dos projetos junto com os relatórios elaborados pela CRE e encaminhá-los à Superintendência do Ensino Médio-SEM/Rondônia da Educação Básica-DEB da Diretoria Regional de Educação-DEB/educ.

II. Elaborar relatório de acompanhamento do projeto em escola;

III. Encaminhar os relatórios recebidos das escolas que atenderem o Projeto junto com os relatórios elaborados pela CRE e encaminhá-los à Superintendência do Ensino Médio-SEM/Rondônia da Educação Básica-DEB da Diretoria Regional de Educação-DEB/educ.

Art. 13. Esta Portaria e anexos I e II compõem a Matriz Curricular e o Projeto, entram em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

APRECIADADE FÁTIMA GAYDOL SOARES PEREIRA
Secretária de Estado da Educação

TERMO DE APROVAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO torna público para conhecimento dos interessados com base nos artigos 75 e 76 da Portaria Interministerial COJUR/MP/ 007/2011 e considerando os termos do Parecer nº 22/MDPC/DEB, de 29/08/2016, APROVA E HOMOLOGA a Prestação de Contas referente às despesas do Convênio nº 202/PGC/2014, de Locação e Manutenção dos veículos adequados ao Transporte Escolar, no valor global de R\$ 1.490.000,00 (um milhão e quatrocentas mil reais), firmado entre a Secretaria de Estado da Educação - Seduc e Prefeitura Municipal de Chapinópolis - RO, conforme a ND02880/2016, anexa ao Processo de Concessão nº 01-1801.04845-0000/2014, Volumes I e II, que deu origem aos Processos Administrativos de Prestação de Contas nº 01-1801.28877-0000/2016, Volumes I e II e nº 01-1801.20.753-0000/2016, Volumes I e II. Firmam-se os presentes autos em arquivo na DAFYS/educ, à disposição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO, durante o prazo legal. Porto Velho-RO, 16 de dezembro de 2016.

APRECIADADE FÁTIMA GAYDOL SOARES PEREIRA
Secretária de Estado da Educação

RESOLUÇÃO CEB/CEERO N. 335/16, de 17 de outubro de 2016.

Concede, por dois anos, à Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Cerejeiras, de Presidente Médici, Prorrogação da Autorização de Funcionamento para a oferta de Educação Infantil Pré-Escolar e do Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano, e de outras providências.

O Presidente da Câmara de Educação Básica, do Conselho Estadual de Educação de Rondônia, no uso de suas atribuições legais e, considerando o que consta do Parecer CEB/CEERO n. 340/16, decorrente de análise procedida no Processo n. 098/15-CEERO e a deliberação na Sessão realizada em 17 de outubro de 2016.

RESOLVE

Art. 1º Conceder, por dois anos, à Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Cerejeiras, de Presidente Médici, Prorrogação da Autorização de Funcionamento para a oferta de Educação Infantil Pré-Escolar e do Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano.

Art. 2º Determinar à entidade mantenedora da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Cerejeiras, de Presidente Médici, o cumprimento do item 2, do Voto do Relator do Parecer CEB/CEERO n. 340/16.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselheiro Agenor Fernandes de Souza
Presidente da Câmara de Educação Básica

RESOLUÇÃO CEB/CEERO N. 334/16, de 17 de outubro de 2016

Rego, à Escola Estadual de Ensino Fundamental Hélio Neves Botelho, em Porto Velho, Reconhecimento com a oferta do Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano, e de outras providências.

O Presidente da Câmara de Educação Básica, do Conselho Estadual de Educação de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Parecer CEB/CEERO n. 041/16, decorrente de análise procedida no Processo n. 047/14-CEERO e a deliberação em Sessão realizada no dia 17 de outubro de 2016.

RESOLVE

Art. 1º Negar, à Escola Estadual de Ensino Fundamental Hélio Neves Botelho, em Porto Velho, Reconhecimento com a oferta do Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano.

Art. 2º Conceder, até o final do ano letivo de 2016, à Escola Estadual de Ensino Fundamental Hélio Neves Botelho, em Porto Velho, Prorrogação da Autorização de Funcionamento para oferta do Ensino Fundamental, do 2º ao 5º ano.

Parágrafo único. Vistos, em caráter excepcional, até o final do ano letivo de 2016, os estudos dos alunos e os documentos escolares lotadamente expedidos, referentes ao Ensino Fundamental do 4º ano.

Art. 3º Orientar a entidade mantenedora a atender o item 4, do Voto do Relator, do Parecer CEB/CEERO n. 041/16.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselheiro Agenor Fernandes de Souza
Presidente da Câmara de Educação Básica

RESOLUÇÃO CEB/CEERO n. 344/16 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

Reifica a denominação da Escola constante da Resolução CEB/CEERO n. 335/16, conforme específica.

O Presidente da Câmara de Educação Básica, do Conselho Estadual de Educação de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a substituição constante de Memorandos, 844/CRE/SEEDUC.

RESOLVE

Art. 1º Reificar a denominação da Escola constante da Resolução CEB/CEERO n. 335/16-CEERO, conforme específica.

Onde se M: ... Escola Estadual de Ensino Fundamental Campos Sales ...
Lata-se: ... Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Campos Sales ...

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselheiro Agenor Fernandes de Souza
Presidente da Câmara de Educação Básica